FREDERICO MECO MILONGA RAFAEL
MANUEL FIDEL SONHI MANASSA



CAMINHOS PARA UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL

EDITORA

CAMINHOS PARA UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL

CAMINHOS PARA UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL

FREDERICO MECO MILONGA RAFAEL
MANUEL FIDEL SONHI MANASSA

BOA VISTA/RR
2025

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ra15 RAFAEL, Frederico Meco Milonga; MANASSA, Manuel Fidel Sonhi.

Caminhos para um Capitalismo Sustentável. Boa Vista: Editora IOLE, 2025, 355 p.

Série: Economia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-988877-3-5
https://doi.org/10.5281/zenodo.17814726

1 - Capitalismo. 2 - Economia. 3 - ESG. 4 - Meio Ambiente. 5 - Sustentabilidade.
I - Título. II - Rafael, Frederico Meco Milonga. III - Economia. IV - Série

CDD–330

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2025

O crescimento económico infinito num planeta finito é uma impossibilidade. Está na hora de redesenhar a economia para que a humanidade prospere dentro dos limites da Terra.

Kate Raworth

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 13

CAPÍTULO 1 |
A Evolução do Capitalismo e a Emergência da Sustentabilidade 19

CAPÍTULO 2 |
Da Maximização do Lucro ao Capitalismo Consciente 37

CAPÍTULO 3 |
O Conceito do Triple Bottom Line 65

CAPÍTULO 4 |
Valor Económico, Social e Ambiental 85

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5 |
ESG Como Linguagem Contemporânea da Sustentabilidade 111

CAPÍTULO 6 |
Lucro Sustentável e Modelos de Negócio Regenerativos 119

CAPÍTULO 7 |
Inovação e Economia Circular 135

CAPÍTULO 8 |
Finanças Sustentáveis e Investidores de Impacto 157

CAPÍTULO 9 |
Riscos e Oportunidades Financeiras da Sustentabilidade 171

SUMÁRIO

CAPÍTULO 10 |
Capital Humano e Inclusão Social 191

CAPÍTULO 11 |
Educação, Formação e Inovação Social 199

CAPÍTULO 12 |
Comunidades e Licença Social Para Operar 207

CAPÍTULO 13 |
Desafios Ambientais Globais 211

CAPÍTULO 14 |
Empresas, Inovação e Conservação Ambiental 237

SUMÁRIO

CAPÍTULO 15 |
Governança e Transparência na Sustentabilidade 247

CAPÍTULO 16 |
O Futuro do Capitalismo Sustentável 263

CAPÍTULO 17 |
Repensar Valor: De Accionistas a Partes Interessadas 291

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 311

REFERÊNCIAS | 317

SOBRE OS AUTORES | 349

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo de transição profunda. O modelo económico que dominou grande parte do século XX, alicerçado na ideia de que a maximização do lucro individual conduziria automaticamente ao progresso colectivo (FRIEDMAN, 1970), encontra-se hoje em crise. A promessa de crescimento ilimitado confronta-se com realidades duras: a aceleração das alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de recursos naturais, o aumento das desigualdades sociais e a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições.

A pandemia da COVID-19 revelou de forma brutal a interdependência entre saúde pública, resiliência social e estabilidade económica (SACHS, 2021). Em poucos meses, cadeias de abastecimento globais colapsaram, milhões de pessoas perderam empregos, e a desigualdade digital e social ficou à vista. Ao mesmo tempo, os fenómenos climáticos extremos tornaram-se mais frequentes: ondas de calor recorde na Europa e em África, incêndios florestais devastadores no Brasil, em Portugal, na Austrália e nos Estados Unidos (IPCC, 2023). Estes eventos não são apenas tragédias ambientais ou humanitárias — são sinais claros de que o planeta já ultrapassou alguns dos seus limites de resiliência (ROCKSTRÖM *et al*., 2009).

O sistema económico global consome hoje, em média, o equivalente a 1,7 planetas por ano em recursos naturais, e se todos vivessem como os países desenvolvidos, seriam necessários três planetas para sustentar o atual padrão de consumo (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2023). Ao mesmo tempo, as tensões sociais intensificam-se: comunidades excluídas da prosperidade, condições de trabalho precárias em cadeias globais de valor e conflitos crescentes em sectores de alto impacto, como a mineração, o petróleo e o gás (CARROLL; BROWN, 2018).

Neste cenário, a transição energética surge como uma das grandes transformações do século XXI. A descarbonização da economia — substituindo combustíveis fósseis por energias renováveis — é tanto uma urgência climática como uma oportunidade económica. Países como a China, a União Europeia e os Estados Unidos já mobilizam biliões de dólares em investimentos para acelerar esta transição (IEA, 2021). África e América Latina, ricas em recursos minerais críticos como lítio, cobalto e níquel, enfrentam o duplo desafio de atrair investimento e evitar a repetição de padrões históricos de exploração insustentável (SACHS, 2015).

É neste contexto que o debate sobre sustentabilidade emerge como imperativo. Já não se trata de uma escolha voluntária ou de uma preocupação marginal de algumas empresas visionárias. Sustentabilidade é hoje uma linguagem global. Expressões como ESG (Environmental, Social and Governance), economia circular, capitalismo consciente ou criação de valor partilhado ocupam o centro das agendas de governos, organizações internacionais, universidades, investidores e empresas em todos os continentes. Contudo, subsiste a questão essencial: será possível compatibilizar a busca legítima do lucro com o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta?

Este livro nasce dessa interrogação. Mais do que um manual técnico ou um compêndio de boas práticas, propõe-se como um guia crítico e reflexivo sobre os caminhos possíveis para um capitalismo mais sustentável, inclusivo e regenerativo. “Caminhos para um Capitalismo Sustentável” nasce como um convite ao repensar: repensar a função das empresas, o papel dos governos e a responsabilidade de cada cidadão na construção de um futuro sustentável. Longe de propor receitas simplistas, esta obra convida ao diálogo entre teoria e prática, entre economia e ética, entre Norte e Sul globais. É um guia crítico para quem acredita que outro

capitalismo é possível — um capitalismo que crie valor sem destruir a base da vida.

A obra apresenta os fundamentos conceptuais que ajudam a compreender a evolução histórica do capitalismo e o surgimento da agenda da sustentabilidade; explora os três pilares centrais — Lucro, Pessoas e Planeta — a partir de casos práticos e de debates teóricos; e termina com uma reflexão sobre governança, transparência e futuros possíveis para o capitalismo global, em especial nos contextos de África, América Latina e outros mercados emergentes. De igual modo faz também uma reflexão de forma superficial destes eventos em Angola com base em um critério investigativo e fontes orais, tendo em conta o baixo índice de informações sobre o assunto neste país de origem dos autores.

A obra dirige-se a um público amplo: estudantes e investigadores que procuram compreender os desafios globais da sustentabilidade; gestores e líderes empresariais que enfrentam a necessidade de transformar modelos de negócio; investidores e reguladores que procuram avaliar riscos e oportunidades num mundo em mudança; e cidadãos que desejam participar de forma mais activa na construção de sociedades mais justas e resilientes.

O convite que deixamos ao leitor é simples e desafiante: repensar connosco as bases do capitalismo. Imaginar um sistema capaz de gerar prosperidade económica sem esgotar os recursos naturais, de criar inovação sem agravar desigualdades e de construir riqueza sem comprometer as condições de vida das gerações futuras.

Porque, no fundo, a grande questão não é se conseguiremos mudar, mas se teremos coragem e visão para o fazer a tempo. Ótima leitura!

Prof. MSc. Frederico Meco Milonga Rafael

Prof. Dr. Manuel Fidel Sonhi Manassa

CAPÍTULO 1

A Evolução do Capitalismo e a Emergência da Sustentabilidade

A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO E A EMERGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE

O capitalismo industrial surgiu na Europa entre os séculos XVIII e XIX, marcando a passagem do capitalismo comercial — centrado no comércio marítimo, no ouro e nas colónias — para uma economia baseada na produção mecanizada, no trabalho assalariado e na acumulação de capital produtivo.

Este processo ficou conhecido como Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, e alterou radicalmente as estruturas económicas, sociais e políticas do mundo moderno.

O capitalismo moderno consolidou-se no século XIX com a Revolução Industrial, alicerçada em inovações tecnológicas, mecanização da produção, expansão do comércio global e exploração intensiva de carvão, ferro e, mais tarde, petróleo. A promessa era clara: crescimento económico ilimitado, baseado na acumulação de capital e no aumento da produtividade.

A urbanização acelerada e a expansão das indústrias criaram novos mercados de trabalho, mas também condições precárias para milhões de operários, incluindo mulheres e crianças, sujeitos a longas jornadas e baixos salários. Este período alimentou profundas desigualdades sociais entre as elites industriais e a classe trabalhadora (POLANYI, 2001).

O nascimento do capitalismo industrial em Angola não seguiu o mesmo percurso da Europa. Enquanto na Europa o capitalismo emergiu de revoluções tecnológicas e transformações sociais internas, em Angola ele nasceu a partir da expansão colonial europeia, particularmente portuguesa, que introduziu formas de produção capitalista subordinadas e dependentes.

Esse processo começou com a integração forçada de Angola na economia mundial capitalista, consolidando-se no século XX, quando a colónia se tornou um território fornecedor de matérias-primas e mão de obra barata, ao serviço da industrialização da metrópole, este processo de "industrialização dependente" moldou as bases do capitalismo angolano, que combinou relações capitalistas de produção (salário, empresa, capital) com estruturas coloniais de exploração.

A lógica predominante era a da extração e exploração: extrair recursos da natureza e explorar mão-de-obra barata para alimentar um sistema em que os lucros se concentravam em pequenas elites. O impacto ambiental — poluição atmosférica, degradação dos solos, deflorestação e destruição de ecossistemas — era considerado um "custo externo", invisível para a contabilidade económica.

O SÉCULO XX: CRESCIMENTO, PROGRESSO E CONTRADIÇÕES

O século XX foi marcado por avanços sem precedentes em ciência, tecnologia e qualidade de vida em muitos países, mas também por profundas contradições.

O século XX foi um período de profundas transformações em todo o mundo, marcadas pela expansão do **capitalismo industrial**, pelo **avanço tecnológico** e pela consolidação da economia global.

Em Angola, porém, este progresso ocorreu de forma desigual e dependente, refletindo as contradições do próprio sistema capitalista no contexto colonial e pós-colonial.

O capitalismo industrial em Angola, ao longo do século XX, não se desenvolveu como um processo autônomo e nacional, mas

sim como uma extensão do capitalismo europeu, voltado para a exploração de recursos naturais e mão de obra.

Após a Segunda Guerra Mundial, o modelo de crescimento fordista-keynesiano trouxe estabilidade relativa ao Ocidente. A produção em massa, aliada a políticas sociais e ao consumo de massas, promoveu prosperidade nas economias industrializadas. Contudo, esse crescimento assentava no uso intensivo de combustíveis fósseis e numa lógica linear de produção e consumo.

A partir de 1950, registou-se a chamada "Grande Aceleração" (STEFFEN *et al*., 2015): um crescimento exponencial da produção industrial, consumo energético, urbanização, uso de fertilizantes e emissões de gases com efeito de estufa. O Produto Interno Bruto (PIB) global cresceu de forma impressionante, mas acompanhado de uma escalada da pressão sobre os ecossistemas.

No mesmo período, emergiram correntes críticas. Polanyi (2001) alertou para os perigos de uma economia "desenraizada" da sociedade e da natureza. Mais recentemente, Thomas Piketty (2014) demonstrou que o capitalismo tende a concentrar riqueza nas elites, agravando desigualdades sociais.

O século XX marcou o nascimento, interrupção e reconfiguração do capitalismo industrial em Angola.

Com a independência, em 1975, Angola rompeu formalmente com o capitalismo colonial, adotando um modelo de economia centralmente planificada, inspirado no socialismo.

De um capitalismo colonial de exploração, o país passou por uma tentativa de economia socialista, para depois retornar a um capitalismo de mercado híbrido, ainda fortemente dependente do petróleo. Desta forma, o capitalismo industrial angolano revelou-se um processo incompleto e contraditório com crescimento em termos

de infraestrutura e produção, no entanto sem consolidar uma base industrial diversificada e nacional.

A Quadro 1 mostra de forma resumida uma perspectiva do crescimento, progresso, e contradições ocorridas em angola no século XX.

Quadro 1 Perspectiva do crescimento, progresso, e contradições ocorridas em angola no seculo XX

Dimensão	Progresso	Contradições
Económica	Expansão do comércio, exploração de recursos, início da industrialização	Dependência externa, concentração de riqueza
Social	Urbanização, educação, formação de elite nacional	Exclusão social, desemprego, pobreza rural
Tecnológica	Introdução de novas tecnologias produtivas e energéticas	Falta de transferência tecnológica e inovação local
Política	Independência e soberania nacional	Guerra civil, instabilidade e fragilidade institucional

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Bhagavan, 1986; Kyle, 2005; Soares, 2007.

OS PRIMEIROS SINAIS DE INSUSTENTABILIDADE

O capitalismo industrial, nascido na Europa entre os séculos XVIII e XIX, trouxe um extraordinário impulso ao progresso tecnológico, à urbanização e à produtividade.

Contudo, à medida que o sistema amadurecia, começaram a emergir **sinais de insustentabilidade** económicos, sociais e ambientais — que colocaram em causa o próprio modelo de

desenvolvimento que prometia prosperidade universal. Esses sinais tornaram-se evidentes a partir do **final do século XIX** e acentuaram-se ao longo do século XX, quando o crescimento material revelou custos sociais e ecológicos profundos (HARVEY, 2010; POLANYI, 2001).

Na década de 1960, começaram a emergir movimentos ambientais e sociais que denunciavam os limites do modelo de crescimento ilimitado.

O relatório The Limits to Growth (MEADOWS *et al*., 1972), encomendado pelo Clube de Roma, marcou um ponto de viragem. Utilizando modelos de dinâmica de sistemas, mostrou que a continuação do crescimento exponencial da população, industrialização e consumo de recursos poderia levar ao colapso ecológico e social até meados do século XXI. Embora polémico à época, muitas das suas projeções revelaram-se proféticas.

Na mesma década, surgiram marcos políticos importantes: a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (ESTOCOLMO, 1972) foi a primeira grande reunião internacional a reconhecer a interdependência entre desenvolvimento económico e ambiente. Pouco depois, o Relatório Brundtland (OUR COMMON FUTURE, WCED, 1987) consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como a conciliação entre crescimento económico, equidade social e proteção ambiental.

Em Angola os primeiros sinais de insustentabilidade do capitalismo industrial manifestaram-se por meio de: economia dependente de exportações, fraca diversificação, instituições frágeis, acumulação concentrada, urbanização desordenada e infra-estrutura orientada para o exterior. Esses aspetos indicam que, embora tenha havido crescimento e progressos, o modelo permaneceu vulnerável e pouco preparado para sustentar crescimento inclusivo, diversificado e autónomo.

Insustentabilidade Económica

Com a industrialização, o capitalismo gerou um aumento sem precedentes da capacidade produtiva. Mas a produção cresceu mais depressa do que o consumo, levando a **crises de superprodução, desemprego em massa e queda de preços** — fenômenos que revelavam as contradições internas do sistema (MARX, 1867 – O Capital, Livro III).

A **Primeira Grande Depressão (1873–1896)** e a **Crise de 1929** são marcos desse desequilíbrio entre capital e mercado.

Karl Marx já havia previsto que o capitalismo enfrentaria **crises periódicas de acumulação**, causadas pela tendência à queda da taxa de lucro e pela concentração de capital.

Segundo Keynes, 1936, pode se constatar na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda que essas crises demonstraram que o crescimento industrial, sem redistribuição de renda e regulação social, era **economicamente insustentável**.

A Revolução Industrial reforçou a desigualdade entre países industrializados e colónias, criando um sistema mundial hierárquico, ou seja Enquanto a Europa e a América do Norte acumulavam riqueza, a Ásia, África e América Latina tornavam-se periféricas e dependentes (WALLERSTEIN, 1974).

Essa estrutura desigual gerou o que Samir Amin (1976) chamou de "desenvolvimento desigual e combinado", em que o progresso no centro se sustentava na exploração da periferia.

Desde o período colonial, Angola estruturou a sua economia em torno da exportação de matérias-primas (café, algodão, diamantes, petróleo) e não no desenvolvimento de um parque industrial interno robusto. Por exemplo, o estudo sobre a indústria do café em Angola mostra como o capital colonial se organizou em

torno de uma matéria-prima e mão de obra barata, e apesar de haver alguma acumulação capitalista, falhou-se em criar uma base produtiva autónoma. Este tipo de estrutura — dependente, pouco diversificada — constitui um sinal de insustentabilidade, pois fica vulnerável a choques externos (queda de preços das matérias primas, alterações da procura, alterações políticas) como por exemplo a queda do preço do petróleo em 1986 e 1998.

- As poucas indústrias criadas durante o colonialismo eram enclaves, voltadas para o mercado metropolitano;
- Após a independência, a guerra civil destruiu boa parte do parque industrial;
- Mesmo com o retorno do crescimento pós-2002, a indústria transformadora permaneceu frágil e dependente de importações de tecnologia e matérias-primas.

Insustentabilidade Social

O capitalismo industrial baseou-se na exploração intensiva da força de trabalho, com jornadas longas, baixos salários e condições insalubres nas fábricas. Esse modelo provocou tensões sociais e a emergência de movimentos operários e sindicatos, que exigiam direitos laborais, melhores condições e redistribuição de riqueza (THOMPSON, 1963).

A concentração urbana e a miséria proletária mostraram que o progresso material coexistia com a desumanização do trabalhador um dos primeiros sinais sociais de insustentabilidade.

È bastante notório em muitas literaturas sobre esta época uma grande tendência de desigualdade e exclusão. A estrutura económica criou uma sociedade polarizada com elites urbanas beneficiadas e grande parte da população em **condições de pobreza**, infelizmente a industrialização não se traduziu em **emprego massivo**, devido à mecanização e ao fraco desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

O arranque industrial e o crescimento urbano em Angola geraram também desequilíbrios: o estudo de Cristina Udelsmann Rodrigues ("Aspectos socioculturais do desenvolvimento produtivo urbano em Angola") mostra que o crescimento urbano e industrial não se traduziu numa formalização ampla, nem num tecido industrial consistente – há "fraquezas e potencialidades" no sector industrial urbano em Angola.

Esses desequilíbrios sociais são outro sinal de insustentabilidade no qual o crescimento económico existe mas não necessariamente gera emprego estável, melhoria generalizada das condições de vida ou equiparação regional.

De igual forma jogou um papel fulcral a urbanização desordenada na qual criou-se concentração de oportunidades nas cidades (Luanda, Benguela, Lobito) facto este que provocou uma avalanche na migração interna e crescimento de bairros informais nestas províncias que por força do regime acabaram por ser as mais privilegiadas. A falta de serviços básicos (água, saneamento, habitação) expôs as contradições de um crescimento não inclusivo.

Este crescimento desordenado urbano destapou a bandeja da desigualdade assim como incentivou a fragilidade laboral pelo facto de que o modelo industrial angolano dependia de mão de obra barata e pouco qualificada, o que limitou ganhos de produtividade e não se consolidou uma classe trabalhadora industrial estável, capaz de sustentar o consumo interno e o desenvolvimento tecnológico.

Insustentabilidade Ambiental

O uso intensivo de carvão, petróleo e gás natural durante a Revolução Industrial iniciou um processo de degradação ambiental sem precedentes destacando-se a poluição atmosférica e hídrica, desmatamento, acumulação de resíduos industriais.

Autores como John Bellamy Foster, 2000 e James O'Connor, 1991 destacam que a crise ecológica é parte da própria lógica capitalista de expansão ilimitada.

O século XX assistiu à intensificação dessas contradições com a urbanização massiva, o crescimento populacional e o consumo em larga escala, levando ao conceito de "capitalismo fóssil" (MALM, 2016).

Insustentabilidade Política e Geoestratégica

Do ponto de vista geoestratégico o capitalismo industrial global produziu não só riqueza, mas também imperialismo, guerras e rivalidades econômicas. Na fase Superior do Capitalismo podemos ver que as potências industriais competiam por mercados e matérias-primas (LENIN, 1917) e na *Era dos Extremos* as duas Guerras Mundiais (1914-1945) revelaram o custo humano e geopolítico desse sistema expansionista (HOBSBAWM, 1994).

O sistema mostrou-se politicamente insustentável, pois o crescimento ilimitado de alguns implicava a exploração e o colapso de outros.

Após a independência em 1975, Angola adoptou um modelo de economia centralmente planificada, enquanto enfrentava uma prolongada guerra civil. Neste contexto, por exemplo, a tese de

doutoramento de Manuel Ennes Ferreira ("Angola: a indústria transformadora numa economia de direção central e planificada e em situação de guerra (1975; 1991)", 1997) analisa como a indústria transformadora foi condicionada pela guerra e pelo modelo económico.

Esta combinação de contexto bélico mais o modelo estatal somado a dependência externa cria contradições que tornam a economia pouco sustentável: infraestrutura industrial frágil, investimentos dispersos, elevado custo da reconstrução e manutenção.

Mesmo antes de tornar-se totalmente dependente do petróleo, Angola começou a mostrar indícios de acumulação concentrada de riqueza e de um modelo económico que privilegia rendas (e não produção diversificada). O artigo de Jesse Salah Ovadia ("The Reinvention of Elite Accumulation in the Angolan Oil Sector: Emergent capitalism in a rentier economy", 2013) analisa como a elite angolana se adaptou ao capitalismo de mercado, mantendo como base de acumulação as rendas petrolíferas e não uma industrialização sólida.

Este padrão — dependência de rendas e de sectores de enclave (petróleo) é classicamente um sinal de que o modelo de industrialização não está construído sobre bases sustentáveis e integradas.

Durante o período colonial e nos primeiros anos pós-independência, grande parte da infraestrutura angolana (portos, ferrovias) foi construída para facilitar o escoamento de matérias-primas para o exterior, e não para integrar largos setores da economia nacional. Por exemplo, a linha férrea de Benguela (corredor do Lobito) foi concebida para exportar minerais e não necessariamente para a economia interna.

Essa configuração revela que o crescimento participa de um modelo extrativo e não de industrialização com forte articulação interna que é um sinal de insustentabilidade a médio e longo prazo.

Em suma, em Angola os primeiros sinais de insustentabilidade do capitalismo industrial manifestaram-se por meio de uma economia dependente de exportações, fraca diversificação, instituições frágeis, acumulação concentrada, urbanização desordenada e infra-estrutura orientada para o exterior. Esses aspetos indicam que, embora tenha havido crescimento e progressos, o modelo permaneceu vulnerável e pouco preparado para sustentar crescimento inclusivo, diversificado e autónomo.

O SÉCULO XXI: CRISES GLOBAIS E A EMERGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE

O início do século XXI trouxe crises que confirmaram as limitações do capitalismo convencional.

Crises financeiras: o colapso de 2008 demonstrou a vulnerabilidade de um sistema excessivamente orientado para especulação e lucro de curto prazo.

Pandemia de COVID-19 (2020): expôs a fragilidade das cadeias globais de valor e a interdependência entre saúde pública, economia e ambiente.

Crise climática: fenómenos extremos como as inundações devastadoras no Paquistão (2022), incêndios florestais em Portugal, Grécia e Califórnia, e ondas de calor sem precedentes na Europa confirmam as advertências do IPCC (2023).

Perda de biodiversidade: segundo a IPBES (2019), cerca de 1 milhão de espécies estão em risco de extinção, ameaçando serviços ecossistémicos vitais como a polinização e o fornecimento de água.

Estes acontecimentos mostram que a economia global não pode ser dissociada da saúde dos ecossistemas nem da coesão social.

O relatório do World Bank (2023), aponta que a falta de diversificação económica leva a ciclos de instabilidade macroeconómica, de igual o Banco Mundial revela que a dívida pública em moeda estrangeira, a vulnerabilidade cambial e a dependência de receitas petrolíferas concentram riscos para a sustentabilidade.

Angola, dada a sua forte dependência do petróleo e dos minerais concretamente do diamante, sentiu de forma intensa essas crises. Paralelamente, emergem no país iniciativas e políticas que visam uma economia mais sustentável, mais diversificada e menos vulnerável aos choques externos.

Neste contesto importa salientar que a combinação de choque externo mais a baixa diversificação acrescida a fragilidade institucional representa um cenário de crise estrutural pelo que neste cenário fazemos as seguintes.

O plano estratégico “Angola 2050” reconhece a necessidade de mudança de paradigma: reduzir a dependência de hidrocarbonetos, apostar em infra-estrutura, agricultura, indústria e energia renovável (LUÍS; SUMBO, 2025).

O relatório do FMI sobre “International Monetary Fund – Angola: Selected Issues (2025)” realça o foco em crescimento não-petrolífero, capital humano, e ambiente empresarial como motor de sustentabilidade (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2025).

A articulação entre reformas macroeconómicas, fortalecimento institucional, transparência e diversificação sectorial

é essencial para que o país se torne menos vulnerável aos choques externos.

O século XXI para Angola tem sido um período de transição forçada: crises externas aceleram o colapso de modelos antigos (alta dependência do petróleo) e ao mesmo tempo criam oportunidade para repensar o modelo de crescimento com base em sustentabilidade económica, ambiental e social.

A SUSTENTABILIDADE COMO NOVO PARADIGMA

Hoje, a sustentabilidade surge não como uma escolha voluntária ou uma tendência passageira, mas como resposta estrutural às crises do capitalismo industrial.

O conceito de limites planetários (ROCKSTRÖM *et al*., 2009) reforça esta ideia, identificando nove fronteiras biofísicas que não devem ser ultrapassadas se quisermos manter um espaço operacional seguro para a humanidade — incluindo clima, biodiversidade, ciclos do azoto e fósforo, e uso da água doce.

Paralelamente, iniciativas como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (2015) estabeleceram metas globais para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e proteger o ambiente. Estes marcos refletem uma mudança civilizacional: repensar o capitalismo para que este integre valores de equidade, regeneração e respeito pelos limites naturais.

Assim, a emergência da sustentabilidade representa uma nova gramática do desenvolvimento, que articula economia, sociedade e natureza. Não se trata de negar o capitalismo, mas de transformá-lo num modelo capaz de garantir prosperidade duradoura sem comprometer o futuro do planeta e das próximas gerações.

O conceito de sustentabilidade — entendida como integração equilibrada entre desenvolvimento económico, justiça social e preservação ambiental — está a assumir um lugar central na agenda de desenvolvimento de Angola. No sentido de garantir a materialização do conceito em Angola foram criados instrumentos estratégicos para a sustentabilidade.

- **A estratégia "Angola 2050"** foi apresentada como o instrumento central de longo prazo no sistema nacional de planeamento angolano, visando orientar as políticas económicas, sociais e ambientais até meados do século;
- **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2023-2027** operacionaliza a estratégia de longo prazo e está alinhado com os compromissos internacionais da Agenda 2030. Por exemplo, o documento da ONU refere que o PND 2023-2027 "visa garantir que os ODS sejam integrados e que se promova um ecossistema resiliente e sustentável";
- **Ações de financiamento e diversificação verde** em que o World Bank anunciou em 2023 um empréstimo de política de desenvolvimento ("DPL") para Angola com o objetivo de apoiar uma economia mais verde, resiliente e inclusiva.

Além disso, o African Development Bank Group (AfDB) refere-se à estratégia angolana 2024-2029 como apoiando "o modelo económico baseado no crescimento do sector não petróleiro" e em "diversificação" e "modernização da infraestrutura".

PRINCIPAIS EIXOS DA SUSTENTABILIDADE EM ANGOLA

A sustentabilidade passa por reduzir a dependência das rendas do petróleo e expandir os sectores da agricultura, indústria transformadora, serviços e energias renováveis. Por exemplo, investindo para que o PIB não-petróleo cresça significativamente até 2050.

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) anunciou em 2024 metas ambiciosas, como atingir 70% da matriz energética proveniente de fontes renováveis até 2025, além de gestão sustentável de florestas e plantação de milhões de árvores.

Além disso, o United Nations Development Programme (UNDP) apoia Angola na implementação de uma Estratégia Nacional de Alterações Climáticas 2022-2035, entre outras iniciativas ambientais.

Angola está comprometida com os Sustainable Development Goals (ODS) e busca que estes guiem as suas políticas públicas, especialmente nos domínios da educação, saúde, segurança alimentar e meio ambiente.

Importa salientar que Angola encontra multiplos desafios e contradições no novo paradigma sustentável que devem ser ultrapassados tais como:

- A transição para uma economia mais sustentável exige reformas profundas, capacidade institucional e investimento tecnológico — isso nem sempre está disponível ou é fácil de implementar em Angola.

- A dependência de capitais estrangeiros e de sectores de extracção ainda cria tensões entre crescimento rápido e sustentabilidade de longo prazo.
- A necessidade de inclusão social — de que os benefícios do paradigma sustentável cheguem às comunidades rurais, mulheres, jovens — implica mudanças estruturais que demoram a se concretizar.
- A infraestrutura actual (energia, transporte, logística) ainda está em transformação, o que pode atrasar a consolidação de práticas sustentáveis.

CAPÍTULO 2

Da Maximização do Lucro ao Capitalismo Consciente

DA MAXIMIZAÇÃO DO LUCRO AO CAPITALISMO CONSCIENTE

Em 1970, o economista norte-americano Milton Friedman publicou no The New York Times Magazine o artigo que se tornaria uma das declarações mais influentes da teoria económica e da governança corporativa contemporânea: The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits.

No texto, Friedman argumentava que os gestores empresariais eram agentes contratados pelos accionistas e que, portanto, a sua única responsabilidade social consistia em "utilizar os recursos da empresa e desenvolver actividades destinadas a aumentar os lucros, desde que permanecessem dentro das regras do jogo" (FRIEDMAN, 1970). Para ele, qualquer desvio em direcção a objectivos sociais ou ambientais representava um "imposto disfarçado" e uma violação do dever fiduciário para com os accionistas.

Este pensamento ficou conhecido como a doutrina da primazia do accionista (*shareholder primacy*). Durante décadas, influenciou práticas de governança empresarial, políticas públicas e a própria cultura dos mercados financeiros. Freeman, Phillips e Sisodia (2020) atualizam a teoria dos *stakeholders* originalmente proposta por Freeman (1984).

Eles argumentam que o foco exclusivo nos acionistas é insustentável e que o verdadeiro desempenho empresarial deve ser medido pela capacidade de gerar valor para todos os públicos relevantes — incluindo trabalhadores, clientes, comunidades locais e o meio ambiente.

O artigo também discute as tensões éticas e práticas enfrentadas pelas empresas ao tentar equilibrar diferentes interesses,

propondo um modelo de governança colaborativa e propósito corporativo.

Stiglitz (2010) e Piketty (2014) desmontam o pressuposto de que os mercados são eficientes e autorreguláveis — uma das bases do pensamento econômico de Friedman (1970) e da teoria da agência (JENSEN; MECKLING, 1976).

Ambos mostram que externalidades negativas e desigualdades não apenas persistem, mas se amplificam sob o modelo de crescimento orientado unicamente pelo lucro.

As críticas académicas foram diversas:

Joseph Stiglitz (2010) demonstrou que falhas de mercado — como monopólios, assimetrias de informação e externalidades — tornam inviável a ideia de autorregulação perfeita.

Thomas Piketty (2014) mostrou que a lógica de acumulação capitalista tende estruturalmente a aumentar a desigualdade, uma vez que o retorno do capital (r) é consistentemente superior ao crescimento económico (g).

Amartya Sen (1999) argumentou que reduzir o papel da empresa e do Estado a geradores de crescimento económico ignora dimensões centrais do desenvolvimento humano, como saúde, educação e liberdade.

Além das críticas teóricas, a realidade prática confirmou os limites desta doutrina. A financeirização da economia a partir dos anos 1980, inspirada pelo dogma friedmaniano, favoreceu estratégias de maximização de valor para o acionista (*shareholder value maximization*), que incentivaram práticas de curto prazo, como downsizing, outsourcing agressivo e redução de custos ambientais e sociais. O colapso financeiro de 2008 foi frequentemente associado a estas dinâmicas (LAZONICK; O'SULLIVAN, 2000).

Assim, o paradigma de Friedman, embora historicamente dominante, revelou-se insuficiente e perigoso perante os desafios do século XXI. Ao privilegiar ganhos financeiros imediatos em detrimento da sustentabilidade a longo prazo, negligenciou o papel das empresas enquanto atores sociais e ambientais, enfraquecendo a sua legitimidade perante a sociedade.

A VIRAGEM CONCEPTUAL: DO ACCIONISTA AO *STAKEHOLDER*

A partir da década de 1980, começaram a surgir correntes críticas ao modelo de primazia do accionista, defendido por Friedman. O marco central dessa viragem foi a publicação de R. Edward Freeman (1984), Strategic Management: A Stakeholder Approach.

Freeman argumentava que a empresa não poderia ser vista apenas como um instrumento para gerar retorno aos accionistas, mas sim como uma organização inserida num tecido social, económico e ambiental complexo, no qual interage com múltiplos atores — os stakeholders. Estes incluem:

Trabalhadores – cujo bem-estar, segurança e motivação são determinantes para a produtividade e inovação. Clientes – que demandam produtos e serviços de qualidade, seguros e éticos. Fornecedores – parceiros estratégicos na cadeia de valor, fundamentais para resiliência e inovação. Comunidades locais – que acolhem as operações e suportam os impactos sociais e ambientais. Governo e reguladores – responsáveis por enquadramentos legais, fiscais e ambientais.

Ambiente natural – entendido como *stakeholder* silencioso mas essencial, sem o qual não existe economia.

Uma mudança de paradigma na gestão

A Stakeholder Theory representou uma rutura epistemológica com a visão clássica do capitalismo. Em vez de colocar o acionista no centro (*shareholder primacy*), deslocou o foco para uma rede de relações interdependentes.

Assim, o sucesso empresarial deixou de ser medido apenas pelo retorno financeiro, mas pela capacidade da empresa em criar valor partilhado e duradouro para todos os grupos relevantes.

Freeman (1984) via esta abordagem não apenas como uma questão ética, mas como estratégia de gestão: empresas que cuidam das relações com *stakeholders* tendem a construir reputação, resiliência e vantagem competitiva.

Consolidação e evolução da teoria

Nos anos seguintes, vários académicos reforçaram e expandiram a teoria:

Donaldson e Preston (1995) defenderam que a teoria dos *stakeholders* é simultaneamente descritiva, instrumental e normativa, ou seja, descreve a realidade, é útil para o desempenho económico e é eticamente legítima.

Clarkson (1995) distinguiu entre stakeholders primários (sem os quais a empresa não sobrevive) e secundários (que influenciam indiretamente).

Mitchell, Agle e Wood (1997) propuseram a tipologia baseada em três atributos — poder, legitimidade e urgência — para

identificar quais *stakeholders* merecem maior atenção em determinados contextos.

Esta evolução mostrou que a gestão de stakeholders não é apenas "boa cidadania corporativa", mas sim boa estratégia empresarial.

A ponte com ESG e sustentabilidade

Décadas mais tarde, a lógica da teoria de Freeman antecipou o que hoje chamamos de ESG (Environmental, Social and Governance). Os relatórios de sustentabilidade, a pressão de investidores institucionais e os padrões internacionais (GRI, SASB, ISSB, TCFD) refletem precisamente esta transição: as empresas são avaliadas pela forma como tratam os seus *stakeholders* humanos e não-humanos.

Além disso, organismos internacionais como a Business Roundtable (2019) declararam que a finalidade da empresa é "servir todos os *stakeholders*", sinalizando a perda de centralidade do dogma friedmaniano.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E CRIAÇÃO DE VALOR PARTILHADO

Da filantropia à responsabilidade social corporativa

Nos anos 1990, ganhou visibilidade o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), entendido como o conjunto de práticas voluntárias pelas quais as empresas assumiam

compromissos em áreas como direitos humanos, condições de trabalho, ambiente e envolvimento comunitário (CARROLL, 1999; CARROLL; BROWN, 2018).

Modelos clássicos como a Pirâmide de Carroll (1991) mostravam que a responsabilidade da empresa ia além da dimensão económica e legal, abrangendo também responsabilidades éticas e filantrópicas. A RSC refletia uma tentativa de responder à crescente pressão da opinião pública e de organizações da sociedade civil, em particular perante denúncias de exploração laboral na indústria têxtil ou desastres ambientais provocados por multinacionais.

Contudo, apesar de progressista para a época, a RSC foi muitas vezes criticada por:

- Ser marginal ao *core business*: os programas sociais raramente estavam integrados na estratégia empresarial (PORTER; KRAMER, 2006);
- Funcionar como instrumento de reputação (ou *greenwashing*), mais do que como transformação estrutural;
- Não alterar as práticas de exploração em cadeias de valor globais, especialmente no Sul Global.

Assim, a RSC contribuiu para sensibilizar empresas e sociedade, mas revelou-se insuficiente para enfrentar os desafios sistémicos da globalização e da crise ambiental.

A proposta de criação de valor partilhado

Foi neste contexto que Michael Porter e Mark Kramer publicaram, em 2011, na Harvard Business Review, o artigo

Creating Shared Value. A proposta representava uma evolução significativa em relação à RSC: em vez de ver a responsabilidade social como um custo ou obrigação moral, os autores defendiam que as empresas devem integrar as necessidades sociais e ambientais no próprio modelo de negócio.

Segundo Porter e Kramer (2011), a criação de valor partilhado (CSV) pode ocorrer em três frentes:

Reconfiguração de produtos e mercados

Desenvolver produtos que respondam a necessidades sociais, como alimentos saudáveis, energias limpas ou serviços financeiros inclusivos. Exemplos:

- ***Grameen Danone Foods Ltd. (2006):*** Criada como joint venture social entre a Danone e o Grameen Group, esta iniciativa visa produzir e distribuir iogurtes fortificados a baixo custo (marca Shoktidoi) para crianças com carência nutricional. Os produtos são fabricados localmente, utilizando leite de produtores rurais da região, e distribuídos por microempreendedoras locais (Grameen Ladies).
- ***O modelo "Danone Ecosystem Fund" e parcerias locais:*** Em 2009, a Danone criou o Danone Ecosystem Fund, um fundo de impacto que investe em projetos sociais ligados à sua cadeia de valor, incluindo nutrição, agricultura familiar e economia circular. Um dos programas mais emblemáticos é o "Grameen Danone Foods", estabelecido em parceria com o economista Muhammad Yunus (PRÊMIO NOBEL DA PAZ, 2006), em Bangladesh, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 - O modelo "Danone Ecosystem Fund"

Dimensão	Descrição / Informação principal
Ano de criação	2009
Fundador / entidade promotora	Danone S.A. (França)
Natureza do fundo	Fundo de impacto social destinado a apoiar projetos ligados à cadeia de valor da Danone, com foco em inclusão social e sustentabilidade.
Objetivo central	Criar valor partilhado (*Creating Shared Value*) através de investimentos em nutrição, agricultura sustentável, economia circular e empreendedorismo local.
Enquadramento conceptual	Baseado no modelo de Criação de Valor Partilhado (CSV) de Porter e Kramer (2011*)* — integração entre impacto social e desempenho económico.
Âmbitos de intervenção	• **Nutrição e saúde** — combate à desnutrição e promoção de alimentação acessível.
	• **Agricultura familiar** — capacitação de pequenos produtores e melhoria da produtividade.
	• **Economia circular** — inclusão de cooperativas de reciclagem e gestão de resíduos.
	• **Emprego local** — criação de microempreendedores e fortalecimento de cadeias locais.
Exemplo emblemático	Grameen Danone Foods Ltd. (BANGLADESH, 2006) — *joint venture* entre Danone e Grameen Group (fundado por Muhammad Yunus).
Objetivo da parceria Grameen Danone	Produzir e distribuir iogurtes fortificados a baixo custo (*Shoktidoi*) para combater a desnutrição infantil em comunidades de baixo rendimento.
Modelo operacional	• Produção local com leite de pequenos agricultores.
	• Distribuição comunitária feita por microempreendedoras rurais ("Grameen Ladies").
	• Lucros reinvestidos no projeto para expansão e impacto social.
Impactos sociais e económicos	• Melhoria da nutrição infantil em zonas rurais.
	• Aumento do rendimento de pequenos produtores de leite.
	• Empoderamento feminino e geração de microemprego.
	• Estímulo à economia local e inclusão produtiva.
Escala e abrangência	Mais de 80 projetos financiados em 28 países (DANONE, 2020).
Resultados (2009–2020)	• Criação de +100 mil empregos diretos e indiretos.
	• Impacto positivo em 2,5 milhões de beneficiários.
	• Redução de desigualdades regionais e promoção de cadeias curtas de valor.
Fontes de financiamento	Dotação inicial de 100 milhões de euros da Danone; financiamento conjunto com ONGs, governos e parceiros locais.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Danone, 2020; Porter; Krammer, 2011; Yunes *et al*., 2020.

O Danone Ecosystem Fund constitui um exemplo paradigmático de inovação social corporativa baseada na lógica da Criação de Valor Partilhado (CSV).

Ao investir em projetos de desenvolvimento local alinhados à sua cadeia de valor — como o Grameen Danone Foods, no Bangladesh —, a Danone promove simultaneamente impacto social, inclusão económica e sustentabilidade empresarial.

Este modelo demonstra que a cooperação entre empresas, comunidades e organizações sociais pode gerar benefícios mútuos, deslocando a responsabilidade social da lógica da compensação para a da integração estratégica (PORTER; KRAMER, 2011; YUNUS *et al*., 2010; DANONE, 2020).

Redefinição da produtividade na cadeia de valor

A Walmart tem desenvolvido, nas últimas duas décadas, um vasto portefólio de programas de sustentabilidade destinados a reduzir as suas emissões e reforçar a resiliência da cadeia de fornecimento. Iniciativas como o Project Gigaton demonstram o potencial de integração entre objetivos empresariais e ambientais, promovendo simultaneamente eficiência energética, redução de desperdícios e apoio a fornecedores locais (WALMART, 2024). O Quadro 3 sintetiza as principais informações sobre o modelo de sustentabilidade da Walmart, com base no programa Project Gigaton e nas suas ações de redução de emissões, eficiência energética e apoio a fornecedores locais.

Quadro 3 – Programas de sustentabilidade da Walmart e o Project Gigaton

Dimensão	Descrição / Informação principal
Empresa	Walmart Inc. (EUA)
Período de atuação	Últimas duas décadas (2005–2024)
Estratégia central	Implementação de programas globais de sustentabilidade ambiental e social, com foco na redução de emissões, eficiência energética e resiliência da cadeia de fornecimento.
Programa emblemático	Project Gigaton (lançado em 2017).
Objetivo principal	Reduzir, evitar ou sequestrar 1 gigaton (mil milhões de toneladas métricas) de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) na cadeia de fornecimento até 2030.
Áreas de intervenção	1 **Energia** – promoção de energias renováveis e eficiência energética em operações e fornecedores.
	2 **Transporte** – otimização logística e uso de frotas elétricas.
	3 **Embalagens** – design sustentável e materiais recicláveis.
	4 **Resíduos** – redução do desperdício e economia circular.
	5 **Produtos** – inovação sustentável e agricultura de baixo carbono.
Envolvimento de fornecedores	Mais de 5.900 fornecedores participam no *Project Gigaton*, representando 75 % das vendas da Walmart nos EUA.
	Os fornecedores recebem apoio técnico, reconhecimento público e ferramentas de monitorização para medir as reduções de emissões.
Resultados alcançados	• Meta de 1 gigaton alcançada seis anos antes do prazo (2024).
	• Mais de 230 milhões de toneladas de CO_2 evitadas anualmente.
	• Melhoria da eficiência energética global e da produtividade logística.
Impacto social e económico	• Apoio a fornecedores locais e regionais, promovendo cadeias curtas e criação de emprego.
	• Fortalecimento da resiliência nas cadeias globais de abastecimento.
	• Melhoria da imagem corporativa e alinhamento com metas ESG e ODS.
Exemplos complementares	• Sustentabilidade de ponta a ponta (Walmart Brasil**)** – apoio a pequenos produtores e produtos sustentáveis.
	• Local Supplier Development Program (EUA**)** – investimento em produtores regionais.
Enquadramento conceptual	Baseado na Criação de Valor Partilhado (CSV) de Porter; Kramer (2011) — integração entre rentabilidade económica e impacto ambiental positivo.

Fonte: Elaboração próprio. Baseada em: Walmart 2024; Walmart 2023; Instituto Ethos, 2013; Porter; Kramer, 2011.

Este modelo mostra como grandes empresas de retalho podem desempenhar um papel ativo na transição para uma economia de baixo carbono, criando valor partilhado ao longo da cadeia global (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Criação de clusters locais e desenvolvimento comunitário

De acordo com Porter e Kramer (2011), as empresas podem criar valor partilhado ao fortalecer os ecossistemas económicos e sociais locais em que operam — investindo em infraestruturas, educação, tecnologia e capacitação de fornecedores.

Este enfoque desloca a lógica tradicional de compensação social (filantropia) para uma integração estratégica, na qual impacto social e rentabilidade económica se reforçam mutuamente.

O caso da Intel Corporation representa um exemplo de Criação de Valor Partilhado (CSV) focado no investimento em capital humano e inovação tecnológica.

Através do programa Intel Education Initiatives, a empresa tem vindo a reforçar a educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) em países emergentes, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais e para a criação de ecossistemas de inovação locais. Esta estratégia não só promove a inclusão tecnológica e social, como também gera novos mercados e fortalece a competitividade empresarial da Intel.

O Quadro 4, disposto na página seguinte desta obra, resume as principais ações e resultados do programa, demonstrando a integração entre objetivos sociais e económicos na lógica da Criação de Valor Partilhado.

Quadro 4 – Intel: investimento em educação STEM e inovação local

Dimensão	Descrição / Informação principal
Empresa	Intel Corporation
Programa	Intel® Education Initiatives
Ano de início	2014 (consolidação de programas anteriores de literacia digital e educação tecnológica)
Objetivo central	Promover a educação STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e fortalecer as capacidades tecnológicas e de inovação em mercados emergentes.
Ações principais	• Formação de professores e modernização dos currículos escolares com conteúdos tecnológicos.
	• Parcerias com governos, universidades e ONG para programas de capacitação digital e inclusão tecnológica.
	• Criação de laboratórios de inovação e hubs tecnológicos em países como Brasil, Índia, Vietname, Nigéria e África do Sul.
	• Apoio a políticas públicas de transformação digital na educação.
Regiões de atuação	América Latina, África, Ásia e Europa Oriental.
Resultados (2014–2022)	• Mais de 15 milhões de estudantes e 2 milhões de professores beneficiados globalmente.
	• Aumento do número de profissionais qualificados em áreas tecnológicas nos países parceiros.
	• Expansão do acesso à internet e à literacia digital.
	• Fortalecimento do ecossistema de inovação local e criação de oportunidades de emprego qualificado.
Impactos sociais	• Melhoria da qualidade da educação e inclusão digital.
	• Redução das desigualdades tecnológicas entre países desenvolvidos e emergentes.
	• Formação de jovens e mulheres em competências digitais.
Impactos económicos	• Criação de novos mercados tecnológicos e expansão da base de consumidores.
	• Aumento da inovação e da competitividade empresarial.
	• Estímulo a parcerias público-privadas em ciência e tecnologia.
Enquadramento conceptual	Modelo de Criação de Valor Partilhado (CSV): o investimento em educação e inovação cria benefícios sociais (capacitação e inclusão) e económicos (novos mercados e talentos).

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Intel 2021; Intel, 2022; Porter; Kramer, 2011.

Críticas a criação de valor partilhado (CSV)

O conceito de Criação de Valor Partilhado (Creating Shared Value - CSV) foi introduzido por Porter e Kramer (2011), no artigo seminal "Creating Shared Value: How to Reinvent Capitalism and Unleash a Wave of Innovation and Growth" publicado na Harvard Business Review. A ideia central consiste em alinhar o desempenho económico das empresas com benefícios sociais, superando, segundo os autores, a limitação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), vista como periférica ou filantrópica.

Principais Méritos e Contribuições

Apesar das críticas, o CSV representou um avanço conceptual relevante por:

- Reforçar a ideia de que lucro e impacto social podem coexistir;
- Inserir a sustentabilidade e o impacto social no centro da estratégia corporativa;
- Reconfigurar o papel da empresa como agente de inovação social e ambiental;
- Estimular novas métricas de valor que ultrapassam o mero lucro financeiro.

Portanto, o CSV teve o mérito de popularizar o discurso de que o capitalismo pode ser "reformado" de dentro, sem depender apenas de regulação estatal.

Críticas Estruturais e Teóricas

a) Manutenção da Lógica Capitalista Tradicional

Autores como Crane *et al*. (2014) argumentam que o CSV não é transformador, pois preserva a lógica neoliberal que coloca o lucro no centro, apenas ajustando sua linguagem para questões sociais e ambientais. Assim, ele corrige, mas não desafia o capitalismo.

"Porter and Kramer's CSV concept is unoriginal, naïve and normatively problematic. It ignores the tensions between social and economic goals" (CRANE *et al*., 2014, California Management Review).

b) Ignora Estruturas de Poder e Desigualdade

O CSV é acusado de ser "apolítico" (Crane et al., 2014), pois trata problemas sociais como falhas de mercado, desconsiderando o papel do poder político, regulação, desigualdade estrutural e exploração. Essa abordagem é particularmente limitada em contextos do Sul Global, onde as relações de poder e as instituições frágeis moldam o sucesso (ou fracasso) das práticas empresariais.

c) Ilusão Win-Win

O CSV assume que é sempre possível criar soluções de ganho mútuo (*win-win*) entre empresas e sociedade. Contudo, em muitos

casos, os interesses econômicos e sociais são antagônicos, e envolvem trade-offs éticos e ambientais inevitáveis (BESCHORNER; HAJDUK, 2017).

Por exemplo, aumento de lucro pode vir à custa de desemprego, exploração laboral ou desflorestação.

d) Superficialidade Operacional e Falta de Métricas

Na prática, o CSV carece de instrumentos robustos para mensurar impacto real. A ausência de métricas independentes e verificáveis abre espaço para greenwashing — empresas que usam o discurso do valor partilhado sem gerar impacto real (BESCHORNER, 2014).

e) Carência de Originalidade Conceitual

Vários estudiosos argumentam que o CSV é apenas uma reformulação de ideias pré-existentes, como:

- Responsabilidade Social Corporativa (RSC)
- Teoria dos Stakeholders (FREEMAN, 1984)
- Triple Bottom Line (ELKINGTON, 1997)

Assim, o CSV é "conceitualmente redundante" (BESCHORNER, 2014), pois não propõe novos paradigmas nem mecanismos inovadores de governança ética.

Comparação com o Modelo de Valor Integrado (Wayne Visser)

Wayne Visser (2010, 2013) propõe o conceito de Valor Integrado (Integrated Value) como uma evolução do CSV. Enquanto o CSV busca alinhar lucro e impacto social dentro da lógica de mercado, o Valor Integrado propõe uma transformação sistêmica das economias e sociedades, com base em:

- Reconhecimento das limitações do capitalismo de mercado;
- Cocriação com comunidades locais;
- Economia circular e regeneração ecológica;
- Integração de valores culturais, sociais, ambientais e econômicos num mesmo modelo empresarial.

Diferente do CSV, o Valor Integrado não parte da empresa, mas das necessidades sistêmicas da sociedade, propondo inovação estrutural e mudança paradigmática.

Em síntese, a Criação de Valor Partilhado (CSV) é uma abordagem útil, mas insuficiente.

Ela avança o discurso corporativo sobre sustentabilidade, porém não altera as bases estruturais do capitalismo nem enfrenta as tensões éticas e políticas inerentes ao desenvolvimento sustentável.

O CSV tem valor instrumental — como ferramenta de gestão estratégica e comunicação — mas fracassa como modelo de transformação social. O desafio contemporâneo é ir além do "valor partilhado" e caminhar para o valor regenerativo e integrado, que incorpora justiça social, equidade e resiliência ecológica como pilares e não apenas externalidades economicamente aproveitáveis.

O CAPITALISMO CONSCIENTE

Nos últimos anos, aprofundou-se o debate sobre o papel das empresas na sociedade. Para além da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e da Criação de Valor Partilhado (CSV), emergiu a proposta de Capitalismo Consciente, desenvolvida por John Mackey (fundador da Whole Foods) e Raj Sisodia (2013) no livro Conscious Capitalism: Liberating the Heroic Spirit of Business.

Este movimento defende que o capitalismo pode e deve ser uma força positiva, desde que repensado com base em quatro princípios fundamentais:

1. Propósito maior

Segundo Mackey e Sisodia (2013), as empresas não existem apenas para gerar lucro — embora este seja necessário para a sua sobrevivência. A sua verdadeira força transformadora reside em servir um propósito mais amplo, alinhado com causas sociais e ambientais.

Exemplo: a Tesla nasceu com a missão explícita de acelerar a transição para uma economia baseada em energias limpas, não apenas como produtora de automóveis.

Exemplo: a Ben e Jerry's vincula a sua marca a causas como justiça climática e direitos civis, integrando o ativismo no core business.

Um propósito inspirador não só atrai clientes e talentos, como gera resiliência organizacional e confiança social.

2. Orientação para *stakeholders*

O Capitalismo Consciente reforça a Stakeholder Theory de Freeman (1984), mas coloca a sua aplicação no centro da identidade empresarial. Não se trata de "gerir stakeholders" como meio de reduzir riscos reputacionais, mas de cultivar relações genuínas de parceria.

Exemplo: a Natura (Brasil) desenvolve cadeias de fornecimento inclusivas com comunidades da Amazónia, valorizando conhecimento tradicional e gerando impacto social.

Exemplo: empresas B-Corp, como a Seventh Generation, são legalmente obrigadas a considerar os efeitos das suas decisões sobre trabalhadores, fornecedores, clientes, comunidades e ambiente.

3. Liderança consciente

O modelo tradicional de liderança, centrado no controlo e na maximização de métricas financeiras, é substituído por uma visão de liderança servidora. Os líderes conscientes:

- Inspiram, em vez de apenas gerir;
- Equilibram resultados de curto prazo com impacto de longo prazo;
- Cultivam empatia, integridade e visão sistémica.

Exemplo: Paul Polman, ex-CEO da Unilever, recusou a prática de relatórios trimestrais para focar-se em metas de sustentabilidade a longo prazo.

Exemplo: Yvon Chouinard, fundador da Patagonia, abdicou da sua fortuna ao transferir a propriedade da empresa para um fundo ambiental em 2022.

4. Cultura consciente

Por fim, o Capitalismo Consciente valoriza a construção de uma cultura organizacional baseada em confiança, transparência e responsabilidade partilhada. Cultura consciente significa que os valores da empresa não são apenas slogans de marketing, mas práticas quotidianas.

Exemplo: empresas tecnológicas como a Salesforce adoptaram modelos de filantropia integrada (1-1-1 model: 1% de capital, tempo e produto para causas sociais).

Uma cultura consciente cria coesão interna e dá autenticidade à marca, reduzindo o risco de incoerência e de greenwashing.

Diferença em relação à RSC e ao CSV

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tende a ser periférica e voluntária, frequentemente associada a ações filantrópicas.

A Criação de Valor Partilhado (CSV) aproxima-se mais da estratégia, mas ainda assume que empresas atuam dentro da lógica de maximização de valor económico, "adicionando" impacto social.

O Capitalismo Consciente, por sua vez, defende que propósito, stakeholders, liderança e cultura devem estar no coração do negócio — não como complemento, mas como essência.

Assim, propõe não apenas corrigir excessos do capitalismo, mas transformar a sua lógica fundamental.

EXEMPLOS CONTEMPORÂNEOS

Os princípios do capitalismo consciente e da criação de valor partilhado já não são apenas teorias académicas ou discursos aspiracionais: têm vindo a ser aplicados por empresas globais e movimentos empresariais que procuram integrar a sustentabilidade no centro das suas estratégias.

> Reduzir pela metade a pegada ambiental dos seus produtos;
>
> Melhorar a saúde e bem-estar de mais de 1 milhar de milhão de pessoas;
>
> Melhorar condições de vida de milhões nas cadeias de valor.

Em 2022, o fundador Yvon Chouinard anunciou a doação da totalidade da empresa (avaliada em cerca de 3 mil milhões de dólares) a um fundo de proteção ambiental. Os lucros, cerca de 100 milhões de dólares por ano, são agora canalizados para combater a crise climática e proteger ecossistemas (GELLES, 2022).

Este gesto radical marcou uma viragem no debate global, mostrando que a empresa pode ser estruturada como veículo de conservação e não apenas de acumulação privada.

B-Corps: um movimento global de empresas com propósito

O movimento B-Corp (Benefit Corporations) surgiu em 2006 e certifica empresas que cumprem elevados padrões sociais, ambientais e de governança. Ao contrário de iniciativas voluntárias, a certificação obriga a:

- Alterar os estatutos jurídicos,
- Integrar impacto social e ambiental no objeto da empresa,
- Submeter-se a avaliações regulares pelo B Lab.

As B-Corps demonstram que é possível institucionalizar o capitalismo de stakeholders, transformando-o num modelo replicável e escalável.

Na indústria mineira angolana, a Sociedade Mineira de Catoca e outras operadoras diamantíferas adotaram programas de responsabilidade social direcionados ao reassentamento sustentável, infraestruturas sociais, combate à pobreza, programas de patrocínio e incentivo de formação de quadros em todos os níveis de ensino e diversificação económica local. Estes esforços respondem às exigências do Kimberley Process e aos padrões internacionais de mineração responsável, assim como cumprimento e alinhamento com os ODS que reforçam a importância da participação comunitária e da mitigação dos impactos económicos, sociais e ambientais.

A iniciativa da Sociedade Mineira de Catoca, Lda. (Catoca) de construir uma unidade fabril em Saurimo, na província da Lunda Sul, destinada à produção de merenda escolar — composta por pão

e leite de soja — para cerca de 50 mil alunos, constitui uma ação estruturada de responsabilidade social corporativa que articula simultaneamente objetivos educativos e de desenvolvimento comunitário (SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA, 2024). A fábrica, edificada numa área de aproximadamente cinco mil metros quadrados nos arredores do bairro Txazaínga, foi concebida para apoiar o combate à evasão escolar, assegurando uma produção inicial de cerca de 35 000 unidades diárias de merenda, com possibilidade de expansão até aproximadamente 60 000 unidades, o que evidencia o seu potencial impacto na melhoria da assiduidade e permanência dos alunos no sistema de ensino.

No quadro conceptual da criação de valor partilhado, esta intervenção ultrapassa o domínio convencional da filantropia empresarial, ao alinhar as necessidades e prioridades sociais da comunidade com a estratégia operacional de uma empresa mineira de grande escala. Ao investir na nutrição escolar, a Catoca contribui para o reforço do capital humano local, para a geração de emprego qualificado, para o dinamismo das cadeias produtivas regionais e para o fortalecimento da confiança mútua entre a empresa e as comunidades da Lunda Sul. Em simultâneo, a iniciativa consolida a legitimidade social da empresa, reduz potenciais riscos socioeconómicos associados à atividade extrativa e reforça a sua licença social para operar — fatores essenciais para a sustentabilidade de longo prazo no sector mineiro. Assim, o projeto de merenda escolar constitui um exemplo concreto de como é possível integrar criação de valor económico com benefícios sociais duradouros.

A teoria da Criação de Valor Partilhado, apresentada por Porter e Kramer (2011), tem vindo a ganhar espaço em Angola como alternativa à RSC tradicional. Enquanto a RSC tende a atuar como compensação social ou filantropia, o Valor Partilhado propõe a

integração dos problemas sociais dentro do próprio modelo de negócio.

No contexto angolano, o CSV é particularmente relevante porque muitos dos desafios sociais tais como o emprego juvenil, diversificação económica, formação técnica, saneamento, energia e agricultura constituem simultaneamente oportunidades para inovação empresarial. Empresas dos setores bancário, telecomunicações, energia e mineração estão progressivamente a adotar projetos que combinam oportunidade económica e impacto social.

Contudo, a emergência da Agenda 2050 de Angola, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constitui uma janela de oportunidade para integrar a sustentabilidade e o valor partilhado nas dinâmicas económicas nacionais.

Estes exemplos revelam que:

- A sustentabilidade está a ser internalizada na estratégia empresarial;
- O conceito de lucro está a ser redefinido, passando a incluir impactos sociais e ambientais;
- As empresas enfrentam tensões entre resultados de curto prazo e propósito de longo prazo;
- Há uma transição em curso, embora com avanços desiguais.

As transformações analisadas — da teoria dos stakeholders ao capitalismo consciente, passando pela responsabilidade social corporativa e pela criação de valor partilhado — convergem para uma conclusão clara: a lógica do lucro isolado já não é suficiente

para garantir a legitimidade nem a sobrevivência das empresas no século XXI.

Num contexto marcado pela emergência climática, pela crescente desigualdade e pela perda de confiança nos mercados, as empresas estão a ser chamadas a assumir um papel mais abrangente, como atores sociais e ambientais com responsabilidades globais.

Este reposicionamento traduz-se na construção de um novo contrato social empresarial, baseado em três pilares:

Valor partilhado: o lucro continua a ser necessário, mas deve ser gerado de forma a beneficiar também trabalhadores, comunidades e ecossistemas.

Propósito e legitimidade: empresas sem um propósito claro, alinhado com as necessidades sociais e ambientais, correm o risco de perder consumidores, talentos e investidores.

Responsabilidade global: no mundo interconectado da globalização, cadeias de valor transnacionais implicam responsabilidade para além das fronteiras legais.

Um exemplo emblemático desta viragem foi a declaração da Business Roundtable (2019) — organização que reúne os CEOs das maiores empresas dos EUA — afirmando que a finalidade da empresa é "criar valor para todos os stakeholders", rompendo formalmente com o dogma de Friedman.

Outro contributo relevante é o conceito de Net Positive, defendido por Paul Polman e Andrew Winston (2021), que propõe que as empresas devem não apenas reduzir impactos negativos, mas contribuir ativamente para regenerar ecossistemas e fortalecer sociedades.

Esta visão está também em linha com as exigências de investidores institucionais, como Larry Fink (CEO da BlackRock), que em sucessivas cartas anuais apelou às empresas para

incorporarem ESG e propósito estratégico como condições para acesso a capital (FINK, 2020).

Assim, o "novo contrato social empresarial" representa uma mudança histórica: a empresa deixa de ser apenas um motor de crescimento económico para se assumir como instituição social essencial à sustentabilidade do planeta.

CAPÍTULO 3

O Conceito do Triple Bottom Line

O CONCEITO DO TRIPLE BOTTOM LINE

Em 1997, o consultor e pensador britânico John Elkington publicou Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business, obra que se tornou referência nos debates sobre responsabilidade empresarial. Foi neste livro que Elkington introduziu o conceito de Triple Bottom Line (TBL), também conhecido como "tripé da sustentabilidade".

O TBL representava uma tentativa de reformular os critérios de sucesso empresarial, deslocando o foco exclusivo da dimensão financeira (profit) para uma abordagem integrada que inclui igualmente dimensões sociais (*people*) e ambientais (*planet*).

AS TRÊS DIMENSÕES DO TBL

Profit (*Lucro*)

Continua a ser considerado essencial, mas deixa de ser o único indicador.

Envolve não apenas rentabilidade imediata, mas também a criação de valor económico sustentável a longo prazo.

People (*Pessoas*)

Avalia como a empresa trata trabalhadores, consumidores, fornecedores, comunidades locais e a sociedade em geral.

Inclui condições de trabalho dignas, equidade, diversidade, respeito pelos direitos humanos e pela saúde e segurança.

Planet (*Planeta*)

Incide sobre os impactos ambientais: emissões de carbono, gestão de recursos naturais, uso da água, resíduos, poluição e preservação da biodiversidade.

Reconhece que a actividade económica depende de limites biofísicos que não podem ser ultrapassados.

Rutura com a primazia do accionista

A proposta de Elkington rompia com a lógica da primazia do acionista defendida por Milton Friedman (1970), para quem a única responsabilidade social da empresa era gerar lucro. Ao propor uma avaliação baseada em três pilares interdependentes — económico, social e ambiental —, o Triple Bottom Line (TBL) de Elkington (1997) alinhava-se com a teoria dos stakeholders de Freeman (1984), reforçando a ideia de que a legitimidade da empresa depende do equilíbrio entre esses objetivos (JEURISSEN, 2000).

Inserção no contexto histórico

O TBL emergiu num contexto marcado por:

A globalização e a crescente visibilidade de problemas sociais e ambientais ligados a cadeias de abastecimento globais (KORTEN, 1995).

A crescente pressão da sociedade civil, que nos anos 1990 denunciava práticas de exploração laboral (como no sector têxtil) e desastres ambientais (caso EXXON VALDEZ, 1989).

A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pelo Relatório Brundtland (WCED, 1987), que defendia o equilíbrio entre necessidades presentes e futuras.

Elkington traduziu estas pressões em linguagem empresarial acessível, ajudando a aproximar o debate da sustentabilidade da realidade corporativa.

Importância e impacto inicial

O TBL rapidamente ganhou projeção entre académicos, empresas e organismos internacionais. Foi adotado como enquadramento conceptual por iniciativas como a Global Reporting Initiative (GRI), criada em 1997, que estabeleceu padrões internacionais de reporte de sustentabilidade alinhados com a lógica de medir impactos sociais, ambientais e económicos.

Assim, o TBL não apenas introduziu uma nova métrica, mas ajudou a consolidar a visão de que a empresa é uma instituição social, corresponsável pelo desenvolvimento sustentável.

DIFUSÃO E IMPACTO INICIAL

O conceito de Triple Bottom Line (TBL), introduzido por John Elkington em 1997, rapidamente ultrapassou o espaço

académico e consultivo para ganhar adesão entre empresas globais e organismos internacionais.

O TBL como linguagem de reporte

Nos anos 2000, o TBL tornou-se uma estrutura conceptual central nos relatórios de sustentabilidade. Um dos marcos mais importantes foi a criação da Global Reporting Initiative (GRI), em 1997, que desde cedo incorporou princípios alinhados com a lógica do TBL (GRI, 2000). A GRI propôs que empresas reportassem regularmente não apenas indicadores financeiros, mas também sociais e ambientais, inaugurando o movimento global de triple reporting.

Este movimento coincidiu com a emergência de iniciativas como:

> o Pacto Global das Nações Unidas (2000), que incentivou empresas a adotar princípios de direitos humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção;
>
> os primeiros relatórios integrados, que começaram a surgir na década de 2010, tentando articular desempenho financeiro e não financeiro numa lógica unificada.

Assim, o TBL consolidou-se como uma linguagem comum entre empresas, investidores, governos e sociedade civil para avaliar sustentabilidade corporativa.

Exemplos de adoção corporativa

Várias multinacionais adotaram a terminologia do TBL como forma de legitimar compromissos de sustentabilidade:

Nike → após críticas sobre exploração laboral nos anos 1990, passou a divulgar relatórios de sustentabilidade baseados no tripé do TBL, ainda que muitas vezes com acusações de inconsistência (STABILE, 2000).

Shell e BP → ambas usaram o TBL como enquadramento para justificar investimentos em energias renováveis e compromissos de responsabilidade ambiental, embora tenham sido criticadas por continuarem a expandir operações de combustíveis fósseis (Banerjee, 2008).

Nestes casos, o TBL foi muitas vezes adotado como ferramenta de gestão reputacional em resposta a crises de legitimidade social e ambiental.

Críticas à adoção superficial

Apesar do seu impacto, académicos apontaram que, em muitos casos, o TBL foi reduzido a um exercício simbólico.

Milne e Gray (2013) argumentam que a utilização do TBL em relatórios corporativos se tornou frequentemente instrumental e superficial, sem provocar mudanças substantivas nos modelos de negócio.

Brown, Dillard e Marshall (2008) defendem que a adoção do TBL muitas vezes reforçou práticas de greenwashing, legitimando empresas sem alterar dinâmicas de exploração ambiental ou laboral.

Spence (2009) alerta que o TBL pode criar uma ilusão de equilíbrio entre lucro, pessoas e planeta, quando na prática a dimensão financeira continua a prevalecer sobre as outras.

Impacto inicial: entre inovação e legitimidade

Apesar das críticas, a difusão do TBL teve efeitos positivos:

> promoveu a normalização de práticas de reporte não financeiro;
>
> introduziu uma linguagem acessível para discutir sustentabilidade empresarial;
>
> abriu espaço para a evolução de estruturas mais complexas, como os padrões ESG (Environmental, Social, Governance) e o Integrated Reporting Framework.

Assim, embora muitas vezes apropriado de forma superficial, o TBL funcionou como porta de entrada para que a sustentabilidade passasse a integrar o vocabulário empresarial global.

CRÍTICAS E REFORMULAÇÃO DO TBL

Embora o Triple Bottom Line (TBL) tenha sido um marco no debate sobre sustentabilidade empresarial, a sua aplicação prática revelou importantes limitações. Passadas duas décadas, o próprio John Elkington (2018) publicou na Harvard Business Review um artigo intitulado 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It, em que argumentava que

muitas empresas haviam transformado o TBL num mero exercício de contabilidade social e ambiental — sem alteração real de modelos de negócio ou impacto sistémico.

Dificuldade de mensuração

Enquanto os resultados financeiros podem ser facilmente quantificados, os impactos sociais e ambientais são mais intangíveis, multidimensionais e dependentes de contextos culturais e ecológicos (NORMAN; MACDONALD, 2004).

Diferentes metodologias de reporte (GRI, SASB, Integrated Reporting) tentaram colmatar este problema, mas a falta de métricas universais continua a ser um desafio (GRAY, 2010).

Assimetria entre dimensões

Apesar da retórica do equilíbrio, na prática o "Profit" continua a prevalecer sobre "People" e "Planet". Estudos mostram que a maioria das empresas prioriza relatórios financeiros e utiliza indicadores sociais/ambientais de forma secundária (MILNE; GRAY, 2013).

Isto gera um risco de o TBL funcionar apenas como "complemento" em vez de reestruturar a lógica capitalista.

Risco de greenwashing

Diversas empresas foram acusadas de adotar o TBL como ferramenta de legitimação reputacional, divulgando relatórios de sustentabilidade sem transformar práticas centrais.

Exemplos emblemáticos incluem BP e Shell, que anunciaram compromissos "verdes" enquanto continuavam a expandir a exploração de combustíveis fósseis (BANERJEE, 2008).

Assim, o TBL pode ser apropriado como estratégia de marketing em vez de motor de mudança estrutural (SPENCE, 2009).

A "retoma" do TBL proposta por Elkington

Face a estas limitações, Elkington (2018) sugeriu que era necessário "reconquistar" o conceito do TBL, de forma a deixar de tratar pessoas e planeta como variáveis contabilísticas, promover mudanças sistémicas que alinhem negócios, governos e sociedade civil, reconfigurar os modelos económicos e regulatórios, de modo a que externalidades negativas deixem de ser invisíveis.

A crítica de Elkington aponta para a necessidade de um capitalismo regenerativo, em que empresas não apenas minimizem impactos negativos, mas contribuam ativamente para restaurar ecossistemas e promover justiça social (FULLERTON, 2015).

O legado das críticas ao TBL

Apesar das falhas, o debate em torno do TBL foi fundamental para abrir caminho a novas estruturas e métricas de sustentabilidade:

ESG (Environmental, Social, Governance) → amplamente adotado por investidores, traduzindo o tripé em critérios de avaliação de risco.

Economia Donut (RAWORTH, 2017) → expandindo a lógica do TBL para uma visão macroeconómica, assente em limites planetários e fundações sociais.

Agenda 2030 e ODS da ONU (2015) → fornecendo indicadores globais para medir progresso em objetivos sociais, ambientais e económicos.

Assim, pode-se dizer que o TBL cumpriu um papel pedagógico e catalisador, mas a sua reformulação exige superar o risco de superficialidade e alinhar empresas com uma lógica de transformação estrutural do capitalismo.

DA LÓGICA TBL À ECONOMIA DONUT

O conceito de Triple Bottom Line (TBL), ao introduzir a ideia de que empresas devem ser avaliadas não apenas pela performance financeira, mas também pelo impacto social e ambiental, abriu caminho para abordagens mais holísticas e sistémicas da sustentabilidade. Uma das mais influentes é a Economia Donut, proposta pela economista britânica Kate Raworth no livro Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist (2017).

O modelo do Donut: um espaço seguro e justo

Raworth (2017) argumenta que a economia tradicional — focada no crescimento ilimitado — ignora os limites biofísicos do planeta e as necessidades sociais fundamentais. Para responder a este desafio, desenvolveu o modelo do Donut, que identifica um "espaço seguro e justo para a humanidade", situado entre dois limites:

O limite superior – os limites planetários

Conceito desenvolvido por Rockström *et al*. (2009), que identificaram nove processos biofísicos fundamentais para a estabilidade da Terra (como clima, biodiversidade, ciclos de nitrogénio e fósforo, acidificação dos oceanos).

Ultrapassar esses limites implica risco de colapso ecológico irreversível.

O limite inferior – as fundações sociais

Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, corresponde aos direitos básicos de todos os seres humanos: saúde, educação, igualdade de género, habitação, alimentação adequada, participação política.

Ficar abaixo desse patamar significa deixar milhões de pessoas em situação de pobreza e exclusão.

Assim, o Donut representa o espaço intermédio onde a economia deve operar: satisfazendo as necessidades humanas sem ultrapassar os limites ecológicos.

Comparação com o TBL

O TBL já articulava os três pilares da sustentabilidade (lucro, pessoas, planeta), mas não definia fronteiras operacionais claras. A Economia Donut avança nesse sentido, fornecendo um quadro

normativo e visual que liga sustentabilidade empresarial à escala planetária e social global.

Enquanto o TBL é sobretudo uma ferramenta corporativa, a Economia Donut funciona como modelo económico e político, aplicável a cidades, países e empresas.

Aplicações práticas da Economia Donut

O modelo tem vindo a ser adotado em diferentes contextos:

- *Amesterdão (2020)* foi a primeira cidade do mundo a adotar formalmente o modelo Donut como guia estratégico para o planeamento urbano e económico. Entre as medidas destacam-se: promoção da economia circular na construção civil, redução do desperdício alimentar e políticas de habitação sustentável (RAWORTH; DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB, 2020).
- *Bruxelas e Nanaimo (Bélgica e Canadá)* → seguiram os passos de Amesterdão, aplicando o Donut no planeamento local, especialmente em áreas como mobilidade, energia e habitação.
- *Empresas e investidores* começam a utilizar o Donut como referência complementar ao TBL e às métricas ESG, alinhando estratégias corporativas com limites planetários e justiça social (CHARLTON, 2020).

Implicações para a gestão empresarial e políticas públicas

A Economia Donut tem implicações profundas:

- Para empresas: exige pensar além da maximização do lucro, alinhando estratégias de inovação, cadeias de abastecimento e investimentos com limites ecológicos globais.
- Para cidades e governos: oferece um quadro de planeamento integrado, articulando desenvolvimento económico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.
- Para investidores e finanças: reforça a necessidade de instrumentos financeiros verdes e de métricas que reflitam riscos planetários e sociais (ECCLES; KLIMENKO, 2019).

Se o Triple Bottom Line foi uma primeira tradução da sustentabilidade para o mundo empresarial, a Economia Donut representa uma evolução, ao propor um modelo que reconhece explicitamente a interdependência entre economia, sociedade e ecossistemas. Trata-se de uma mudança de paradigma que procura redefinir o sucesso económico dentro de fronteiras biofísicas e sociais bem delimitadas.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA EMPRESAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A evolução do Triple Bottom Line (TBL) para modelos mais holísticos, como a Economia Donut, representa uma mudança de paradigma que afeta profundamente a forma como empresas, investidores e governos entendem o papel da economia na sociedade e no planeta.

1. Implicações para empresas

A adoção de modelos sistémicos implica que as empresas integrem métricas ambientais e sociais diretamente nos seus processos de tomada de decisão, e não apenas como relatórios acessórios.

Transformação das cadeias de valor: empresas líderes estão a repensar fornecedores, matérias-primas e processos de produção, visando reduzir emissões de carbono, consumo de água e desperdício.

Exemplo: a Interface Inc., multinacional de carpetes, adotou a estratégia Mission Zero, com o objetivo de eliminar impactos ambientais negativos até 2020, e agora aposta numa agenda de carbono negativo (GINGERICH, 2009).

Economia circular: várias empresas começam a substituir o modelo linear "extrair-produzir-descartar" por modelos de recuperação e reutilização de materiais (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

2. Implicações para investidores

O setor financeiro tem papel crucial na transição para modelos sustentáveis. O enquadramento ESG (Environmental, Social, Governance) tornou-se central na avaliação de risco e no acesso a capital:

Integração ESG: grandes gestoras de ativos, como a BlackRock, já defendem que fatores ESG devem ser incorporados como instrumentos de gestão de risco e criação de valor a longo prazo (FINK, 2020).

Finanças verdes têm ganhado força por meio de instrumentos como *green bonds*, *sustainability-linked loans* e mercados de créditos de carbono, direcionando capital para a transição energética e projetos regenerativos. Segundo o Global State of the Market Report 2022, emitentes de títulos verdes e rotulados ("GSS+") juntos movimentaram centenas de bilhões de dólares, sinalizando maturação crescente desses mercados.

No campo regulatório, há pressão crescente: a União Europeia implementou a Taxonomia da Sustentabilidade (Regulamento da UE sobre atividades ambientalmente sustentáveis) e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD, 2022), exigindo que empresas e investidores reportem riscos e impactos de forma padronizada e com transparência.

Assim, o movimento iniciado pelo TBL ganhou escala global, transformando-se em parâmetro obrigatório de reporte e decisão financeira.

3. Implicações para governos e cidades

Governos nacionais e administrações locais têm adotado a lógica da sustentabilidade tripla e da Economia Donut como guias para políticas públicas:

Em termos de planejamento urbano, cidades como Amsterdã e Bruxelas incorporaram o modelo Donut em seus planos econômicos, de habitação e mobilidade sustentável, como parte de estratégias para coordenar crescimento social dentro de limites ecológicos (RAWORTH; DEAL, 2020).

Transição energética justa: governos europeus estão a integrar metas climáticas com objetivos sociais, para garantir que a descarbonização não agrave desigualdades (IEA, 2021).

Integração dos ODS: a Agenda 2030 da ONU funciona como referência para alinhar políticas públicas com objetivos sociais (redução da pobreza, saúde, educação) e ambientais (clima, biodiversidade) (ONU, 2015).

Assim, os governos tornam-se atores-chave na regulação do espaço do Donut, garantindo que o crescimento económico decorra dentro de limites planetários e sociais.

A transição do TBL para a Economia Donut implica uma mudança cultural e estrutural:

- As empresas deixam de medir apenas lucro e passam a incluir pessoas e planeta como pilares estratégicos.
- Os investidores assumem métricas ESG não como reputação, mas como fundamento de valor económico.
- Os governos e cidades passam a articular políticas que conciliam equidade social e integridade ecológica.

Este movimento indica que a sustentabilidade deixou de ser acessória, tornando-se um novo critério de legitimidade económica, política e social no século XXI.

O Triple Bottom Line (TBL) representou um marco no pensamento empresarial contemporâneo. Ao propor que o desempenho das empresas fosse avaliado em três dimensões — lucro, pessoas e planeta —, Elkington (1997) abriu caminho para que a sustentabilidade fosse incorporada no discurso corporativo e académico. O TBL funcionou como ponte conceptual entre a lógica do *shareholder primacy*, defendida por Milton Friedman (1970), e as atuais agendas de sustentabilidade corporativa, que reconhecem a

interdependência entre valor económico, coesão social e integridade ecológica.

Apesar do seu impacto, a aplicação prática do TBL revelou limitações significativas: dificuldades de mensuração (NORMAN; MACDONALD, 2004), assimetrias entre dimensões (com o lucro a prevalecer sobre as restantes) e riscos de instrumentalização em práticas de greenwashing (MILNE; GRAY, 2013). O próprio Elkington (2018) reconheceu estas fragilidades e apelou a uma "retoma" do conceito, defendendo que a sustentabilidade não pode ser reduzida a um mero exercício contabilístico, mas exige mudanças sistémicas nos modelos de negócio e nos enquadramentos regulatórios.

Neste contexto, novas abordagens vieram complementar e expandir a visão do TBL:

- A Economia Donut de Raworth (2017) introduziu a ideia de um "espaço seguro e justo" para a humanidade, delimitado entre limites planetários (ROCKSTRÖM *et al*., 2009) e fundações sociais inspiradas nos ODS da ONU (2015).
- O conceito de limites planetários reforçou a necessidade de reconhecer a finitude dos recursos naturais e a urgência de respeitar a resiliência dos ecossistemas.
- O movimento ESG (Environmental, Social, Governance) traduziu o tripé em métricas mais concretas, orientando investidores e reguladores na avaliação de riscos e oportunidades da sustentabilidade.

Assim, pode afirmar-se que o TBL teve um papel pedagógico e catalisador, ajudando a inserir a sustentabilidade no vocabulário empresarial global. Contudo, os desafios atuais — emergência climática, desigualdades sociais persistentes, pressões sobre a biodiversidade — exigem ferramentas mais robustas e sistémicas, como a Economia Donut ou o enquadramento dos limites planetários.

O legado do TBL não reside tanto na sua precisão metodológica, mas no facto de ter quebrado o monopólio do lucro como medida de sucesso empresarial e de ter aberto espaço para que novas gerações de gestores, investidores e decisores políticos repensem o papel da empresa no século XXI.

CAPÍTULO 4

Valor Económico, Social e Ambiental

VALOR ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Durante grande parte do século XX, a noção de criação de valor empresarial esteve fortemente associada à maximização de indicadores financeiros. O lucro líquido, o retorno sobre o investimento (ROI), a valorização bolsista e a distribuição de dividendos eram considerados as métricas centrais do sucesso empresarial (FRIEDMAN, 1970). Esta lógica assentava na ideia de que a missão da empresa era gerar riqueza para os seus acionistas, numa visão estreitamente ligada ao paradigma da shareholder primacy.

Contudo, esta conceção revelou-se reducionista, pois ignorava os chamados impactos externos (externalidades): custos sociais e ambientais que não eram contabilizados nos balanços financeiros, como a poluição, a degradação da biodiversidade, as más condições de trabalho ou as desigualdades salariais (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018). Durante décadas, estas externalidades permaneceram invisíveis para os mercados, mas tiveram consequências estruturais na sustentabilidade económica e social.

OS LIMITES DO PARADIGMA FINANCEIRO

A ênfase exclusiva no valor económico-financeiro criou uma falsa perceção de progresso. Durante o período de crescimento acelerado do pós-guerra, conhecido como "Trinta Gloriosos" (1945–1975), os indicadores de PIB e produtividade cresceram em muitas economias ocidentais, mas paralelamente aumentaram os custos ambientais e sociais ocultos (MEADOWS *et al*., 1972).

O desastre de Chernobyl (1986) tornou evidente os riscos de negligenciar a segurança ambiental em prol da produtividade energética. O desastre de Mariana (2015), no Brasil, expôs as falhas de governança empresarial e os impactos devastadores da mineração desregulada nas comunidades e ecossistemas. Mais recentemente, a pandemia de COVID-19 (2020) revelou a fragilidade de cadeias globais de produção que, embora eficientes do ponto de vista financeiro, eram incapazes de lidar com choques sociais e de saúde pública (SACHS; 2022).

Estes exemplos demonstram que uma visão unidimensional do valor, focada apenas no lucro, é insustentável num mundo marcado por interdependências sociais e ecológicas.

EXTERNALIDADES E INVISIBILIDADES DO MERCADO

Autores como Joseph Stiglitz e Amartya Sen sublinharam que o PIB e os lucros empresariais não captam dimensões essenciais do bem-estar humano, como a qualidade do ar, o acesso a cuidados de saúde ou a equidade social (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009).

Ao não contabilizar estes fatores, o sistema económico criou incentivos perversos:

Empresas podiam aumentar os lucros à custa da exploração de mão de obra precária.

Setores altamente poluentes (como combustíveis fósseis) eram recompensados pelos mercados sem incluir nos preços os custos climáticos.

Governos mediam sucesso económico apenas pelo crescimento do PIB, ignorando desigualdades estruturais ou degradação ambiental.

A este respeito, Kate Raworth (2018) observa que a economia ortodoxa reduziu o valor a uma lógica de crescimento ilimitado, negligenciando a finitude dos recursos naturais e a necessidade de justiça social.

A EMERGÊNCIA DE NOVOS RISCOS PARA EMPRESAS

À medida que estas externalidades se acumularam, o risco de inação tornou-se mais evidente:

- Risco reputacional → escândalos de corrupção, violações de direitos humanos ou desastres ambientais podem destruir em dias o valor de marca construído ao longo de décadas (PORTER; KRAMER, 2011).
- Risco regulatório → a pressão internacional por metas climáticas (ACORDO DE PARIS, 2015) está a impor restrições legais e fiscais às empresas que não se adaptam.
- Risco sistémico → crises como a COVID-19 mostraram como choques sociais e sanitários podem desestabilizar setores inteiros, revelando a dependência das empresas de sistemas sociais e ecológicos resilientes (IPCC, 2023).

Deste modo, a própria lógica da maximização de valor económico de curto prazo coloca em causa a perenidade das empresas no longo prazo.

Do colapso à reformulação do conceito de valor

O colapso da visão tradicional de valor não significa a rejeição da dimensão financeira, mas sim o seu reencaixe numa perspetiva mais ampla. Hoje, fala-se cada vez mais em valor partilhado (PORTER; KRAMER, 2011), valor sustentável (ELKINGTON, 1997) e capitalismo regenerativo (FULLERTON, 2015).

Esta transição implica reconhecer que:

- Não há valor económico duradouro sem coesão social. Empresas dependem de sociedades estáveis para garantir mercados de consumo, mão de obra qualificada e legitimidade política.
- Não há valor económico sem equilíbrio ambiental. Ecossistemas saudáveis são a base da produção agrícola, da regulação climática e da inovação biotecnológica.
- Não há competitividade futura sem adaptação às transições globais, como a transição energética, a revolução digital e a economia circular.

Assim, a criação de valor no século XXI não pode ser entendida apenas como retorno financeiro, mas como equilíbrio entre rentabilidade económica, justiça social e sustentabilidade ecológica.

O paradigma financeiro clássico, baseado na maximização de lucros e no ROI, colapsou perante a realidade contemporânea. Os desastres ambientais, as crises sociais e os choques globais como a

pandemia demonstraram que a riqueza não pode ser construída sobre a degradação da base ecológica e a fragmentação social.

A visão moderna de valor exige um contrato social empresarial renovado, onde empresas, governos e sociedade civil reconhecem que a viabilidade económica está intrinsecamente ligada à sustentabilidade social e ambiental. O caminho aberto por conceitos como o Triple Bottom Line (ELKINGTON, 1997) e a Economia Donut (RAWORTH, 2017) revela que o desafio não é apenas contabilizar lucros, mas redefinir o que significa prosperar no século XXI.

OS CUSTOS DA INAÇÃO

A economia da inação

O debate sobre sustentabilidade já não se centra apenas em argumentos éticos ou morais. A questão central passou a ser económica: quanto custa não agir? A crescente frequência de fenómenos climáticos extremos, a perda de biodiversidade e as desigualdades sociais acumuladas demonstram que a inação tem um preço muito superior ao da prevenção e da transição sustentável. O custo de não agir já não é apenas uma hipótese futura, mas uma realidade contabilizada em prejuízos anuais de centenas de milhares de milhões de dólares (WORLD BANK, 2020).

O impacto económico da crise climática

Estudos recentes confirmam que os eventos climáticos extremos têm custos devastadores:

O Banco Mundial (2020) estima que os desastres relacionados com o clima já causam mais de 300 mil milhões de dólares anuais em perdas económicas globais, valor que inclui destruição de infraestruturas, perdas agrícolas e interrupção de cadeias logísticas.

O IPCC (2023) alerta que, sem medidas de mitigação, os prejuízos poderão ultrapassar os trilhões de dólares anuais até 2050, sobretudo devido a cheias costeiras, secas prolongadas e perda de produtividade agrícola.

Um relatório do World Economic Forum (2020) classificou as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade entre os cinco maiores riscos globais em termos de impacto e probabilidade.

O caso de Moçambique (2019), com o ciclone Idai, ilustra bem essa realidade: estima-se que as perdas tenham ultrapassado os 2 mil milhões de dólares, afetando agricultura, transportes e habitação. Da mesma forma, os incêndios florestais em Portugal, Grécia e Califórnia causaram, nos últimos anos, milhares de milhões em prejuízos e impactos humanos incalculáveis.

Os custos sociais da inação

A degradação ambiental não se traduz apenas em perdas materiais, mas em consequências sociais profundas:

Saúde pública → a poluição atmosférica mata, por ano, mais de 7 milhões de pessoas no mundo, segundo a OMS (2019). Os custos associados ao tratamento de doenças respiratórias e cardiovasculares são enormes para os sistemas de saúde.

Migrações forçadas → estima-se que até 2050 mais de 200 milhões de pessoas possam tornar-se refugiados climáticos devido à

subida do nível do mar, desertificação e desastres naturais (IPCC, 2023).

Desigualdades sociais → os impactos da inação recaem desproporcionadamente sobre os mais pobres, que têm menos recursos para se adaptar, criando instabilidade política e riscos acrescidos de conflito (UNEP, 2019).

Assim, a inação não apenas aumenta custos económicos, mas agrava fragilidades sociais e geopolíticas, comprometendo a estabilidade necessária ao próprio funcionamento dos mercados.

O preço da inação para empresas

As empresas são diretamente afetadas pela ausência de ação em três níveis principais:

Risco operacional

Secas afetam cadeias de abastecimento agrícolas (ex.: café, cacau, algodão). Cheias e tempestades danificam infraestruturas produtivas e logísticas.

Risco reputacional

Empresas acusadas de contribuir para a crise climática enfrentam boicotes e perda de confiança de consumidores e investidores.

Exemplo: o setor do petróleo e gás, alvo de processos judiciais e campanhas de desinvestimento global.

Risco regulatório

A implementação de instrumentos como o preço do carbono ou a taxonomia verde da União Europeia significa que empresas que não se adaptarem enfrentarão custos adicionais e possível exclusão de mercados financeiros (OECD, 2021).

De facto, o Carbon Disclosure Project (CDP, 2019) estimou que as 500 maiores empresas do mundo poderão perder até 1 trilhão de dólares nas próximas décadas devido a riscos climáticos, se não adotarem medidas de mitigação.

Inação versus investimento preventivo

Um dos argumentos mais fortes contra a inação é o da economia preventiva:

- O Relatório Stern (2007) concluiu que os custos da mitigação das mudanças climáticas (cerca de 1% do PIB global por ano) são muito inferiores aos custos da inação, que podem atingir 5% a 20% do PIB global anualmente.
- Investimentos em resiliência climática (infraestruturas verdes, energias renováveis, agricultura sustentável) não são apenas medidas de mitigação, mas oportunidades económicas que criam empregos e inovação.

Assim, a escolha não é entre agir ou não agir, mas entre pagar menos hoje ou pagar muito mais amanhã.

Síntese

A inação perante a crise climática e socioambiental tem custos económicos, sociais e empresariais cada vez mais elevados. Desde prejuízos diretos em infraestruturas até instabilidade política e perda de competitividade, os efeitos da ausência de medidas são visíveis e mensuráveis.

Num mundo interdependente, não agir equivale a comprometer a própria base da prosperidade. Como defende o IPCC (2023), o custo da inação já ultrapassa largamente o custo da transição, tornando a sustentabilidade não apenas uma escolha ética, mas uma necessidade económica urgente.

OPORTUNIDADES DA TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL

A ameaça à oportunidade

A narrativa dominante em torno da sustentabilidade, durante décadas, centrou-se sobretudo nos custos da transição: investimentos elevados, adaptação regulatória, mudanças nos padrões de consumo. Contudo, à medida que a crise climática e ecológica se tornou inegável, emergiu uma nova perspetiva: a sustentabilidade não é apenas uma obrigação ética ou um encargo económico, mas sim a maior oportunidade de inovação e crescimento do século XXI (WEF, 2020).

Ao contrário da lógica linear da economia fóssil, a transição sustentável abre espaço para novos modelos de negócio, novos setores de atividade e novas formas de competitividade global.

A. Energias renováveis: motor da transição

As energias renováveis constituem o setor mais emblemático da transição sustentável:

- Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, 2021), as renováveis já representam cerca de 30% da eletricidade mundial e deverão atingir quase 50% até 2030.
- O setor empregava mais de 12 milhões de pessoas em 2020 e poderá gerar mais de 40 milhões de empregos até 2050.
- Os custos da energia solar e eólica caíram mais de 80% desde 2010, tornando-as em muitos casos mais baratas do que o carvão ou o gás (IRENA, 2021).

Exemplo: A Dinamarca posicionou-se como líder mundial em energia eólica *offshore*, não apenas reduzindo a sua dependência energética, mas criando uma indústria de exportação de tecnologia.

Assim, a transição energética não é apenas uma necessidade climática, mas também uma vantagem competitiva estratégica para países e empresas que se antecipam.

B. Tecnologias limpas e digitalização verde

A convergência entre sustentabilidade e digitalização está a gerar um novo ecossistema de tecnologias limpas(cleantech):

- Mobilidade elétrica → O mercado global de veículos elétricos deverá ultrapassar os 77 milhões de unidades anuais até 2035 (BLOOMBERG NEF, 2022).
- Eficiência energética → Tecnologias de edifícios inteligentes e redes inteligentes (*smart grids*) podem reduzir o consumo energético urbano em até 30%.
- Armazenamento de energia → A inovação em baterias de lítio, sódio e tecnologias de hidrogénio verde cria novas indústrias estratégicas.

C. Bioeconomia e agricultura regenerativa

A transição sustentável também implica reconfigurar setores tradicionais como a agricultura, a alimentação e os materiais.

A bioeconomia global pode atingir um valor de 7,7 biliões de dólares até 2030 (WEF, 2020), incluindo bioplásticos, bioenergia e biotecnologia.

A agricultura regenerativa, que visa restaurar solos e ecossistemas, tem o potencial de sequestrar carbono, aumentar a produtividade e garantir resiliência alimentar (SCHREEFEL *et al*., 2020).

Novos mercados estão a emergir: proteínas alternativas, como carne cultivada em laboratório ou proteínas vegetais,

representam um setor avaliado em mais de 10 mil milhões de dólares em 2022, com crescimento acelerado.

Exemplo: No Brasil, iniciativas de integração lavoura-pecuária-floresta mostram como práticas regenerativas aumentam produtividade e reduzem desmatamento[1].

4. Economia circular: do resíduo ao recurso

O modelo linear "extrair-produzir-descartar" está a ser substituído pela lógica da economia circular, que valoriza o redesenho de produtos e a reutilização de materiais:

O Ellen MacArthur Foundation (2015) estima que a economia circular pode gerar trilhões de dólares em ganhos económicos até 2030, através da redução de desperdícios e da inovação em design de produtos.

Setores como a moda, a construção e a eletrónica estão a experimentar modelos de reciclagem avançada, aluguer e reutilização.

Exemplo: A Philips implementa modelos de "light-as-a-service", onde mantém a posse de equipamentos e vende apenas o serviço de iluminação, incentivando a durabilidade e eficiência.

A economia circular não é apenas ambientalmente responsável, mas cria novos fluxos de receita e fidelização de clientes.

[1] Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Disponivel em: <https://www.embrapa.br>.

5. Finanças sustentáveis e novos mercados de investimento

A transição sustentável também está a transformar o setor financeiro:

- O mercado de green bonds ultrapassou 500 mil milhões de dólares anuais em emissões em 2021 (CLIMATE BONDS INITIATIVE, 2022).
- Investidores institucionais estão a integrar critérios ESG como parte central da gestão de risco e da criação de valor a longo prazo (ECCLES; KLIMENKO, 2019).
- A precificação do carbono e mercados de créditos de carbono estão a criar novas oportunidades de investimento e inovação em soluções de baixo carbono.

Assim, os mercados financeiros começam a alinhar capital com objetivos climáticos e sociais, tornando a sustentabilidade uma condição de acesso ao financiamento. Síntese: da transição como custo à transição como oportunidade.

A transição sustentável já não pode ser vista apenas como uma imposição regulatória ou um encargo financeiro. Pelo contrário, constitui uma fronteira de inovação, competitividade e criação de valor.

Empresas e países que apostam em renováveis, tecnologias limpas, bioeconomia, economia circular e finanças verdes estão a posicionar-se na vanguarda de uma nova economia global. Aqueles que resistem à mudança enfrentam o risco de obsolescência e perda de competitividade.

No século XXI, sustentabilidade e prosperidade deixaram de ser conceitos opostos: tornaram-se indissociáveis.

INTERDEPENDÊNCIA E NOVO CONTRATO SOCIAL EMPRESARIAL

A empresa no centro da sociedade

Durante o século XX, a empresa foi concebida sobretudo como motor económico, cuja função central seria gerar riqueza para acionistas, empregos para trabalhadores e impostos para o Estado. Essa visão, marcada pelo paradigma da primazia do acionista (FRIEDMAN, 1970), começa a ser profundamente questionada no século XXI.

Hoje, crises globais como as alterações climáticas, a pandemia da COVID-19 e o agravamento das desigualdades sociais evidenciam que o papel das empresas não pode limitar-se à esfera financeira. A sua legitimidade social e política depende da capacidade de contribuir para a estabilidade ecológica, para a coesão social e para o desenvolvimento humano (SACHS *et al*., 2023).

Este contexto deu origem ao que vários autores chamam de "novo contrato social empresarial" — uma redefinição das responsabilidades corporativas perante a sociedade e o planeta.

1. A interdependência entre valor económico, social e ambiental

A noção de que o valor económico é independente do contexto social e ecológico foi gradualmente substituída por uma visão de interdependência.

Estabilidade ecológica como base económica → ecossistemas saudáveis garantem matérias-primas, estabilidade climática, regulação de ciclos hídricos e fertilidade dos solos (ROCKSTRÖM *et al*., 2009). Sem estes, cadeias de valor globais ficam comprometidas.

Coesão social como ativo económico → sociedades fragmentadas por desigualdades são mais vulneráveis a crises políticas, instabilidade regulatória e perda de confiança nos mercados.

Confiança institucional como capital intangível → empresas dependem da sua reputação e da aceitação social (social licence to operate) para garantir continuidade e legitimidade (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

Assim, o valor económico não pode ser concebido como objetivo isolado, mas como resultado da articulação equilibrada entre pessoas, planeta e lucro.

2. O papel dos investidores: métricas ESG e capital sustentável

A transição para um novo contrato social empresarial está a ser acelerada pelo setor financeiro:

- Os critérios ESG (Environmental, Social, Governance) passaram a orientar fluxos de capital, impondo às empresas métricas de desempenho em sustentabilidade.
- Segundo o Global Sustainable Investment Alliance (2021), mais de 35 biliões de dólares em ativos já são geridos com base em critérios ESG, representando cerca de um terço do capital global.

- Gestoras de ativos como a BlackRock defendem que empresas que não integrem riscos climáticos e sociais na sua estratégia podem perder acesso a financiamento (FINK, 2020).

Desta forma, a sustentabilidade deixou de ser apenas uma opção reputacional, tornando-se condição para atrair investimento e garantir competitividade a longo prazo.

3. O papel dos governos e reguladores: enquadramentos institucionais

Governos nacionais e organizações internacionais têm vindo a estabelecer marcos regulatórios que consolidam a interdependência entre economia, sociedade e ambiente:

- A Agenda 2030 da ONU (2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem um guia universal para alinhar crescimento económico com metas sociais e ambientais.
- A União Europeia introduziu a Taxonomia Verde e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD, 2022), exigindo relatórios de impacto padronizados.
- O Acordo de Paris (2015) estabeleceu metas globais de redução de emissões, pressionando empresas e países a integrarem transição energética e neutralidade carbónica nos seus planos estratégicos.

Estes instrumentos confirmam que o valor económico não pode ser construído à margem das exigências sociais e ambientais globais.

4. O papel das comunidades e da sociedade civil

A centralidade das comunidades na sustentabilidade empresarial

O conceito de licença social para operar (LSO) emergiu nas últimas décadas como um dos pilares da relação entre empresas, comunidades e sociedade civil. Mais do que cumprir requisitos legais e regulatórios, as organizações precisam hoje de conquistar a legitimidade social junto das populações diretamente afetadas pelas suas atividades.

Essa legitimidade é construída (ou perdida) no quotidiano das interações entre empresas e stakeholders locais, refletindo preocupações com impactos sociais, ambientais, culturais e económicos. Quando falham em garantir diálogo, transparência e inclusão, as empresas enfrentam resistência, perda de reputação e até inviabilização de projetos. Pelo contrário, quando promovem cocriação de valor, as comunidades tornam-se parceiras estratégicas e contribuem para a resiliência das cadeias de valor (BEBBINGTON *et al*., 2018).

A. Licença social para operar: origem e significado

O termo foi popularizado na década de 1990, especialmente em setores de elevado impacto socioambiental, como a mineração, petróleo e gás. Embora não seja um contrato formal, a licença social é entendida como um "acordo tácito"entre empresa e comunidade (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

De acordo com Boutilier (2014), a LSO depende de três dimensões principais:

- Legitimidade → reconhecimento de que a empresa atua dentro de valores socialmente aceites.
- Credibilidade → capacidade de cumprir compromissos e agir com transparência.
- Confiança → construída ao longo do tempo por meio de diálogo genuíno e respeito mútuo.

Sem estes elementos, a operação empresarial torna-se vulnerável a bloqueios sociais, protestos e processos legais.

B. Quando a licença social falha: conflitos e resistência local

Muitos projetos empresariais têm enfrentado resistência devido à falta de envolvimento comunitário:

- No setor da mineração na América Latina, várias empresas viram as suas operações interrompidas por protestos relacionados com poluição da água e degradação ambiental (BEBBINGTON *et al*., 2018).
- O desastre de Brumadinho (2019), no Brasil, não só destruiu ecossistemas e comunidades, como também minou a confiança pública em todo o setor mineiro, desencadeando processos judiciais de milhares de milhões de dólares.
- Projetos de infraestruturas energéticas (hidrelétricas, oleodutos, parques eólicos) enfrentam frequentemente oposição de comunidades locais que não se sentem devidamente consultadas ou compensadas.

Nestes casos, os custos da inação social traduzem-se em atrasos, perda de capital e danos irreparáveis na reputação.

C. A força da cocriação de valor

Em contrapartida, experiências de parceria com comunidades locais demonstram que o envolvimento participativo pode gerar ganhos mútuos:

- Empresas que promovem emprego local, capacitação e investimento comunitário reduzem riscos de conflito e aumentam a aceitação social.
- Projetos de cocriação de valor fortalecem cadeias de abastecimento, diversificam economias locais e estimulam inovação social (PORTER; KRAMER, 2011).
- Exemplo: em alguns países africanos, companhias mineiras estabeleceram parcerias para fornecer infraestruturas comunitárias (escolas, sistemas de água), criando legados positivos que transcendem o ciclo económico do projeto.

Estes casos demonstram que a LSO não deve ser entendida apenas como gestão de riscos, mas como uma estratégia de longo prazo, em que empresas e comunidades se reconhecem como parceiros interdependentes.

D. O papel da sociedade civil global

Para além das comunidades locais, a sociedade civil — ONGs, movimentos sociais, consumidores organizados — exerce crescente influência na definição de padrões de legitimidade:

- ONGs internacionais como a Greenpeace ou a Amnesty International expõem práticas empresariais nocivas, mobilizando opinião pública global.
- Redes transnacionais de consumidores promovem boicotes a empresas acusadas de violações ambientais ou de direitos humanos.
- Plataformas digitais amplificam denúncias, tornando mais difícil para as empresas controlar narrativas reputacionais.

Neste contexto, a transparência corporativa (via relatórios ESG, GRI, TCFD) e o engajamento ativo com stakeholders tornaram-se condições indispensáveis para manter legitimidade perante a sociedade civil global (ECCLES; KLIMENKO, 2019).

O papel das comunidades e da sociedade civil no século XXI não é periférico, mas central para a viabilidade empresarial. O conceito de licença social para operar sintetiza esta realidade:

- Empresas que ignoram os impactos sociais enfrentam resistência e custos elevados.
- Aquelas que envolvem comunidades em processos de decisão e cocriação de valor fortalecem resiliência, legitimidade e reputação.
- A sociedade civil global atua como fiscalizadora, exigindo padrões éticos e sustentáveis mais elevados.

Assim, a licença social não é apenas uma condição externa imposta às empresas: é um ativo estratégico, que reforça a interdependência entre valor económico, social e ambiental.

E. O novo contrato social empresarial

Ao longo do século XX, prevaleceu a ideia de que as empresas existiam primordialmente para gerar valor para os seus acionistas, numa visão consagrada por Milton Friedman (1970), que defendia que "a responsabilidade social do negócio é aumentar os seus lucros". No entanto, esta perspetiva mostrou-se insuficiente para responder aos desafios contemporâneos: crise climática, desigualdades sociais, perda de biodiversidade, instabilidade política e desconfiança nos mercados.

Nos últimos anos, multiplicam-se apelos à construção de um novo contrato social empresarial, em que as empresas assumem um papel mais amplo: atores sociais e ambientais globais, corresponsáveis pela criação de valor partilhado e sustentável. Esta mudança está enraizada na crescente interdependência entre economia, sociedade e ambiente (RAWORTH, 2017).

1) Empresas como atores sociais e amabientais globais

As empresas já não podem ser vistas apenas como produtoras de riqueza privada. O Triple Bottom Line (ELKINGTON, 1997) e, mais tarde, a Economia Donut (RAWORTH, 2017), mostraram que a viabilidade económica depende da coesão social e da integridade ecológica. Estas práticas representam um reposicionamento estratégico: a empresa deixa de ser apenas um agente económico e torna-se um ator global com responsabilidades perante a sociedade e o planeta.

2) Investidores como guardiões da sustentabilidade

O setor financeiro desempenha hoje um papel central na definição do novo contrato social empresarial. Os critérios ESG (Environmental, Social and Governance) transformaram-se em ferramentas essenciais para orientar o investimento responsável:

- Segundo o Global Sustainable Investment Alliance (2021), mais de 35 biliões de dólares de ativos são atualmente geridos com base em critérios ESG, representando cerca de 36% do capital global.
- A BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, através das cartas anuais de Larry Fink (2020, 2021), tem pressionado empresas a demonstrar planos concretos para a transição energética e práticas sociais inclusivas.
- Fundos de pensão e investidores institucionais começam a penalizar empresas envolvidas em práticas de greenwashing ou violações de direitos humanos, retirando capital e acesso a financiamento.

Deste modo, os investidores tornam-se atores normativos, capazes de premiar empresas sustentáveis e punir financeiramente aquelas que ignoram as exigências do século XXI.

3. Governos como reguladores e facilitadores da transição justa

O novo contrato social não pode ser implementado sem o papel ativo dos governos, responsáveis por criar enquadramentos regulatórios e incentivos:

- A Agenda 2030 da ONU (2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornaram-se guias para políticas nacionais e locais.
- A União Europeia adotou medidas como a Taxonomia da Sustentabilidade e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD, 2022), que obrigam empresas a reportar impactos sociais e ambientais de forma padronizada.
- O conceito de transição justa, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), reforça que a descarbonização e a inovação tecnológica devem ser acompanhadas por políticas de apoio a trabalhadores e comunidades vulneráveis.

Assim, os governos atuam como reguladores, facilitadores e parceiros, equilibrando crescimento económico, proteção social e preservação ambiental.

4. Comunidades e consumidores como agentes de pressão

O poder das comunidades locais e dos consumidores aumentou exponencialmente na era digital. Hoje, a licença social para operar tornou-se tão relevante quanto as licenças legais (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

Projetos extrativos ou industriais que ignoram as preocupações das comunidades enfrentam protestos, bloqueios e perda de legitimidade.

O consumidor consciente pressiona empresas a adotar práticas éticas e transparentes, privilegiando marcas sustentáveis e penalizando as associadas a violações sociais e ambientais.

As redes sociais amplificam campanhas de boicote ou mobilização, tornando a reputação corporativa um ativo extremamente vulnerável.

Neste sentido, comunidades e consumidores não são apenas partes interessadas, mas coautores do contrato social empresarial, exigindo transparência, ética e compromisso de longo prazo.

O novo contrato social empresarial traduz-se numa redefinição da legitimidade económica:

O valor económico só é considerado legítimo quando articulado com objetivos sociais e ecológicos. Empresas que ignoram esta interdependência correm risco de perder reputação, capital e até a sua licença para operar.

Ao mesmo tempo, aquelas que incorporam a sustentabilidade na sua estratégia de negócio ganham resiliência, confiança social e competitividade a longo prazo.

Trata-se de um pacto renovado entre empresas, investidores, governos e sociedade civil, que reflete a necessidade de construir uma economia dentro dos limites planetários e assente em justiça social.

CAPÍTULO 5

ESG Como Linguagem Contemporânea da Sustentabilidade

ESG COMO LINGUAGEM CONTEMPORÂNEA DA SUSTENTABILIDADE

A expressão ESG (Environmental, Social and Governance) emergiu nos anos 2000 como resposta à necessidade de integrar a sustentabilidade no universo financeiro e empresarial de forma mensurável, comparável e estratégica. Desde então, os critérios ESG transformaram-se na principal linguagem através da qual empresas, investidores e reguladores comunicam e avaliam compromissos de sustentabilidade.

De acordo com o Global Sustainable Investment Alliance (2021), os ativos sob gestão com critérios ESG já ultrapassam 35 biliões de dólares, representando aproximadamente 36% do capital global. Esta consolidação demonstra que a sustentabilidade deixou de ser um tema periférico para se tornar parte integrante da arquitetura financeira contemporânea.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESG

O termo ESG foi popularizado pelo relatório "Who Cares Wins" (ONU; PACTO GLOBAL, 2004), elaborado em parceria com instituições financeiras globais, defendendo que a integração de fatores ambientais, sociais e de governança poderia gerar mercados mais estáveis e sustentáveis.

Desde então, a evolução foi marcada por diferentes fases:

- Anos 2000: primeiras iniciativas de investimento responsável, ainda de caráter voluntário, concentradas em fundos éticos.

- Anos 2010: consolidação de métricas e padrões de reporte, como a Global Reporting Initiative (GRI), o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).
- Anos 2020: crescimento exponencial da integração ESG nos mercados financeiros, com a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB) para unificação de normas e a incorporação de exigências regulatórias, sobretudo na União Europeia.

Assim, o ESG consolidou-se como a tradução financeira da sustentabilidade, alinhando práticas empresariais com expectativas sociais e ambientais globais.

FILANTROPIA, RSC E ESG: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

Para compreender o alcance do ESG, é importante diferenciá-lo de conceitos anteriores:

- Filantropia → ações pontuais de doação e apoio a causas sociais, muitas vezes desconectadas da estratégia central do negócio.
- Responsabilidade Social Corporativa (RSC) → compromissos voluntários em áreas como direitos humanos, ambiente e comunidade. Embora mais abrangente, foi frequentemente criticada por ser marginal em relação ao core business.
- ESG → integra indicadores mensuráveis na gestão estratégica e na avaliação de riscos e oportunidades,

> com exigência de reporte transparente e comparável (GRI, SASB, ISSB, TCFD).

Enquanto a filantropia e a RSC foram vistas como complementares, o ESG assume-se como núcleo da estratégia de negócio, influenciando decisões de investimento, gestão de riscos e reputação corporativa.

ESG COMO CRITÉRIO FINANCEIRO E DE GESTÃO DE RISCO

O crescimento do ESG está intimamente ligado ao papel dos investidores:

A BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, tem defendido através das cartas de Larry Fink (2020; 2021) que as empresas sem estratégias robustas de sustentabilidade correm risco de perder acesso a capital.

O World Economic Forum (2020) classificou riscos ambientais — como alterações climáticas e perda de biodiversidade — entre os cinco maiores riscos globais em termos de impacto e probabilidade.

O CDP (Carbon Disclosure Project) mostra que empresas que não contabilizam riscos climáticos podem perder até 1 trilhão de dólares em ativos nos próximos anos.

Neste sentido, o ESG não é apenas uma ferramenta de reputação, mas um instrumento de gestão de risco e de criação de valor a longo prazo.

CRÍTICAS E LIMITAÇÕES DO ESG

Apesar da sua expansão, o ESG enfrenta críticas significativas:

- Greenwashing: muitas empresas utilizam relatórios ESG como ferramentas de marketing, sem alterar substancialmente as suas práticas (ELKINGTON, 2018).
- Falta de padronização: a coexistência de múltiplos padrões dificulta a comparabilidade entre empresas e setores, criando espaço para arbitrariedade.
- Assimetria setorial: alguns setores (ex.: financeiro e tecnológico) conseguem demonstrar desempenho ESG com maior facilidade do que setores de forte impacto (ex.: energia, mineração), sem que isso reflita necessariamente sustentabilidade real.
- Curto *versus* longo prazo: a pressão por resultados imediatos em indicadores ESG pode, paradoxalmente, enfraquecer transformações estruturais mais profundas (STIGLITZ *et al*., 2018).

Estas críticas apontam para a necessidade de regulação mais robusta e de métricas que capturem impactos reais em vez de apenas processos formais.

ESG COMO LINGUAGEM UNIFICADORA DA SUSTENTABILIDADE

Apesar das limitações, o ESG constitui hoje a linguagem comum entre empresas, investidores, reguladores e sociedade civil para tratar de sustentabilidade. Ele oferece:

Um quadro comparável para medir desempenho socioambiental.

Um elo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo alinhar práticas empresariais com metas globais.

Um mecanismo de tradução entre a linguagem da sustentabilidade e a dos mercados financeiros, tornando a transição para modelos mais sustentáveis não apenas ética, mas também economicamente racional.

O futuro do ESG

O ESG não é uma panaceia, mas um instrumento crucial de transição para uma economia sustentável. Representa um avanço significativo em relação à filantropia e à RSC, ao ligar sustentabilidade a métricas financeiras e a decisões estratégicas de investimento.

O desafio futuro é garantir que o ESG não se limite a relatórios, mas conduza a mudanças estruturais em modelos de negócio, integrando princípios de lucro sustentável e regenerativo (FULLERTON, 2015).

Assim, o verdadeiro valor do ESG reside na sua capacidade de transformar a sustentabilidade de um discurso voluntário em critério de sobrevivência económica no século XXI.

CAPÍTULO 6

Lucro Sustentável e Modelos de Negócio Regenerativos

LUCRO SUSTENTÁVEL E MODELOS DE NEGÓCIO REGENERATIVOS

O conceito de lucro é central no funcionamento da economia de mercado. Tradicionalmente, ele foi entendido como a diferença positiva entre receitas e custos, sendo maximizado no curto prazo para remunerar acionistas e expandir negócios. Contudo, essa visão financeiro-contabilística, focada em ganhos imediatos, mostra-se cada vez mais insuficiente face aos desafios contemporâneos: emergência climática, perda de biodiversidade, desigualdades sociais crescentes e desconfiança dos cidadãos em relação às grandes corporações.

Autores como John Elkington (1997) e Michael Porter e Mark Kramer (2011) demonstraram que o lucro isolado, quando obtido à custa da degradação ambiental ou da precarização social, não é sustentável no longo prazo. Pelo contrário, gera riscos reputacionais, regulatórios e financeiros que comprometem a continuidade das próprias empresas.

Neste contexto, emerge o conceito de lucro sustentável: um lucro que não se opõe ao bem-estar coletivo, mas que é construído a partir da contribuição positiva da empresa para os sistemas sociais e ecológicos dos quais depende.

OS RISCOS DO LUCRO DE CURTO PRAZO

A armadilha da maximização imediata

A lógica empresarial dominante durante grande parte do século XX baseou-se no princípio da maximização do valor para o

acionista, frequentemente traduzida em retornos financeiros imediatos. Esta abordagem, popularizada por Milton Friedman (1970), partia da premissa de que, ao priorizar o lucro, o mercado corrigiria naturalmente problemas sociais e ambientais.

No entanto, os últimos cinquenta anos revelaram os limites desta visão reducionista. A pressão por ganhos trimestrais, associada à negligência de riscos socioambientais, tem levado a desastres de grandes proporções, demonstrando que o foco exclusivo no curto prazo pode destruir valor económico, social e ecológico no longo prazo (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018).

Brumadinho: quando o lucro mina a confiança social

O colapso da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG, Brasil), em 2019, causou 270 mortes e provocou um dos maiores desastres socioambientais da história do país. Estudos apontam que o rompimento foi consequência de falhas sistêmicas de governança corporativa, negligência em relação a alertas técnicos prévios e pressões por produtividade e redução de custos.

As análises destacam ainda a ausência de transparência, fragilidade da regulação estatal e a necessidade de integrar critérios ESG efetivos à gestão de risco no setor minerário (SZNELWAR *et al*., 2020; CARVALHO 2020). Consequências:

1. Consequências humanas

- Mortes: 270 pessoas morreram (trabalhadores e membros da comunidade local).

- Impactos psicossociais: traumas, depressão e transtornos pós-traumáticos entre sobreviventes, famílias das vítimas e residentes da região.
- Deslocamento social: comunidades inteiras perderam suas casas, meios de subsistência e redes de apoio.
- Perda de confiança institucional: forte sentimento de abandono e injustiça frente à resposta tardia da empresa e do Estado.

"O evento não foi apenas um acidente técnico, mas uma catástrofe humana, social e psicológica que evidencia a falência da cultura de prudência e da governança do risco" (SZNELWAR *et al*., 2020; CARVALHO 2020).

2. Consequências ambientais

- Contaminação do rio Paraopeba, com mais de 300 km de extensão afetados por rejeitos de mineração.
- Mortandade de fauna aquática e terrestre e destruição de ecossistemas ripários.
- Comprometimento de aquíferos e abastecimento de água para dezenas de municípios.
- Deposição de metais pesados (Fe, Mn, As) nos solos e sedimentos, com impactos de longo prazo.

"The collapse released millions of cubic meters of tailings into the Paraopeba River, producing widespread ecological devastation" (SZNELWAR *et al*., 2020; CARVALHO 2020).

3. Consequências económicas

- Interrupção das operações da Vale e paralisação de diversas minas sob revisão de segurança.
- Perdas econômicas diretas de bilhões de dólares em indenizações, multas e queda de valor de mercado.
- Redução do PIB estadual e municipal, especialmente em Brumadinho e municípios vizinhos.
- Impactos em cadeias produtivas locais (agricultura, turismo, comércio).

"Economic losses were not limited to Vale's market devaluation; local economies dependent on mining suffered severe downturns" (SZNELWAR *et al*., 2020; CARVALHO 2020).

4. Consequências reputacionais e institucionais

- Deterioração profunda da imagem da Vale, nacional e internacionalmente.
- Queda de confiança dos investidores e da sociedade civil.
- Reforço da pressão regulatória e de demandas por responsabilização criminal.
- Deslegitimação do setor minerário brasileiro, afetando a percepção global de risco ESG.

"The Brumadinho disaster eroded the company's social legitimacy and amplified public scrutiny over mining governance in Brazil" (CARVALHO *et al*., 2021; SZNELWAR *et al*., 2020).

Deepwater Horizon: o custo da negligência ambiental

Outro caso emblemático foi o desastre da plataforma Deepwater Horizon (2010), operada pela BP. Uma explosão resultou na morte de 11 trabalhadores e derramou mais de 4,9 milhões de barris de petróleo no Golfo do México. Impactos:

- Ecológicos: destruição de habitats marinhos e pesca comprometida durante anos.
- Financeiros: multas, indemnizações e custos de limpeza que ultrapassaram os 60 mil milhões de dólares.
- Reputacionais: a BP foi associada à "pior maré negra da história" e viu a sua reputação global colapsar, com impactos na confiança de consumidores e investidores.

O caso ilustra como a negligência em segurança e prevenção, motivada por pressões de redução de custos, pode gerar consequências financeiras e sociais muito superiores ao investimento que teria sido necessário para evitar o desastre.

Outras manifestações dos riscos de curto prazo

Além destes desastres emblemáticos, a busca exclusiva de lucros imediatos tem produzido riscos sistémicos em diversos setores:

- Crise financeira de 2008: originada por práticas especulativas no setor bancário, priorizando ganhos rápidos em detrimento da estabilidade do sistema. O resultado foi uma crise global que custou trilhões de dólares e expôs milhões de pessoas ao desemprego (SACHS, 2015).
- Setor têxtil: a busca por baixos custos levou à exploração laboral em países em desenvolvimento. O colapso do edifício Rana Plaza (2013), no Bangladesh, que matou mais de 1.100 trabalhadores, revelou os riscos humanos da lógica de curto prazo baseada em cortes de custos e ausência de fiscalização.
- Indústria tecnológica: a pressão por lançamentos rápidos e obsolescência programada aumenta lucros imediatos, mas gera impactos ambientais crescentes devido ao volume de resíduos eletrónicos (WORLD BANK, 2018).

Estes exemplos revelam que o problema não é apenas setorial, mas estrutural ao modelo económico dominante.

A lógica destrutiva da maximização imediata

Do ponto de vista económico, a obsessão pelo curto prazo cria externalidades negativas — custos sociais e ambientais que não são contabilizados pelas empresas, mas recaem sobre comunidades, governos e gerações futuras (MEADOWS *et al*., 1972).

Além disso, os mercados financeiros ainda privilegiam indicadores trimestrais, o que incentiva gestores a adiar investimentos em inovação sustentável ou em segurança operacional (ECCLES; KLIMENKO, 2019). Este fenómeno, conhecido como

short-termism, mina a capacidade de empresas e sociedades se prepararem para riscos globais como as mudanças climáticas (IPCC, 2023).

Os casos de Brumadinho e Deepwater Horizon, assim como crises financeiras e desastres laborais, demonstram que a busca exclusiva por lucros imediatos pode aniquilar o próprio valor económico que pretende gerar. O que aparenta ser eficiência de curto prazo revela-se, no médio e longo prazo, uma estratégia destrutiva, geradora de custos humanos, ambientais e financeiros incalculáveis.

Assim, o desafio contemporâneo é transformar o paradigma da rentabilidade, passando de um modelo extrativo e imediatista para uma lógica de lucro sustentável e regenerativo, capaz de alinhar viabilidade empresarial com resiliência social e ecológica.

EMPRESAS RESILIENTES: LUCRO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA

Em contraste, empresas que incorporam a sustentabilidade no seu core business tendem a demonstrar maior resiliência e competitividade:

A Interface, produtora de carpetes modulares, adotou nos anos 1990 a estratégia Mission Zero, com o objetivo de eliminar impactos ambientais negativos até 2020. Ao longo de duas décadas, reduziu em 96% as emissões de gases com efeito de estufa e aumentou a eficiência energética, mantendo margens competitivas (ANDERSON, 2009).

Estes exemplos ilustram que o lucro sustentável não implica abdicar de competitividade, mas sim integrar inovação e responsabilidade socioambiental como motores de rentabilidade.

PARA ALÉM DA MITIGAÇÃO: MODELOS DE NEGÓCIO REGENERATIVOS

Enquanto a lógica da sustentabilidade tradicional se centra na redução de impactos negativos, os modelos de negócio regenerativos vão mais longe, procurando restaurar ecossistemas e criar condições para a prosperidade coletiva:

- Agricultura regenerativa: práticas como rotação de culturas, integração lavoura-pecuária-floresta e uso mínimo de químicos melhoram a fertilidade dos solos, sequestram carbono e aumentam a resiliência climática (SCHREEFEL *et al*., 2020).
- Economia circular: em vez de reduzir resíduos, procura desenhar sistemas em que o conceito de "resíduo" deixa de existir, transformando subprodutos em recursos. A Fundação Ellen MacArthur (2015) estima que esta transição pode gerar trilhões de dólares até 2030.
- Capitalismo regenerativo: proposto por John Fullerton (2015), assenta na ideia de que os sistemas económicos devem imitar os princípios dos ecossistemas naturais, promovendo resiliência, diversidade e circularidade.

Estes modelos ultrapassam a lógica do "fazer menos mal" e procuram "fazer mais bem", reposicionando o papel das empresas como agentes regenerativos.

DESAFIOS E PERSPETIVAS PARA O LUCRO SUSTENTÁVEL

O dilema da transição

A transição para modelos de negócio orientados para o lucro sustentável representa uma das transformações mais desafiantes do capitalismo contemporâneo. Apesar de avanços significativos — como a popularização de métricas ESG, a adoção de relatórios de sustentabilidade e a emergência de modelos regenerativos, persistem obstáculos estruturais que dificultam a consolidação desta nova lógica económica.

Três desafios destacam-se neste processo: a mensuração do lucro sustentável, o risco de greenwashing e as pressões de curto prazo. Superá-los é fundamental para que o lucro sustentável não permaneça apenas no nível do discurso, mas se traduza em mudanças concretas nos modelos de negócio e nos sistemas económicos.

O desafio da mensuração

Uma das maiores dificuldades para consolidar o lucro sustentável está na sua quantificação. Enquanto métricas financeiras, como o ROI (Return on Investment) ou o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), são universais e comparáveis, os indicadores de impacto social e ambiental carecem de padronização e apresentam elevada complexidade:

- Assimetria de métricas: medir lucros é relativamente simples; já avaliar o impacto social de um programa de inclusão ou o benefício ecológico de uma prática regenerativa exige metodologias multidimensionais.

- Proliferação de frameworks: a coexistência de diferentes normas (GRI, SASB, TCFD, ISSB) cria dificuldade de comparação entre empresas e setores (ECCLES; KLIMENKO, 2019).
- Problema das externalidades: muitos custos ambientais, como perda de biodiversidade ou acidificação dos oceanos, não possuem ainda valor de mercado ou metodologias de precificação fiáveis (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018).

Neste sentido, como apontam Norman e MacDonald (2004), o conceito de Triple Bottom Line (TBL) corre o risco de se tornar uma metáfora inspiradora, mas sem poder de transformação prática, se não forem desenvolvidos mecanismos de mensuração robustos.

O risco de greenwashing

Outro obstáculo central é o risco de greenwashing, quando empresas utilizam narrativas de sustentabilidade para fins reputacionais sem alterar práticas estruturais.

Neste sentido muitas organizações produzem relatórios de fechada ESG, mas não acompanham com mudanças reais nas suas cadeias de valor.

Conforme Wayne Norman e Chris MacDonald (2004), casos mediáticos de grandes empresas do setor energético, como a Shell ou a ExxonMobil, apontam que elas foram acusadas de promover campanhas de marketing verde enquanto expandiam a exploração de combustíveis fósseis.

Santos *et al*. (2024) identificam o impacto na confiança, pois o greenwashing não apenas descredibiliza empresas, mas mina a

confiança nos próprios instrumentos de reporte e dificulta a mobilização de investidores genuinamente comprometidos com a sustentabilidade.

A luta contra o greenwashing exige transparência regulatória, padrões globais de reporte e maior escrutínio por parte de investidores, sociedade civil e meios de comunicação.

Pressões de curto prazo

A lógica de short-termism continua a ser um dos maiores entraves à sustentabilidade:

- Mercados financeiros: a ênfase em resultados trimestrais cria incentivos para gestores priorizarem dividendos rápidos em detrimento de investimentos em inovação sustentável ou mitigação de riscos climáticos (ECCLES; KLIMENKO, 2019).
- Gestão empresarial: executivos muitas vezes são avaliados e recompensados por indicadores de curto prazo, o que desincentiva a adoção de estratégias de longo prazo que só geram retorno após anos.
- Contradição estrutural: enquanto governos e investidores institucionais apelam à transição sustentável, os mecanismos de avaliação e remuneração continuam ancorados em métricas financeiras tradicionais (SACHS, 2015).

Stiglitz, Fitoussi e Durand (2018) defendem que esta tensão entre objetivos imediatos e de longo prazo só poderá ser superada com uma reformulação das métricas de valor económico,

incorporando indicadores sociais e ambientais na mesma hierarquia que os financeiros.

Perspetivas de futuro: uma redefinição estrutural do lucro

Apesar destes desafios, as perspetivas apontam para uma reconfiguração estrutural do conceito de lucro. Três tendências são particularmente relevantes:

- Pressão regulatória crescente: a União Europeia, com a Taxonomia Verde e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD, 2022), está a obrigar empresas a reportar impactos sociais e ambientais de forma padronizada.
- Investimento sustentável em expansão: fundos de investimento e bancos estão cada vez mais condicionados a alinhar carteiras com critérios ESG, transferindo capital para empresas que demonstram práticas responsáveis (GSIA, 2021).
- Consumidores conscientes: novas gerações tendem a privilegiar empresas éticas e transparentes, transformando a sustentabilidade em vantagem competitiva (LI; KALLAS, 2021).
- Estas forças convergem: o lucro sustentável não será uma opção reputacional, mas um requisito de sobrevivência empresarial.
- Os desafios do lucro sustentáve: mensuração, greenwashing e pressões de curto prazo são sérios e estruturais. Contudo, eles refletem mais uma fase de transição do que um bloqueio definitivo.

À medida que reguladores, investidores e consumidores exigem métricas mais rigorosas e resultados mais transparentes, o lucro sustentável tenderá a consolidar-se como novo paradigma económico. A questão já não é se essa mudança ocorrerá, mas quando e como as empresas conseguirão alinhar prosperidade financeira com justiça social e resiliência ecológica.

O lucro sustentável não é apenas um resultado financeiro positivo, mas um indicador da capacidade da empresa em contribuir para a prosperidade de longo prazo da sociedade e do planeta.

Ao integrar princípios regenerativos e modelos de negócio inovadores, as empresas deixam de ser vistas como fontes de risco e passam a ser reconhecidas como parceiras na construção de soluções globais.

Assim, no século XXI, o verdadeiro lucro é aquele que sobrevive ao tempo, porque se enraíza na resiliência ecológica, na justiça social e na legitimidade ética.

CAPÍTULO 7

Inovação e Economia Circular

INOVAÇÃO E ECONOMIA CIRCULAR

Durante mais de dois séculos, a economia global foi estruturada em torno de um modelo linear baseado na lógica de "extrair, produzir, consumir e descartar". Este modelo mostrou-se altamente eficaz para impulsionar a Revolução Industrial no século XIX e para sustentar as taxas de crescimento económico ao longo do século XX. Contudo, a sua eficiência de curto prazo gerou custos ocultos que hoje se revelam insustentáveis: exploração intensiva de recursos naturais, poluição generalizada, acumulação de resíduos e aumento exponencial das emissões de gases com efeito de estufa (MEADOWS *et al*., 1972; WORLD BANK, 2018).

Este sistema de crescimento ilimitado, ancorado em matérias-primas finitas e na externalização de impactos ambientais e sociais, contribuiu para o que Rockström *et al*. (2009) definem como a transgressão dos limites planetários. Entre os mais críticos estão as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a acidificação dos oceanos e a poluição química, que ameaçam a resiliência dos ecossistemas que sustentam a vida humana.

A CRISE DO MODELO LINEAR

A lógica linear ignora dois fatores fundamentais:

- A finitude dos recursos naturais: A exploração de minerais, combustíveis fósseis e florestas ocorre a um ritmo superior à sua capacidade de regeneração. O conceito de Earth Overshoot Day, calculado pela Global Footprint Network (2023), mostra que a humanidade consome atualmente recursos equivalentes a quase dois planetas por ano.

- A geração massiva de resíduos: De acordo com o World Bank (2018), o mundo gera cerca de 2,01 mil milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, número que poderá atingir 3,4 mil milhões até 2050 se não houver mudanças estruturais.

Além dos impactos ecológicos, este modelo linear acarreta riscos económicos. Cadeias de valor baseadas em matérias-primas não renováveis tornam-se vulneráveis a choques de preço, escassez de recursos e instabilidade geopolítica.

A ECONOMIA CIRCULAR COMO ALTERNATIVA SISTÉMICA

A economia circular propõe uma resposta a estas limitações, inspirando-se nos ciclos regenerativos da natureza, onde não existe resíduo: tudo é matéria-prima para outro processo.

Segundo a Ellen MacArthur Foundation (2015), três princípios sustentam este paradigma:

- Eliminar resíduos e poluição desde o design: os produtos devem ser concebidos para ter uma longa vida útil, ser reparáveis, desmontáveis e recicláveis.
- Manter produtos e materiais em uso pelo maior tempo possível: isto implica modelos de negócio baseados em partilha, reutilização, *leasing*, economia de serviços e reciclagem avançada.
- Regenerar sistemas naturais: promover práticas que devolvem à natureza mais do que dela extraem, como agricultura regenerativa ou restauração de ecossistemas.

Este modelo desloca o foco da eficiência linear (produzir mais com menos) para a eficácia circular (produzir em harmonia com ciclos naturais), transformando resíduos em recursos e impactos em oportunidades de inovação.

EXEMPLOS PRÁTICOS DA CIRCULARIDADE

Várias iniciativas empresariais e políticas ilustram a aplicação concreta deste modelo:

- Philips: desenvolveu o conceito de "iluminação como serviço", mantendo a posse das lâmpadas e equipamentos e vendendo apenas o serviço de iluminação. Este modelo prolonga o ciclo de vida dos produtos e reduz drasticamente os resíduos.
- Apple: investe em tecnologias de reciclagem de metais raros com robôs como o Daisy, que desmontam iPhones e recuperam materiais valiosos, diminuindo a dependência da extração mineral (APPLE, 2022).
- União Europeia: através do Plano de Ação para a Economia Circular (2020), estabeleceu metas ambiciosas para reduzir resíduos, promover design sustentável e aumentar a reciclagem.
- África: países como o Quénia e o Ruanda tornaram-se pioneiros na proibição de plásticos descartáveis, criando novos setores económicos baseados em materiais alternativos (UNEP, 2019).

Estes casos demonstram que a economia circular não é apenas viável, mas pode ser uma fonte de competitividade e inovação.

A INOVAÇÃO COMO CHAVE DA CIRCULARIDADE

A transição de uma economia linear para circular só é possível através da inovação tecnológica, organizacional e social:

- Tecnológica: novos materiais biodegradáveis, sistemas inteligentes de reciclagem, digitalização de cadeias de valor.
- Organizacional: novos modelos de negócio baseados em serviços (product-as-a-service) e plataformas de partilha.
- Social: mudança de padrões de consumo, com maior valorização da reparação, reutilização e economia colaborativa.

Assim, a economia circular não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia económica de longo prazo, capaz de criar novos mercados, empregos verdes e cadeias de valor resilientes.

O modelo linear cumpriu o seu papel histórico de alimentar a industrialização, mas revela-se incompatível com os limites ecológicos do planeta. A economia circular surge como paradigma alternativo, alinhando prosperidade económica com regeneração ambiental.

Mais do que reduzir impactos, este modelo propõe uma transformação sistémica, em que inovação e sustentabilidade deixam de ser custos ou restrições e passam a ser motores de valor económico, social e ambiental.

Se adotada em larga escala, a circularidade pode redefinir a noção de competitividade, demonstrando que um futuro sustentável depende não de consumir mais, mas de usar melhor.

INOVAÇÃO COMO MOTOR DA CIRCULARIDADE

O papel transformador da inovação

A transição de uma economia linear para uma economia circular exige mais do que vontade política ou boas intenções empresariais: depende da inovação. É ela que permite repensar o ciclo de vida dos produtos, transformar cadeias de valor e criar novos modelos de negócio capazes de conciliar competitividade com sustentabilidade (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

Esta inovação, no entanto, não se limita à tecnologia. Inclui também mudanças organizacionais, sociais e institucionais, que alteram a forma como as empresas produzem, os governos regulam e os consumidores utilizam recursos.

Design ecológico: pensar o produto desde a origem

O design ecológico está no centro da inovação circular. Enquanto no modelo linear o produto é concebido para consumo rápido e descarte, na economia circular ele é planeado para durar, ser reparável e facilmente reciclável. Seguem exemplos:

- Fairphone: empresa holandesa que fabrica smartphones modulares, permitindo a substituição de

peças em vez da troca do aparelho completo. Isto prolonga a vida útil do produto e reduz o lixo eletrónico (BAKKER *et al*., 2014).

- IKEA: a multinacional sueca comprometeu-se a produzir, até 2030, apenas com materiais recicláveis e renováveis, incluindo o design de móveis preparados para desmontagem e reutilização (IKEA, 2020).

O design ecológico reduz custos a longo prazo, melhora a reputação das marcas e responde à crescente pressão dos consumidores por produtos sustentáveis.

Novos modelos de negócio: do produto ao serviço

Outra dimensão central da inovação circular é a substituição da venda de produtos por modelos de negócio baseados em serviços, também conhecidos como Product-as-a-Service (PaaS). Seguem exemplos:

- Philips Lighting: em vez de vender lâmpadas, oferece "iluminação como serviço", mantendo a posse dos equipamentos e assegurando manutenção e reciclagem. O cliente paga apenas pelo uso da luz, enquanto a empresa cria receitas recorrentes e reduz desperdícios (EIlEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).
- Michelin Solutions: oferece pneus como serviço para frotas de camiões, cobrando pela quilometragem percorrida em vez da venda de pneus. Isso incentiva a durbilidade e a reciclagem dos materiais.

- Zipcar e plataformas de carsharing: substituem a propriedade privada de automóveis pelo acesso partilhado, diminuindo a produção de carros e reduzindo emissões urbanas.

Estes modelos desafiam a lógica tradicional de consumo, mas demonstram que eficiência no uso de recursos pode coexistir com rentabilidade.

Digitalização: inteligência ao serviço da circularidade

A revolução digital é outro motor essencial para a economia circular. Tecnologias emergentes permitem rastrear produtos, otimizar cadeias de valor e reduzir desperdícios:

- Internet das Coisas (IoT): sensores inteligentes permitem monitorizar o estado de máquinas, prolongando a vida útil dos equipamentos através de manutenção preditiva.
- Inteligência Artificial (IA): algoritmos ajudam a prever padrões de consumo e a otimizar fluxos logísticos, reduzindo custos e emissões.
- Blockchain: promove transparência nas cadeias de abastecimento, permitindo rastrear desde a origem da matéria-prima até ao descarte ou reciclagem (WEF, 2020).

Exemplo: a Circularise, *startup* holandesa, utiliza blockchain para rastrear plásticos e outros materiais, garantindo que o seu destino final respeita práticas circulares.

Inovação organizacional e institucional

Para além da tecnologia, a circularidade requer inovação organizacional e institucional:

- Empresas: precisam de criar parcerias ao longo da cadeia de valor para recolher, reciclar e reintroduzir materiais.
- Governos: devem criar regulações e incentivos fiscais que estimulem a inovação circular, como sistemas de depósito e retorno de embalagens.
- Sociedade civil: movimentos de consumo consciente e plataformas colaborativas (ex.: Repair Cafés) promovem uma cultura de reutilização e partilha (BRADLEY; PERSSON, 2022).

Assim, a inovação circular é um esforço coletivo, que depende da cooperação multissetorial.

Limitações e perspetivas futuras

Apesar do seu potencial, a inovação circular enfrenta barreiras:

- Custos iniciais elevados: investimento em I&D e novas infraestruturas pode ser proibitivo para pequenas empresas.
- Escala: muitos projetos circulares ainda operam em nichos de mercado.

- Mudança cultural: consumidores e empresas continuam a privilegiar conveniência e baixo custo imediato em detrimento da sustentabilidade de longo prazo.

Ainda assim, as perspetivas são promissoras. O World Economic Forum (2020) estima que a circularidade apoiada em inovação pode gerar 4,5 biliões de dólares em benefícios económicos até 2030, além de reduzir emissões e criar milhões de empregos verdes.

A inovação é o verdadeiro motor da transição circular. Do design ecológico aos modelos de negócio baseados em serviços, passando pela digitalização e novas formas de cooperação institucional, ela redefine a forma como produzimos, consumimos e valorizamos recursos.

Mais do que uma ferramenta, a inovação é o elo que transforma a circularidade de um ideal em prática, permitindo alinhar competitividade, resiliência ecológica e prosperidade social.

EXEMPLOS EMPRESARIAIS DE INOVAÇÃO CIRCULAR

Vários casos mostram que circularidade e rentabilidade podem andar de mãos dadas:

- Philips: lançou o modelo de "iluminação como serviço", em que a empresa mantém a posse das lâmpadas e equipamentos, oferecendo luz como serviço contínuo. Este sistema prolonga o ciclo de vida dos produtos e reduz resíduos, ao mesmo tempo

que gera receitas recorrentes (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

- Apple: desenvolveu programas de reciclagem avançada com robôs como o Daisy, capazes de desmontar iPhones e recuperar metais raros (APPLE, 2022). Isto permite reduzir a dependência de mineração intensiva e diminuir impactos ambientais da cadeia de fornecimento.
- Interface: empresa de carpetes modulares que implementa desde os anos 1990 práticas de economia circular, incluindo reciclagem de materiais e recolha de carpetes usadas, reduzindo emissões e resíduos (ROSENBERG, 2009).

Estes exemplos demonstram que a economia circular pode ser lucrativa, inovadora e estratégica.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A importância do enquadramento político

Embora a inovação circular tenha origem em grande medida nas empresas e na sociedade civil, a sua disseminação e escalabilidade dependem de políticas públicas consistentes e de um enquadramento institucional robusto. Sem regulação adequada, incentivos fiscais e metas claras, muitas iniciativas circulares permanecem em nichos ou enfrentam barreiras estruturais, como custos elevados, falta de infraestruturas de recolha e resistência cultural ao abandono do modelo linear (KIRCHHERR *et al*., 2018).

Governos e instituições internacionais assumem, assim, um papel decisivo: reduzir riscos para os pioneiros, criar mercados para soluções inovadoras e alinhar práticas empresariais com objetivos de sustentabilidade global.

União Europeia: liderança normativa na circularidade

A União Europeia (UE) tem sido pioneira na formulação de políticas de economia circular. Em 2020, a Comissão Europeia lançou o Novo Plano de Ação para a Economia Circular, integrado no Pacto Ecológico Europeu, com objetivos ambiciosos para transformar o modelo de produção e consumo na região (EUROPEAN COMMISSION, 2020).

Entre as principais medidas destacam-se:

- Metas de reciclagem e reutilização: até 2030, os Estados-membros devem assegurar que todos os resíduos recicláveis sejam efetivamente reciclados.
- Design sustentável obrigatório: produtos deverão ser concebidos para durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade.
- Setores prioritários: eletrónica, plásticos, têxteis e construção foram identificados como setores-chave para intervenção.
- Economia digital e rastreabilidade: incentivo ao uso de tecnologias digitais para monitorizar cadeias de valor e materiais críticos.

Este enquadramento tem efeitos globais: empresas multinacionais que operam na Europa adaptam práticas e cadeias de

valor em todo o mundo, transformando a UE numa referência normativa internacional.

África: proibição de plásticos e inovação local

No continente africano, vários países têm adotado políticas inovadoras que, apesar de menos abrangentes, apresentam impactos significativos:

- Ruanda: desde 2008 implementou uma das legislações mais rigorosas do mundo contra o uso de sacos plásticos descartáveis. Esta medida reduziu drasticamente a poluição urbana e estimulou a criação de empresas locais de embalagens alternativas (UNEP, 2019).
- Quénia: em 2017, aprovou uma lei que proíbe a produção, importação e uso de sacos plásticos, com penalizações severas. Esta política inspirou outros países africanos e abriu espaço para uma nova indústria de bioplásticos e embalagens sustentáveis.

Estas iniciativas revelam como políticas públicas firmes, mesmo em economias emergentes, podem gerar mudanças rápidas nos padrões de consumo e estimular inovação empresarial. Ao mesmo tempo, destacam a importância de combinar regulação com apoio técnico e financeiro a pequenas e médias empresas, para evitar efeitos negativos como o aumento de custos para consumidores de baixa renda.

China: pioneirismo institucional e escala global

A China adotou já em 2008 a Circular Economy Promotion Law, um marco jurídico que impulsionou investimentos em eficiência energética, gestão de resíduos e inovação em reciclagem (YUAN; BI; MORIGUICHI, 2006).

Resultados notáveis incluem:

- Liderança em energias renováveis: a China tornou-se o maior produtor mundial de painéis solares, turbinas eólicas e baterias para veículos elétricos.
- Reciclagem de metais raros: políticas públicas e investimento estatal criaram clusters de reciclagem avançada para metais críticos como lítio e cobalto, essenciais para a transição energética.
- Economia circular urbana: cidades como Xangai desenvolveram programas de recolha e separação obrigatória de resíduos, apoiados por tecnologias digitais para monitorização.

A experiência chinesa mostra como o Estado pode atuar como catalisador central da circularidade, mobilizando recursos financeiros, regulatórios e tecnológicos em grande escala.

O papel das instituições internacionais

Além de governos nacionais e blocos regionais, organismos multilaterais desempenham papel estratégico no enquadramento da economia circular:

- ONU: através da Agenda 2030 e dos ODS, promove a integração da circularidade em estratégias nacionais de desenvolvimento.
- OCDE: desenvolve metodologias de avaliação de políticas circulares e indicadores de medição.
- Banco Mundial: financia projetos de infraestrutura circular em países em desenvolvimento, com foco em resíduos e economia urbana (WORLD BANK, 2018).

Estes organismos ajudam a criar convergência normativa e apoio financeiro, fundamentais para reduzir assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os exemplos da União Europeia, de países africanos como Ruanda e Quénia, e da China mostram que políticas públicas consistentes aceleram a inovação circular, criando mercados, reduzindo riscos e estimulando a transição empresarial.

Mais do que regulações isoladas, a circularidade exige políticas integradas e globais, alinhadas com agendas internacionais como os ODS e o Acordo de Paris. Assim, governos e instituições não são apenas facilitadores, mas atores centrais na transformação do modelo económico, capazes de alinhar inovação empresarial com prosperidade social e resiliência ambiental.

DESAFIOS DA ECONOMIA CIRCULAR

Os limites da transição

A economia circular consolidou-se como um paradigma alternativo ao modelo linear, mostrando potencial para reduzir

impactos ambientais e abrir novas oportunidades de negócio. No entanto, a sua implementação em larga escala ainda enfrenta barreiras estruturais, financeiras, logísticas e culturais que dificultam a transição.

Estes obstáculos não anulam a relevância da circularidade, mas evidenciam que se trata de uma mudança sistémica e complexa, que exige mais do que inovações pontuais: requer transformações profundas nas práticas empresariais, nas políticas públicas e nos hábitos de consumo (KIRCHHERR *et al*., 2018).

Escalabilidade: da inovação de nicho à transformação global

Muitos modelos circulares surgem em escala piloto ou em setores específicos, mas encontram dificuldades para expandir-se globalmente.

Exemplo: empresas como a Fairphone, que fabricam smartphones modulares e reparáveis, têm dificuldade em competir com gigantes tecnológicos que operam em escala global, beneficiando de economias de produção linear.

Problema sistémico: a falta de padronização em design, logística e reciclagem impede a criação de mercados globais de materiais secundários.

Sem políticas de harmonização regulatória e incentivos de mercado, a economia circular corre o risco de permanecer restrita a nichos, sem alterar estruturalmente a lógica da economia global (GEISSDOERFER *et al*., 2017).

Custos iniciais e barreiras financeiras

A transição circular requer investimentos elevados em inovação, I&D e infraestruturas, o que representa um obstáculo para pequenas e médias empresas (PMEs). Exemplos:

- A instalação de sistemas de recolha e reciclagem de plásticos avançados exige capital intensivo e prazos de retorno longos, desencorajando investidores de curto prazo.
- Modelos product-as-a-service, como o da Philips (iluminação como serviço), dependem de investimentos iniciais em equipamentos duráveis e plataformas digitais, antes de gerarem receitas recorrentes.
- Os sistemas financeiros tradicionais ainda privilegiam métricas lineares de rentabilidade imediata, desincentivando investimentos em modelos que só produzem resultados no médio e longo prazo (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018).

Infraestruturas e logística insuficientes

A economia circular depende de infraestruturas sofisticadas de recolha, separação, reciclagem e redistribuição, que estão longe de estar disponíveis em muitos países:

- Reciclagem limitada: de acordo com a UNEP (2019), apenas cerca de 14% do plástico global é reciclado; o restante é incinerado, depositado em aterros ou disperso no ambiente.

- Desigualdade global: países em desenvolvimento, sobretudo em África e no Sudeste Asiático, enfrentam sérias limitações de logística e tecnologia para implementar cadeias circulares de valor.
- Exemplo positivo: na União Europeia, sistemas de depósito e retorno de garrafas já alcançam taxas superiores a 90% de recolha, mostrando o potencial quando políticas e infraestruturas estão alinhadas.

A ausência de infraestruturas adequadas compromete a viabilidade da circularidade, tornando-a dependente de políticas públicas e investimentos em inovação logística.

Mudança cultural e barreiras sociais

A economia circular exige também uma profunda mudança cultural em consumidores e empresas:

- Consumidores: ainda prevalece a lógica do "usar e descartar", associada ao consumismo e à obsolescência programada. A adesão a práticas como reparação, partilha ou reutilização requer novos hábitos e mentalidades.
- Empresas: muitas organizações continuam ancoradas em modelos lineares de produção e avaliação financeira, resistindo a alterar processos consolidados.

Iniciativas de partilha de bens, como carsharing, enfrentam resistência cultural em sociedades onde a posse é associada a estatuto social (HOBSON, 2016).

Assim, a circularidade não é apenas uma questão tecnológica ou económica, mas também um processo de aprendizagem social, que depende de educação, sensibilização e mudança de valores.

A necessidade de colaboração multissetorial

Superar estes desafios requer colaboração entre diferentes atores sociais:

- Empresas: inovar em produtos e modelos de negócio, assumindo riscos pioneiros.
- Governos: criar regulamentos, incentivos fiscais e infraestruturas que tornem a circularidade competitiva.
- Universidades: desenvolver investigação aplicada em design circular, novos materiais e tecnologias de reciclagem.
- Sociedade civil: pressionar por transparência, adotar padrões de consumo sustentável e mobilizar movimentos de mudança cultural.

Esta colaboração é essencial para transformar a economia circular de uma visão aspiracional numa realidade sistémica.

A economia circular representa um caminho promissor para alinhar competitividade com sustentabilidade, mas enfrenta desafios estruturais significativos. A escalabilidade limitada, os custos iniciais elevados, a falta de infraestruturas e a resistência cultural revelam que a transição não será automática nem linear.

Contudo, estes obstáculos são também oportunidades para inovação e cooperação. A experiência de regiões como a União Europeia demonstra que políticas públicas consistentes e colaboração multissetorial podem superar barreiras e tornar a circularidade uma realidade concreta.

O desafio é global, mas a mensagem é clara: sem superar estas barreiras, a economia circular permanecerá marginal; ao vencê-las, poderá redefinir o futuro da economia mundial.

PERSPETIVAS FUTURAS: CIRCULARIDADE COMO COMPETITIVIDADE

A economia circular não deve ser vista apenas como uma tendência ambiental, mas como nova fronteira da competitividade global.

O World Economic Forum (2020) estima que a circularidade pode gerar 4,5 biliões de dólares em benefícios económicos até 2030, através de eficiência de recursos e inovação.

Segundo a Fundação Ellen MacArthur (2015), aplicar princípios circulares em setores-chave poderia reduzir emissões de CO_2 em 48% até 2030.

A crescente pressão de consumidores, investidores e reguladores cria um ambiente em que as empresas que adotam práticas circulares ganham vantagem competitiva face às que permanecem no modelo linear.

Assim, a circularidade será não apenas um imperativo ecológico, mas um motor estratégico da economia do século XXI.

A inovação e a economia circular estão intrinsecamente ligadas: só através de novas soluções tecnológicas, organizacionais

e sociais é possível transformar o modelo linear de consumo e produção. Exemplos de empresas pioneiras e políticas públicas robustas demonstram que a circularidade é viável, rentável e escalável.

No entanto, a sua consolidação depende de superar desafios de mensuração, financiamento e mudança cultural. Mais do que uma alternativa, a economia circular é hoje condição para alinhar competitividade com resiliência ecológica e justiça social, revelando que a sustentabilidade não se opõe ao lucro, mas constitui a sua base mais sólida no longo prazo.

CAPÍTULO 8

Finanças Sustentáveis e Investidores de Impacto

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS E INVESTIDORES DE IMPACTO

As finanças constituem um dos pilares mais decisivos na transformação rumo à sustentabilidade. Ao direcionar fluxos de capital, investidores institucionais, bancos e fundos de pensões determinam quais setores prosperam e quais enfrentam dificuldades em aceder a recursos. Assim, a forma como o sistema financeiro integra (ou ignora) fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) tem implicações diretas para o sucesso da transição energética, para o cumprimento da Agenda 2030 e para a estabilidade do próprio capitalismo global (SACHS *et al*., 2023).

Em 2020, Larry Fink, CEO da BlackRock, a maior gestora de ativos do mundo, afirmou que as alterações climáticas representam "um risco de investimento" e advertiu que as empresas que não se adaptassem à transição sustentável "verão a sua licença social para operar desaparecer" (FINK, 2020). Esta declaração marcou um ponto de viragem no discurso financeiro, sinalizando que a sustentabilidade deixou de ser um nicho para se tornar uma condição de sobrevivência empresarial.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS SUSTENTÁVEIS

A transição para um modelo económico sustentável exige mobilização maciça de capital. Estimativas do Banco Mundial (2020) e da IEA (2021) indicam que serão necessários entre 4 e 6 biliões de dólares anuais até 2030 para financiar a transição energética e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, a inovação financeira tem desempenhado um papel

central, criando instrumentos capazes de alinhar fluxos de capital com metas ambientais e sociais.

Obrigações verdes (green bonds)

As obrigações verdes representam títulos de dívida emitidos especificamente para financiar projetos sustentáveis. Desde a primeira emissão pelo Banco Europeu de Investimento em 2007, este mercado expandiu-se exponencialmente.

Em 2022, o volume global ultrapassou 2 biliões de dólares (CLIMATE BONDS INITIATIVE, 2022).

O maior emissor institucional é a União Europeia, que emitiu centenas de milhares de milhões de euros para financiar o European Green Deal.

Empresas privadas também aderiram: em 2016, a Apple emitiu uma obrigação verde de 1,5 mil milhões de dólarespara financiar projetos de energia renovável e eficiência energética (APPLE, 2022).

Estes títulos criaram um novo padrão de transparência no sistema financeiro, exigindo que emissores detalhem o uso dos recursos e o impacto ambiental obtido.

Créditos de carbono

Os créditos de carbono são instrumentos de mercado que permitem financiar projetos de mitigação ou compensação de emissões.

Cada crédito corresponde a 1 tonelada de CO_2 evitada ou removida. Exemplos: reflorestação, energia limpa, tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS).

Contudo, o IPCC (2023) alerta que, sem verificação rigorosa, os créditos podem transformar-se em mera "licença para poluir", minando a integridade ambiental.

Finanças mistas (blended finance)

As finanças mistas combinam capital público e privado, distribuindo riscos de forma a atrair investimento para regiões e setores de elevado risco.

No setor agrícola em África, mecanismos de garantias públicas têm viabilizado crédito para pequenos agricultores, aumentando a resiliência climática (WORLD BANK, 2020).

Projetos de energia solar descentralizada na Índia também foram acelerados através deste modelo, garantindo acesso a energia limpa em comunidades rurais.

Fundos ESG

Os fundos ESG integram critérios ambientais, sociais e de governança na seleção de ativos.

Segundo a GSIA (2021), representam já mais de 35 biliões de dólares em ativos sob gestão, cerca de 35% do total mundial.

Porém, a falta de padronização gera inconsistências: alguns fundos incluem empresas poluentes, levantando dúvidas sobre credibilidade (NORMAN; MACDONALD, 2004).

Os instrumentos financeiros sustentáveis já não são periféricos: tornaram-se eixos estruturantes da inovação financeira. Contudo, enfrentam desafios de escala, integridade e equidade, que analisaremos adiante.

INVESTIDORES DE IMPACTO E MERCADOS EMERGENTES

O impact investing constitui uma das abordagens mais transformadoras das finanças sustentáveis. Diferentemente do investimento tradicional, que prioriza apenas retorno económico, o investimento de impacto busca gerar benefícios sociais e ambientais mensuráveis, juntamente com retorno financeiro (GIIN, 2020).

Microfinanças

Inspiradas pelo modelo de Muhammad Yunus e do Grameen Bank, as microfinanças democratizaram o acesso ao crédito em regiões de pobreza.

Permitem a agricultores, pequenos comerciantes e empreendedores informais financiar atividades produtivas.

Em África e América Latina, programas de microcrédito apoiados por fundos de impacto reduziram desigualdades e estimularam a inclusão económica (YUNUS, 2007).

Energia solar descentralizada

O investimento de impacto tem sido decisivo na expansão de sistemas solares off-grid em comunidades rurais.

Na Índia, empresas de energia solar receberam financiamento de impacto para instalar mini-redes solares, levando eletricidade a milhões de pessoas sem acesso à rede.

Em África, projetos semelhantes reduziram dependência de geradores a diesel, com benefícios ambientais e sociais.

Agricultura regenerativa

Fundos de impacto apoiam práticas de agricultura regenerativa, que restauram solos, sequestram carbono e aumentam a biodiversidade.

Exemplo: fundos latino-americanos investem em agricultores que integram sistemas agroflorestais, promovendo sustentabilidade económica e ecológica (SCHREEFEL *et al*., 2020).

O impacto investing é especialmente relevante em mercados emergentes, onde convergem necessidades sociais, riscos ambientais e oportunidades de crescimento económico.

O PAPEL REGULATÓRIO E INSTITUCIONAL

A expansão das finanças sustentáveis não depende apenas de inovação de mercado. É necessário um enquadramento regulatório e

institucional robusto, que garanta credibilidade e reduza riscos de greenwashing.

Taxonomia Verde da União Europeia

A UE criou uma classificação padronizada de atividades económicas sustentáveis: a Taxonomia Verde, a qual define critérios técnicos claros para investimentos sustentáveis. O objetivo é evitar que empresas se apropriem indevidamente da etiqueta "verde".

A TCFD - Task Force on Climate-Related Financial Disclosures - criada pelo Financial Stability Board, recomenda práticas de reporte de riscos e oportunidades climáticas. Incentiva empresas e investidores a divulgar cenários climáticos e estratégias de transição. A sua adoção está a crescer globalmente, criando maior transparência e comparabilidade.

Criados em 2006, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, ONU) contam já com mais de 4.000 signatários, representando cerca de 120 biliões de dólares em ativos (PRI, 2022). São compromissos voluntários, mas exercem forte pressão reputacional sobre empresas e fundos.

A UNEP Finance Initiative (UNEP FI) (2021) sublinha que sem mobilização privada não será possível alcançar os ODS. Defende cooperação público-privada e inovação em instrumentos de risco partilhado.

Estes mecanismos mostram que as finanças sustentáveis são mais do que tendência de mercado: são uma exigência normativa internacional, apoiada em padrões de reporte e taxonomias comuns.

CRÍTICAS E LIMITAÇÕES

Apesar do crescimento, as finanças sustentáveis enfrentam críticas estruturais. Sem enfrentá-las, o setor corre o risco de perder credibilidade e eficácia:

- Greenwashing: Muitos fundos ESG incluem empresas de setores poluentes, mas continuam a rotular-se como sustentáveis. Segundo Milne e Gray (2013), isto representa uma prática de "legitimação simbólica" mais do que transformação real.
- Falta de padronização: A coexistência de múltiplos *frameworks* (GRI, SASB, ISSB, TCFD) cria fragmentação regulatória. Dificulta comparabilidade e reduz confiança dos investidores (NORMAN; MACDONALD, 2004).

Desigualdades globais no financiamento sustentável

Um dos paradoxos centrais das finanças sustentáveis é que, apesar do seu crescimento exponencial, a maior parte do capital verde concentra-se nos países desenvolvidos, enquanto os mercados emergentes — precisamente aqueles que enfrentam maiores vulnerabilidades climáticas e sociais — continuam subfinanciados. Segundo o World Bank (2020), esta disparidade ameaça não apenas a eficácia da transição global para a sustentabilidade, mas também a justiça climática, uma vez que os países que menos contribuíram para as emissões históricas são os que sofrem os impactos mais severos das alterações climáticas.

a) Concentração de capital nos países desenvolvidos

Estudos recentes do Global Sustainable Investment Alliance (GSIA, 2021) indicam que mais de 80% dos ativos ESG sob gestão estão concentrados na América do Norte e na Europa. Esta concentração reflete fatores estruturais:

- Mercados financeiros mais maduros, com infraestrutura regulatória sólida.
- Maior pressão de investidores institucionais, como fundos de pensão e seguradoras.
- Capacidade de reporte corporativo mais avançada, apoiada em frameworks como GRI, SASB ou ISSB.

Em contraste, países em desenvolvimento enfrentam limitações institucionais, menor acesso a informação padronizada e risco político acrescido, que afasta investidores internacionais (SACHS *et al*., 2023).

b) Subfinanciamento dos mercados emergentes

Os mercados emergentes necessitam de investimentos maciços para cumprir as metas do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O World Bank (2020) estima que a lacuna de financiamento climático nos países em desenvolvimento ultrapassa 2,5 biliões de dólares anuais.

Exemplos desta insuficiência:

- Infraestruturas energéticas: enquanto a União Europeia investe em hidrogénio verde e redes inteligentes, países africanos continuam a depender de centrais a carvão ou diesel devido à falta de financiamento acessível (IEA, 2021).
- Adaptação climática: segundo o UNEP Adaptation Gap Report (2022), os países em desenvolvimento recebem apenas um quarto do financiamento necessário para medidas de adaptação, como defesas costeiras, agricultura resiliente ou gestão de recursos hídricos.

c) **O papel das finanças mistas (*blended finance*)**

Uma solução emergente para este desequilíbrio é o uso de finanças mistas, que combinam capital público (com função de mitigação de risco) e investimento privado.

O World Bank (2020) mostra que projetos de energia solar descentralizada em África só se tornaram viáveis graças a garantias públicas que reduziram o risco percebido pelos investidores privados.

No setor agrícola, fundos de impacto têm apoiado práticas regenerativas na América Latina, com capital inicial providenciado por agências de desenvolvimento (SCHREEFEL *et al*., 2020).

Contudo, apesar do seu potencial, a escala destes mecanismos ainda é insuficiente face às necessidades globais.

d) Justiça climática e dilemas éticos

A desigualdade no financiamento sustentável coloca questões de justiça climática.

Os países desenvolvidos são responsáveis por cerca de 79% das emissões históricas acumuladas de CO_2 desde a Revolução Industrial (IPCC, 2023).

No entanto, são os países do Sul Global que enfrentam os impactos mais devastadores: secas prolongadas no Sahel, inundações recorrentes no Sudeste Asiático, ciclones no Índico.

Assim, quando o capital verde não flui para os mercados mais vulneráveis, reforça-se a injustiça estrutural: os mais pobres financiam os custos ambientais sem acesso proporcional aos recursos para mitigação e adaptação (BULLARD, 2005).

e) Perspetivas de superação

Para reduzir estas desigualdades, várias medidas estão em debate:

- Reforço dos compromissos climáticos dos países desenvolvidos, como os 100 mil milhões de dólares anuais prometidos no âmbito da COP15 (ainda não plenamente concretizados).
- Taxonomias regionais adaptadas às realidades locais, como os esforços da União Africana para criar uma taxonomia verde adequada às suas economias.
- Maior integração de instrumentos inovadores, como *debt-for-climate swaps*, em que parte da dívida externa é perdoada em troca de investimentos em projetos ambientais.

As finanças sustentáveis só cumprirão o seu potencial transformador se forem capazes de superar as desigualdades globais

no acesso ao capital verde. Caso contrário, haverá risco de aprofundar a exclusão e fragilizar o pacto climático global. Para que o lucro sustentável seja verdadeiramente universal, é necessário um esforço concertado de governos, investidores e instituições multilaterais, de modo a garantir que a transição para a sustentabilidade seja inclusiva, equitativa e justa.

O desafio central não é apenas expandir instrumentos financeiros, mas garantir integridade, transparência e equidade global. Caso contrário, o setor corre o risco de perder legitimidade junto de investidores e da sociedade civil.

O conceito de lucro é central no funcionamento da economia de mercado. Tradicionalmente, ele foi entendido como a diferença positiva entre receitas e custos, sendo maximizado no curto prazo para remunerar acionistas e expandir negócios. Contudo, essa visão financeiro-contabilística, focada em ganhos imediatos, mostra-se cada vez mais insuficiente face aos desafios contemporâneos: emergência climática, perda de biodiversidade, desigualdades sociais crescentes e desconfiança dos cidadãos em relação às grandes corporações.

Autores como John Elkington (1997) e Michael Porter e Mark Kramer (2011) demonstraram que o lucro isolado, quando obtido à custa da degradação ambiental ou da precarização social, não é sustentável no longo prazo. Pelo contrário, gera riscos reputacionais, regulatórios e financeiros que comprometem a continuidade das próprias empresas.

Neste contexto, emerge o conceito de lucro sustentável: um lucro que não se opõe ao bem-estar coletivo, mas que é construído a partir da contribuição positiva da empresa para os sistemas sociais e ecológicos dos quais depende.

CAPÍTULO 9

Riscos e Oportunidades Financeiras da Sustentabilidade

RISCOS E OPORTUNIDADES FINANCEIRAS DA SUSTENTABILIDADE

O debate contemporâneo sobre sustentabilidade demonstra que ignorar riscos ambientais e sociais deixou de ser uma opção viável. A integração de fatores ESG (ambientais, sociais e de governança) nos mercados financeiros não resulta apenas de pressões éticas ou reputacionais, mas sobretudo de imperativos económicos. O Banco Mundial (2020) estima que a inação climática poderá custar até 7% do PIB global até 2050, enquanto o World Economic Forum (2020) classifica os riscos ambientais entre os cinco maiores riscos globais em termos de impacto e probabilidade.

Neste contexto, surgem dois vetores centrais:

- A necessidade de gestão de riscos — ambientais, sociais e de governança — que podem comprometer modelos de negócio e estabilidade financeira.
- A emergência de oportunidades económicas, ligadas à inovação tecnológica, à transição energética e à construção de economias mais resilientes.

OS RISCOS FINANCEIROS DA INSUSTENTABILIDADE

O sistema financeiro e empresarial opera hoje num ambiente em que os riscos ambientais e sociais deixaram de ser externos para se tornarem fatores materiais de investimento. A Global Risks Report do World Economic Forum (2020) já posicionava as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e os desastres ambientais entre os cinco riscos mais críticos em termos de impacto

global. Esta constatação alterou profundamente a perceção de risco, desafiando investidores, reguladores e empresas a integrar dimensões antes vistas como "periféricas" no cerne da estratégia económica.

1. Riscos físicos: o impacto crescente dos eventos climáticos

Os riscos físicos correspondem aos danos diretos causados por fenómenos climáticos extremos e por mudanças graduais de longo prazo, como o aumento do nível do mar ou a desertificação.

Segundo o World Bank (2020), os prejuízos económicos associados a eventos extremos já ultrapassam 300 mil milhões de dólares por ano. O IPCC (2023) reforça que a frequência e intensidade destes eventos continuarão a aumentar sem cortes drásticos nas emissões globais. Exemplos:

- Inundações no Paquistão (2022): provocaram mais de 1.700 mortes, deslocaram 33 milhões de pessoas e causaram danos diretos avaliados em 30 mil milhões de dólares. Este episódio expôs não apenas a vulnerabilidade de infraestruturas frágeis, mas também a incapacidade dos sistemas financeiros locais de absorver tais choques.
- Ondas de calor na Europa (2022-2023): geraram perdas agrícolas (redução de produção de milho e trigo em países como França e Espanha) e sobrecarga nos sistemas elétricos devido ao aumento do uso de ar condicionado. Os impactos foram sentidos globalmente, através da disrupção das cadeias de abastecimento e da pressão sobre os preços dos alimentos (LÜTHI; HOFER *et al*., 2021).

- Incêndios florestais nos EUA, Austrália e Mediterrâneo: os incêndios na Califórnia em 2020 causaram perdas superiores a 10 mil milhões de dólares em danos segurados (SWISS RE, 2021).

Estes exemplos demonstram que os riscos físicos não são mais eventos "isolados", mas ameaças sistémicas que afetam infraestruturas críticas, seguros, cadeias logísticas e estabilidade macroeconómica.

2. Riscos de transição: ativos encalhados e transformação estrutural

A transição para uma economia de baixo carbono traz riscos derivados de mudanças regulatórias, tecnológicas e de preferências dos consumidores. Empresas que não se adaptarem podem ver os seus ativos perderem valor ou tornar-se inviáveis — os chamados stranded assets.

A Agência Internacional de Energia (IEA, 2021) estima que trilhões de dólares em ativos fósseis (petróleo, gás e carvão) poderão ser encalhados se o mundo seguir trajetórias compatíveis com o Acordo de Paris.

O setor automóvel enfrenta riscos semelhantes: empresas que não investirem na mobilidade elétrica podem perder competitividade à medida que países como Noruega, Reino Unido e França avançam com a proibição de venda de carros a combustíveis fósseis a partir de 2035.

Do lado positivo, setores como energias renováveis e tecnologias limpas emergem como novas fronteiras de crescimento,

criando oportunidades, mas também expondo empresas tradicionais ao risco de obsolescência.

Os riscos de transição não representam apenas custos; também funcionam como mecanismos de redistribuição de valor, premiando empresas inovadoras e penalizando modelos de negócio insustentáveis.

3. Riscos sociais e reputacionais: o fator humano como materialidade financeira

A negligência de questões sociais deixou de ser uma preocupação ética para se tornar um risco financeiro direto. Cadeias de valor globais expostas a violações de direitos humanos, desigualdades ou práticas inseguras podem comprometer a viabilidade económica de empresas. Exemplos paradigmáticos:

- Brumadinho (BRASIL, 2019): a ruptura da barragem de rejeitos da Vale causou mais de 270 mortes, destruiu comunidades e ecossistemas, e resultou em mais de 7 mil milhões de dólares em indemnizações e multas, além de danos reputacionais que afetaram o valor de mercado da empresa (MORAN; WIRTH, 2020).
- Trabalho infantil e violações laborais: relatórios da ILO (2021) indicam que ainda existem mais de 160 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, muitas em cadeias de fornecimento globais. Empresas associadas a estas práticas enfrentam boicotes de consumidores, perda de contratos e processos judiciais.
- Moda rápida (*fast fashion*): marcas expostas a más condições de trabalho em fábricas no Bangladesh ou

> Camboja sofreram graves repercussões reputacionais, levando a exigências de maior transparência e rastreabilidade das cadeias de valor.

Estes casos provam que as questões sociais e éticas se traduzem em riscos financeiros, capazes de comprometer licenças sociais para operar, atrair processos jurídicos e reduzir o acesso a capital.

Os riscos físicos, de transição e sociais/reputacionais mostram que a insustentabilidade deixou de ser "externalidade" para se tornar materialidade financeira. Investidores, governos e empresas reconhecem hoje que a viabilidade económica está indissociavelmente ligada à resiliência ambiental e social.

Assim, gerir riscos ESG não é apenas questão de responsabilidade corporativa: é um imperativo estratégico de sobrevivência e competitividade no século XXI.

PRECIFICAÇÃO DE EXTERNALIDADES: CARBONO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE

A economia clássica, desde Alfred Marshall até Milton Friedman, assumiu frequentemente que os custos associados à poluição, degradação ambiental ou exploração excessiva de recursos eram externalidades — efeitos colaterais que não entravam no cálculo do preço dos bens e serviços. Este vazio conduziu a um sistema em que os preços de mercado não refletem os verdadeiros custos sociais e ambientais da produção.

Para corrigir esta falha estrutural, surgem mecanismos de precificação de externalidades, que procuram internalizar os custos ambientais e sociais no funcionamento da economia. A lógica é

simples: quem polui ou degrada deve pagar pelos impactos, e quem preserva ou restaura deve ser recompensado. Três áreas estão no centro deste debate: carbono, água e biodiversidade.

1. Precificação do carbono: o exemplo mais avançado

O dióxido de carbono é o principal gás com efeito de estufa e, portanto, a externalidade mais estudada. A sua precificação é considerada uma das ferramentas mais eficazes para induzir a descarbonização.

Abrangência global: de acordo com o World Bank (2022), mais de 60 jurisdições aplicam instrumentos de precificação de carbono, cobrindo cerca de 23% das emissões globais.

EU ETS: o European Union Emissions Trading System (EU ETS), criado em 2005, é o maior e mais avançado mercado de carbono do mundo. Em 2022, os preços ultrapassaram 80 euros por tonelada de CO_2, sinalizando de forma clara aos mercados a necessidade de reduzir emissões (WORLD BANK, 2022).

Modelos híbridos: países como o Canadá e a Suécia aplicam taxas de carbono nacionais, em paralelo com esquemas de comércio de emissões. A Suécia, pioneira desde 1991, cobra atualmente cerca de 120 euros/tonelada, e mesmo assim conseguiu crescer economicamente, provando que precificação não impede competitividade.

A precificação do carbono já começa a redefinir estratégias empresariais, investimentos em inovação e competitividade internacional.

2. Precificação da água: do recurso gratuito ao ativo escasso

A água é um recurso essencial à vida e à economia, mas historicamente foi tratada como abundante e gratuita. Hoje, a sua escassez crescente exige novos mecanismos de valorização:

- Escassez global: segundo a UNESCO (2020), mais de 2,2 mil milhões de pessoas ainda não têm acesso seguro a água potável, e cerca de 40% da população mundial vive em regiões de stress hídrico.
- Mecanismos de tarifação: países como Austrália e Chile desenvolveram mercados de direitos de uso da água, nos quais empresas e agricultores podem comprar e vender quotas, promovendo eficiência.
- Gestão urbana: algumas cidades introduziram tarifação progressiva, em que grandes consumidores pagam mais caro pelo metro cúbico, incentivando conservação e redução do desperdício.

A água está a transitar de recurso invisível para ativo crítico, e o seu preço refletirá cada vez mais a escassez, afetando cadeias de valor como agricultura, indústria têxtil e energia.

3. Precificação da biodiversidade: o desafio emergente

Se o carbono já é precificado e a água começa a sê-lo, a biodiversidade representa o maior desafio, dada a complexidade dos ecossistemas.

Alerta do IPBES (2019): mais de 1 milhão de espécies estão em risco de extinção, comprometendo serviços ecossistémicos essenciais, como polinização, regulação climática e purificação da água.

Serviços ecossistémicos: estimativas do World Economic Forum (2020) indicam que mais de 44 biliões de dólares da economia global dependem diretamente da natureza e dos seus serviços.

Iniciativas emergentes: a Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) procura criar métricas que ajudem empresas e investidores a identificar, avaliar e reportar riscos relacionados com a biodiversidade.

Exemplos de compensação: esquemas como o "no net loss" (sem perda líquida), aplicados em países como a França e a Austrália, obrigam projetos de grande impacto ambiental a compensar destruição de habitats com restauração equivalente.

A precificação da biodiversidade ainda está em fase embrionária, mas tende a tornar-se central à medida que a perda de ecossistemas ameaça diretamente a base material da economia global.

Desafios comuns à precificação de externalidades

Apesar do progresso, a implementação enfrenta obstáculos:

- Dificuldade de mensuração: calcular valor monetário de serviços ecossistémicos ou de emissões evitadas envolve metodologias complexas e nem sempre consensuais.

- Assimetria global: países desenvolvidos têm maior capacidade de aplicar sistemas de precificação, enquanto mercados emergentes, que mais sofrem com impactos climáticos, enfrentam dificuldades institucionais e sociais.
- Aceitação política e social: taxas de carbono ou água podem ser vistas como impostos adicionais, gerando resistência de setores económicos e comunidades, sobretudo em contextos de pobreza.

A precificação de externalidades representa uma viragem histórica: a passagem de um sistema que externaliza custos para outro que internaliza riscos ambientais e sociais nos preços de mercado.

O carbono já é exemplo consolidado

A água está a emergir como um recurso estratégico, cuja disponibilidade e qualidade influenciam diretamente a segurança alimentar, a estabilidade social e a competitividade económica global (UNITED NATIONS WATER COMMISSION, 2020). A crescente escassez hídrica, aliada às mudanças climáticas, tem levado governos e empresas a incorporar mecanismos de precificação da água como forma de promover eficiência, responsabilidade e transparência no uso deste recurso essencial.

A biodiversidade, por sua vez, tende a constituir o próximo grande campo de inovação financeira e regulatória, uma vez que a degradação dos ecossistemas começa a traduzir-se em riscos materiais para investidores e empresas. Instrumentos emergentes, como os "biodiversity credits" e as métricas de capital natural,

procuram atribuir valor económico aos serviços ecossistémicos e criar incentivos para a sua preservação (PWC, 2025).

Em última análise, a precificação ambiental — seja do carbono, da água ou da biodiversidade — configura-se como um instrumento de justiça intergeracional, ao garantir que o custo da degradação não recaia sobre as gerações futuras, mas seja internalizado por quem produz e consome hoje. Este princípio reflete a necessidade de transitar de uma economia extrativa para uma economia regenerativa, em que os fluxos financeiros e regulatórios estejam alinhados com os limites planetários (UNITED NATIONS WATER COMMISSION, 2020; PWC, 2025).

As OPORTUNIDADES FINANCEIRAS DA SUSTENTABILIDADE

Embora a narrativa da sustentabilidade esteja frequentemente associada a riscos — físicos, sociais e de transição —, o outro lado da equação é igualmente importante: as oportunidades financeiras. A transição para uma economia sustentável não é apenas uma obrigação ética ou regulatória; trata-se também de uma janela histórica de inovação e crescimento económico.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, 2021), a transição energética poderá criar 14 milhões de novos empregos líquidos até 2030, distribuídos em setores como energias renováveis, mobilidade elétrica, eficiência energética e construção sustentável. Ao mesmo tempo, a BloombergNEF (2022) e o World Economic Forum (2020) projetam mercados emergentes multibilionários em biotecnologia, bioeconomia e economia circular.

1. Empregos verdes e transição energética

O conceito de empregos verdes (*green jobs*) refere-se a postos de trabalho que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. A Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2018) considera-os fundamentais para uma transição justa.

Geração de emprego líquido: a IEA (2021) estima que, mesmo com a retração de empregos em indústrias fósseis, o saldo líquido da transição será positivo, com 14 milhões de novos empregos criados até 2030.

Setores líderes: a energia solar é hoje o maior empregador entre as energias renováveis, com mais de 4 milhões de empregos diretos, seguida da eólica e das bioenergias (IRENA, 2022).

Transição justa: para que os empregos verdes sejam uma oportunidade real, é crucial investir em requalificação e capacitação profissional, evitando que comunidades dependentes de setores fósseis sejam deixadas para trás.

Assim, a transição energética não é apenas uma política ambiental: é também uma estratégia de desenvolvimento económico e inclusão social.

2. Setores em expansão

Energias renováveis

As energias renováveis já representam mais de 30% da produção elétrica mundial e deverão alcançar 90% até 2050em cenários compatíveis com o Acordo de Paris (IEA, 2021). Os custos

da energia solar caíram 85% desde 2010, tornando-a a fonte mais competitiva em muitas regiões. O setor atraiu investimentos superiores a 500 mil milhões de dólares em 2021, superando os combustíveis fósseis (IEA, 2022).

Bioeconomia e biotecnologia

A bioeconomia integra biotecnologia, agricultura sustentável e materiais alternativos. O World Economic Forum (2020) estima que o mercado global da bioeconomia possa atingir 7,7 biliões de dólares até 2030. Exemplos: bioplásticos para substituir derivados de petróleo, biocombustíveis avançados, inovação agrícola para segurança alimentar em tempos de crise climática.

Economia circular

A lógica da economia circular baseia-se em "manter recursos em uso pelo maior tempo possível". A Ellen MacArthur Foundation (2015) calcula que modelos circulares podem gerar 1 bilião de dólares anuais em poupanças de materiais e energia. Empresas como a Philips, com o modelo de "iluminação como serviço", demonstram como inovação circular pode criar novos fluxos de receita e reduzir impacto ambiental.

3. Vantagem competitiva e resiliência empresarial

A adoção de modelos de negócio sustentáveis traduz-se em vantagem competitiva em três dimensões:

- Acesso a capital: investidores de impacto e fundos ESG privilegiam empresas com métricas robustas de sustentabilidade (GSIA, 2021).
- Custos regulatórios reduzidos: empresas alinhadas com padrões ambientais antecipam mudanças regulatórias, evitando multas e sanções.
- Resiliência a choques externos: cadeias de valor sustentáveis tendem a ser menos vulneráveis a crises climáticas, energéticas ou reputacionais.

SUSTENTABILIDADE COMO IMPERATIVO ESTRATÉGICO

Da reputação à sobrevivência

Durante décadas, a sustentabilidade foi frequentemente tratada como um elemento periférico, associado à reputação ou à responsabilidade social corporativa, separado da estratégia central de criação de valor. Essa visão fragmentada, no entanto, tornou-se insustentável face à realidade contemporânea. As crises climáticas, as desigualdades sociais crescentes e a instabilidade geopolítica demonstraram que os riscos ambientais e sociais não são externos ao sistema económico: são riscos materiais que ameaçam diretamente a viabilidade das empresas, dos investidores e das economias nacionais (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018; SACHS *et al*., 2023).

Assim, a sustentabilidade deixou de ser apenas uma vantagem reputacional para se tornar um imperativo estratégico, uma condição essencial para garantir competitividade, resiliência e legitimidade social no século XXI.

1. Os riscos ambientais e sociais como ameaças económicas diretas

O reconhecimento de que o modelo económico global assenta em bases ecológicas e sociais frágeis tem sido reforçado por sucessivos relatórios científicos e económicos. O Banco Mundial (2020) estima que a inação climática poderá custar até 7% do PIB global até 2050, devido a desastres naturais, colapsos agrícolas, perdas de produtividade e danos em infraestruturas críticas.

2. A precificação de externalidades como nova regra do jogo

Um dos sinais mais evidentes desta transformação é a crescente internalização dos custos ambientais e sociais nos mercados. A precificação do carbono, da água e da biodiversidade representa uma mudança estrutural nas regras da economia: aquilo que antes era tratado como "custo externo" passa a ser contabilizado como variável económica central:

- Carbono: mais de 60 jurisdições já aplicam taxas de carbono ou sistemas de comércio de emissões. O EU ETS (Sistema Europeu de Comércio de Emissões) atingiu preços superiores a 80 euros por tonelada em 2022, incentivando a redução de emissões em setores industriais intensivos (WORLD BANK, 2022).
- Água: a escassez hídrica é cada vez mais incorporada em tarifas diferenciadas, refletindo a urgência de uma gestão eficiente. Segundo a UNESCO (2020), 2,2 mil milhões de pessoas ainda vivem sem acesso seguro a água potável, o que reforça a pressão por novos modelos de uso e alocação.

- Biodiversidade: a perda de ecossistemas coloca em risco a base natural da economia global. O IPBES (2019) alerta que 1 milhão de espécies estão em risco de extinção, e iniciativas como a Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) procuram criar métricas para internalizar esses riscos.

A precificação de externalidades mostra que os mercados financeiros começam a reconhecer que não há valor económico sem estabilidade ecológica e social.

3. As oportunidades da transição sustentável

Se os riscos são elevados, as oportunidades são igualmente transformadoras. A transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva abre espaço para novos setores, empregos e modelos de negócio.

Empregos verdes: a Agência Internacional de Energia (IEA, 2021) estima a criação de 14 milhões de novos empregos até 2030 na transição energética. Setores em crescimento acelerado:

- Energias renováveis já representam mais de 30% da eletricidade mundial e devem alcançar 90% até 2050 (IEA, 2021).
- A mobilidade elétrica poderá corresponder a metade das vendas de automóveis novos em 2035 (BLOOMBERG NEF, 2022).
- A economia circular pode gerar 1 bilião de dólares anuais em poupanças de materiais e energia (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015).

- A bioeconomia e a biotecnologia agrícola representam mercados globais estimados em 7,7 biliões de dólares até 2030 (WEF, 2020).

A transição sustentável é, assim, não apenas uma obrigação ética, mas uma fronteira de inovação e crescimento económico.

4. O desafio da justiça e da inclusão

Contudo, a sustentabilidade como imperativo estratégico não pode ignorar as desigualdades globais. Embora o capital verde esteja a crescer, grande parte concentra-se em países desenvolvidos, deixando os mercados emergentes subfinanciados, mesmo sendo os mais vulneráveis às alterações climáticas (WORLD BANK, 2020):

- Financiamento climático: dos 100 mil milhões de dólares anuais prometidos pelos países desenvolvidos para apoiar os países em desenvolvimento (COP15, 2009), apenas parte tem sido efetivamente mobilizada, revelando falhas graves no compromisso internacional.
- Transição justa: a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2021) alerta que milhões de trabalhadores em setores fósseis necessitam de requalificação e proteção social para não ficarem marginalizados na transição energética.
- Inclusão social: projetos de energia solar descentralizada em África ou de microfinanças na Ásia (YUNUS, 2007) mostram que é possível combinar inovação económica com justiça social, mas exigem maior mobilização de capital e cooperação institucional.

O imperativo da sustentabilidade não é apenas acelerar a transição, mas garantir que esta é justa, inclusiva e equitativa. Em síntese, a sustentabilidade representa hoje um novo contrato social e económico:

- Os riscos ambientais e sociais são riscos materiais de investimento e ameaçam a sobrevivência das empresas.
- A precificação de externalidades redefine os incentivos e obriga a reconfigurar cadeias de valor.
- As oportunidades da transição sustentável oferecem novos espaços de inovação, emprego e crescimento económico.
- O desafio é garantir que esta transição é justa, evitando que as desigualdades globais comprometam os avanços conquistados.

Assim, gerir riscos e explorar oportunidades deixou de ser uma opção periférica: é uma exigência central para empresas, investidores e governos. A sustentabilidade, outrora vista como responsabilidade ética ou reputacional, afirma-se agora como imperativo estratégico de sobrevivência, competitividade e prosperidade partilhada.

CAPÍTULO 10

Capital Humano e Inclusão Social

CAPITAL HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

O conceito de capital humano transformou-se, ao longo das últimas décadas, numa das noções mais relevantes da economia e da gestão. Gary Becker (1993), prémio Nobel da Economia, destacou que a educação, a saúde e as competências acumuladas pelos indivíduos não são apenas atributos individuais, mas ativos estratégicos que determinam a produtividade, a inovação e o crescimento económico de longo prazo.

No contexto das organizações, reconhecer o capital humano significa compreender que o verdadeiro motor da competitividade não reside apenas em tecnologias ou ativos financeiros, mas nas pessoas que dão vida às empresas. Este reconhecimento, contudo, convive com um paradoxo: ao mesmo tempo que as empresas afirmam valorizar as pessoas, persistem profundas desigualdades no acesso a oportunidades, no reconhecimento do mérito e na distribuição dos frutos do progresso económico.

1. Desigualdades estruturais: diversidade e inclusão como imperativos

Um dos maiores desafios contemporâneos prende-se com a diversidade, equidade e inclusão (DEI). Vários estudos comprovam que equipas diversas são mais inovadoras, criativas e eficazes na resolução de problemas complexos (HUNT *et al*., 2018).

O relatório Delivering through Diversity da McKinsey e Company demonstrou que empresas com maior diversidade de género e étnica apresentam uma probabilidade significativamente maior de superar concorrentes em rentabilidade.

Apesar destes avanços, a desigualdade de género permanece alarmante. Segundo a Catalyst (2022), apenas 8,9% dos CEO das empresas da Fortune 500 eram mulheres em 2022.

Em países em desenvolvimento, a exclusão de jovens e mulheres do mercado de trabalho não só agrava desigualdades sociais, como representa uma perda económica. O Banco Mundial (2018) calcula que a redução das desigualdades de género poderia acrescentar 160 mil milhões de dólares ao PIB global.

Além de género e etnia, outras dimensões como deficiência, idade, orientação sexual e origem socioeconómica continuam a condicionar a inclusão, demonstrando que as organizações ainda estão longe de refletir a diversidade da sociedade em que se inserem.

2. Trabalho digno: um princípio universal ainda em falta

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu o conceito de trabalho digno como um objetivo universal, englobando remuneração justa, segurança no emprego, condições adequadas, igualdade de oportunidades e respeito pelos direitos fundamentais (ILO, 2021).

Contudo, os números revelam uma realidade preocupante:

- Mais de 160 milhões de crianças ainda estão sujeitas a trabalho infantil em todo o mundo, muitas vezes em condições perigosas.
- Trabalhadores em cadeias globais de valor enfrentam precariedade, baixos salários e ausência de proteção social.

Casos de exploração laboral na indústria têxtil no sul da Ásia ou na produção eletrónica na Ásia Oriental mostram como a pressão por custos baixos e margens elevadas pode resultar em violações sistemáticas dos direitos humanos.

O trabalho digno não é apenas uma exigência ética, mas uma condição de legitimidade empresarial. Empresas que falham nesta frente enfrentam riscos legais, financeiros e reputacionais. O colapso do edifício Rana Plaza, em 2013 no Bangladesh, que vitimou mais de 1.100 trabalhadores da indústria têxtil, é um exemplo trágico de como negligenciar condições laborais pode destruir vidas humanas e marcas internacionais.

3. Inclusão social e produtividade: uma relação direta

A exclusão social não é apenas injusta: é economicamente ineficiente. A literatura demonstra que sociedades e organizações mais inclusivas são também mais inovadoras e resilientes.

A OCDE (2019) aponta que políticas de inclusão laboral, como igualdade salarial e acesso universal à educação, estão positivamente correlacionadas com crescimento sustentável de longo prazo.

Empresas que investem em políticas de inclusão social — por exemplo, programas de integração de refugiados ou de formação para pessoas com deficiência — não só ampliam a sua base de talento como constroem reputações mais sólidas.

Um exemplo emblemático é a SAP, multinacional de software, que lançou o programa Autism at Work para integrar pessoas no espectro autista. O programa não só promove inclusão, como revelou ganhos concretos em produtividade e inovação,

aproveitando competências específicas em análise de dados e atenção ao detalhe.

4. O risco de ignorar o capital humano

Ignorar a valorização do capital humano representa um risco crescente para as empresas:

- Risco reputacional: em mercados globais altamente conectados, denúncias de exploração laboral rapidamente se tornam crises de reputação.
- Risco financeiro: más práticas laborais podem levar a multas, indemnizações e perda de contratos.
- Risco estratégico: a negligência em relação ao bem-estar dos trabalhadores compromete inovação e resiliência organizacional.

Casos como o da Foxconn, fornecedora da Apple, que enfrentou escândalos relacionados com más condições de trabalho na China, ilustram como o desrespeito por direitos laborais pode gerar pressão internacional, obrigando empresas a reverem cadeias de fornecimento.

Em síntese, o lucro sustentável exige dignidade humana:

- O capital humano é mais do que uma variável de gestão: é o coração da sustentabilidade empresarial. Investir em pessoas significa investir na própria viabilidade a longo prazo das organizações.

- Empresas diversas e inclusivas têm maior capacidade de inovação.
- O respeito pelo trabalho digno é um princípio universal que deve ser assegurado em todas as cadeias de valor.
- A inclusão social não é caridade, mas uma alavanca de competitividade.

Em última análise, não pode haver lucro sustentável sem dignidade humana. Num contexto global em que consumidores, investidores e governos estão cada vez mais atentos às práticas laborais, a valorização do capital humano deixou de ser uma opção e tornou-se uma exigência estratégica e ética para as empresas.

CAPÍTULO 11

Educação, Formação e Inovação Social

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

A educação é amplamente reconhecida como um dos motores centrais do desenvolvimento sustentável. Não é apenas um direito humano fundamental, mas também uma condição para o crescimento económico inclusivo, para a coesão social e para a transição justa em direção a uma economia de baixo carbono. A Agenda 2030 das Nações Unidas, no seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), estabelece como meta assegurar uma "educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015).

No entanto, persistem desigualdades estruturais. Segundo a UNESCO (2021), 258 milhões de crianças e jovens continuam fora da escola, a maioria em contextos de pobreza extrema ou em países afetados por conflitos. Estas desigualdades perpetuam ciclos de exclusão social e limitam o potencial económico de países inteiros. A educação é, portanto, não apenas um direito, mas uma ferramenta de transformação sistémica que articula justiça social, inovação e sustentabilidade.

1. Educação e competitividade económica

A ligação entre educação e crescimento económico é hoje consensual na literatura. Gary Becker (1993), na sua teoria do capital humano, argumenta que o investimento em educação e saúde tem retorno económico direto, aumentando produtividade e inovação.

Nos contextos empresariais, o impacto é evidente:

- Força de trabalho qualificada: empresas com trabalhadores mais preparados são mais competitivas, inovadoras e resilientes a crises.
- Adaptação tecnológica: num mundo em rápida transformação digital e energética, a formação contínua garante a adaptação a novas exigências.
- Inclusão social: investir em educação reduz desigualdades, aumenta o consumo interno e fortalece mercados.

O Fórum Económico Mundial (WEF, 2020) sublinha que a transição para a chamada Quarta Revolução Industrialexigirá a requalificação de mais de 1.000 milhões de trabalhadores até 2030, para que possam adaptar-se a novas tecnologias como inteligência artificial, automação e energias renováveis.

2. Formação contínua como estratégia empresarial

Se no passado a educação era vista como responsabilidade quase exclusiva do Estado, hoje as empresas assumem um papel central na formação ao longo da vida. A razão é simples: num mercado global altamente competitivo, a atualização constante de competências tornou-se um fator estratégico.

Microsoft e Google lançaram programas de capacitação digital que atingem milhões de pessoas, com foco em literacia tecnológica, programação e cibersegurança.

Siemens investe em academias internas de formação em tecnologias industriais avançadas, integrando a lógica de lifelong learning.

Programas de aprendizagem dual, como o modelo alemão que combina escola e formação em empresas, têm servido de exemplo para políticas públicas e privadas em vários países.

Assim, a formação contínua deixa de ser filantropia ou responsabilidade social corporativa e passa a ser estratégia de negócio, diretamente relacionada com inovação, produtividade e retenção de talentos.

3. Inovação social: novas soluções para velhos problemas

Para além da educação formal e da formação profissional, emerge o conceito de inovação social. Geoff Mulgan (2006) define inovação social como a criação e implementação de novas ideias, práticas e modelos organizacionais que respondem a problemas sociais de forma mais eficaz do que soluções tradicionais.

Neste contexto, a título de exemplo inovativo, surgiram plataformas digitais de educação, por meio de organizações como a Khan Academy ou a Coursera que democratizam o acesso a ensino de qualidade, reduzindo barreiras de custo e distância.

A inovação social não se limita a iniciativas de ONG: empresas também têm integrado este conceito em modelos híbridos, através das empresas sociais, que procuram conciliar sustentabilidade financeira com objetivos sociais.

4. Sinergias entre educação, formação e inovação social

A relação entre estas três dimensões é circular e interdependente:

- Educação formal cria as bases do capital humano, garantindo literacia, competências básicas e cidadania crítica.
- Formação contínua permite adaptar esse capital humano às exigências do mercado de trabalho e às mudanças tecnológicas.
- Inovação social oferece soluções criativas para lacunas persistentes, especialmente em contextos de exclusão ou vulnerabilidade.

Um exemplo de sinergia é o caso de programas de capacitação digital para mulheres em zonas rurais de África, que combinam educação tecnológica, acesso a microcrédito e energia solar descentralizada. Estes programas não só reduzem desigualdades de género, como criam novas cadeias de valor locais, fortalecendo comunidades e mercados emergentes (GIIN, 2020).

5. Desafios persistentes

Apesar dos avanços, existem obstáculos significativos para transformar a educação, a formação e a inovação social em pilares sólidos de sustentabilidade:

- Desigualdade de acesso: persistem fossos digitais, de género e de rendimento que limitam a inclusão.
- Qualidade da educação: não basta expandir acesso, é necessário garantir relevância e qualidade.
- Financiamento: em muitos países, o investimento público e privado em educação continua abaixo das necessidades.

- Reconhecimento institucional: a inovação social enfrenta, muitas vezes, barreiras regulatórias ou falta de apoio político.

Estes desafios exigem colaboração multissetorial entre governos, empresas, universidades e sociedade civil.

Educação e inovação social como motores da sustentabilidade

O investimento em educação, formação contínua e inovação social é um imperativo estratégico para o século XXI. Não apenas combate a exclusão social, mas cria ecossistemas de resiliência, inovação e competitividade.

A educação é a base do capital humano. A formação contínua garante adaptação às transições tecnológicas e ecológicas. Por sua vez, a inovação social oferece soluções criativas e escaláveis para desafios persistentes.

Em última análise, não pode haver sustentabilidade sem inclusão educativa e inovação social. Para empresas, governos e comunidades, esta é uma oportunidade de alinhar prosperidade económica com justiça social, num modelo de desenvolvimento mais justo e resiliente.

CAPÍTULO 12

Comunidades e Licença Social Para Operar

COMUNIDADES E LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR

O conceito de licença social para operar (LSO) refere-se à aceitação contínua das atividades empresariais pelas comunidades afetadas (THOMSON; BOUTILIER, 2011). Diferente da licença legal, a LSO é baseada em confiança, legitimidade e relações sustentadas ao longo do tempo.

A história recente mostra as consequências de a ignorar:

- No Peru, a resistência da comunidade de Cajamarca ao projeto mineiro Conga levou à suspensão de investimentos avaliados em milhares de milhões de dólares (BEBBINGTON *et al*., 2019).
- Em Moçambique, projetos de exploração de gás natural enfrentaram resistência social ligada a deslocações forçadas e desigualdade na distribuição de benefícios.

Por outro lado, empresas que investem em cocriação de valor com comunidades locais fortalecem legitimidade e resiliência:

- A Anglo American, com o programa Collaborative Regional Development, procura apoiar cadeias produtivas locais para além da mineração, promovendo inclusão económica e estabilidade social.
- No Brasil, projetos de agricultura regenerativa apoiados por parcerias público-privadas têm melhorado rendimentos agrícolas e restaurado ecossistemas, reforçando a ligação entre comunidades, empresas e ambiente.

A dimensão da justiça ambiental acrescenta ainda outra camada: comunidades vulneráveis — frequentemente pobres, racializadas ou marginalizadas — sofrem desproporcionalmente os impactos da poluição e das alterações climáticas (BULLARD, 2005). Ignorar essa realidade mina a legitimidade das empresas.

A licença social para operar não é um extra opcional, mas um pré-requisito para a sobrevivência de longo prazo de setores de elevado impacto, como mineração, energia ou agroindústria.

O Pilar Social recorda que a sustentabilidade empresarial é inseparável da justiça social.

- O capital humano deve ser valorizado como ativo estratégico.
- A educação e a inovação social são motores de transformação.
- O diálogo e a licença social para operar são condições para a viabilidade de longo prazo.

Num mundo em que desigualdades sociais e crises ambientais se cruzam, o compromisso das empresas com a dimensão social é cada vez mais um imperativo ético, económico e estratégico.

CAPÍTULO 13

Desafios Ambientais Globais

DESAFIOS AMBIENTAIS GLOBAIS

O século XXI consolidou a consciência de que a humanidade enfrenta uma crise ecológica sistémica sem precedentes, que ameaça simultaneamente a estabilidade ambiental, económica e social. Entre os principais fatores encontram-se as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez hídrica e a produção insustentável de resíduos. Estes não são fenómenos isolados: interligam-se num sistema de riscos cumulativos que pode comprometer os fundamentos da vida humana no planeta (ROCKSTRÖM *et al*., 2009; IPCC, 2023).

A crise ambiental deixou de ser apenas uma questão ética ou moral, transformando-se num desafio material para as economias e sociedades contemporâneas. O Fórum Económico Mundial (WEF, 2020) destaca que os cinco maiores riscos globais em termos de impacto e probabilidade estão relacionados com fatores ambientais, reforçando a centralidade do tema para governos, empresas e comunidades.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A aceleração do aquecimento global

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, 2023) confirma que a temperatura média global já aumentou 1,1 °C em relação ao período pré-industrial. Embora este número possa parecer pequeno, o sistema climático é altamente sensível, e este aumento tem desencadeado alterações profundas em padrões meteorológicos e fenómenos extremos.

Ondas de calor: na Europa, os verões de 2022 e 2023 foram marcados por temperaturas recorde, que resultaram em milhares de mortes prematuras, redução drástica da produtividade agrícola e pressão inédita sobre os sistemas de saúde e energia (EEA, 2022).

Cheias e inundações: no Paquistão, em 2022, chuvas de monção extremas causaram cheias devastadoras que afetaram 33 milhões de pessoas, deslocaram comunidades inteiras e geraram prejuízos avaliados em 30 mil milhões de dólares (WORLD BANK, 2022).

Incêndios florestais: Portugal, Grécia e Califórnia enfrentaram, nos últimos anos, incêndios cada vez mais destrutivos, agravados por ondas de calor prolongadas e gestão inadequada do território (IPCC, 2023).

Estes exemplos mostram que os riscos físicos das alterações climáticas deixaram de ser projeções futuras: constituem uma realidade presente, com custos humanos, económicos e ecológicos de enorme magnitude.

A urgência da transição energética

O principal motor do aquecimento global é a queima de combustíveis fósseis — carvão, petróleo e gás natural — responsáveis por cerca de 75% das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE) (IEA, 2021).

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, 2021), para alcançar a meta de emissões líquidas nulas até 2050, será necessário:

Triplicar os investimentos globais em energias limpas até 2030.

Acelerar a eletrificação dos transportes e a expansão da mobilidade elétrica.

Reduzir gradualmente a dependência de carvão e petróleo, substituindo-os por energias renováveis e soluções de eficiência energética.

Países como Portugal já se destacam na transição: em 2022, mais de 60% da eletricidade nacional teve origem em fontes renováveis, sobretudo hídrica, eólica e solar (DGEG, 2022). A meta nacional de neutralidade carbónica até 2050 alinha-se com o compromisso europeu e posiciona o país como líder no setor.

O European Green Deal: uma estratégia transformadora

O European Green Deal, lançado pela União Europeia em 2019, constitui um dos projetos mais ambiciosos de transição ecológica no mundo. Mais do que uma política ambiental, o Pacto Ecológico Europeu é concebido como motor de competitividade económica e inovação.

Os principais objetivos incluem:

Neutralidade carbónica até 2050

Redução de 55% das emissões até 2030 (face a 1990). Investimentos superiores a 1 bilião de euros em energias limpas, economia circular, biodiversidade e inovação verde (EUROPEAN COMMISSION, 2020).

Para além de metas climáticas, o Green Deal inclui um Mecanismo de Transição Justa, destinado a apoiar regiões e

trabalhadores mais dependentes de setores poluentes, garantindo que a mudança não agrava desigualdades sociais.

Um desafio global e desigual

Apesar dos avanços na Europa, a transição energética apresenta enormes assimetrias geopolíticas:

- Países desenvolvidos têm maior capacidade de investimento em energias limpas e inovação tecnológica.
- Países em desenvolvimento, embora menos responsáveis historicamente pelas emissões, são os mais vulneráveis a impactos climáticos e dispõem de menos recursos para adaptação (SACHS *et al*., 2023).

Esta desigualdade reforça a necessidade de cooperação internacional, financiamento climático e transferência de tecnologia, como previsto no Acordo de Paris (2015)

As alterações climáticas constituem o maior risco sistémico do nosso tempo. Os fenómenos extremos, cada vez mais frequentes, revelam que a transição energética não é apenas uma necessidade ambiental, mas um imperativo económico e social.

A humanidade enfrenta uma escolha crítica: manter a dependência de um modelo fóssil insustentável ou acelerar a transição para uma economia descarbonizada, resiliente e inclusiva. O primeiro caminho conduz a crises cada vez mais devastadoras; o segundo abre oportunidades de inovação, emprego e competitividade sustentável.

PERDA DE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSSISTÉMICOS

A biodiversidade, entendida como a variedade de organismos vivos e os ecossistemas de que fazem parte, é a base invisível, mas essencial de todas as sociedades humanas. Desde a produção de alimentos até à regulação climática, passando pelo fornecimento de água potável e pela prevenção de desastres naturais, os ecossistemas asseguram serviços vitais que sustentam a vida e a economia. Contudo, no século XXI, a humanidade enfrenta uma crise de biodiversidade sem precedentes históricos, com implicações diretas para a sobrevivência de milhões de espécies e para o bem-estar humano.

Segundo o relatório global da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos (IPBES, 2019), cerca de 1 milhão de espécies de animais e plantas encontram-se atualmente em risco de extinção. A taxa de extinção é dezenas a centenas de vezes superior à média natural dos últimos 10 milhões de anos, um sinal claro de que estamos perante uma sexta extinção em massa induzida por atividades humanas.

A economia invisível da natureza

Durante muito tempo, a economia tradicional tratou os ecossistemas como recursos inesgotáveis ou externalidades gratuitas. No entanto, estudos recentes têm demonstrado que a natureza é um ativo económico crítico.

O Fórum Económico Mundial (WEF, 2020) estima que mais de 50% do PIB mundial (cerca de 44 biliões de dólares anuais) depende moderada ou fortemente da natureza e dos seus serviços.

Setores como a agricultura, a construção civil, o turismo e a indústria alimentar são particularmente vulneráveis à degradação ambiental.

Um exemplo concreto é o papel dos polinizadores. Abelhas, borboletas, aves e morcegos são responsáveis pela polinização de 75% das culturas agrícolas globais. O IPBES (2019) calcula que a perda de polinizadores pode colocar em risco culturas alimentares que valem entre 235 e 577 mil milhões de dólares anuais. A substituição deste serviço natural por tecnologias artificiais seria economicamente incomportável.

Principais motores da perda de biodiversidade

A degradação da biodiversidade é resultado de uma combinação de fatores antrópicos:

- Mudança no uso do solo: A expansão agrícola e urbana é a principal causa de perda de habitats. Estima-se que 75% da superfície terrestre já tenha sido significativamente alterada pelas atividades humanas (IPBES, 2019).
- Exploração excessiva de recursos: Pesca predatória, extração madeireira ilegal e caça insustentável estão a reduzir drasticamente populações de espécies.
- Alterações climáticas: Mudanças nos padrões de temperatura e precipitação estão a alterar ecossistemas inteiros, colocando espécies em risco de desaparecimento local ou global (IPCC, 2023).
- Poluição: A contaminação por pesticidas, plásticos e metais pesados compromete ecossistemas terrestres e marinhos. Estima-se que 11 milhões de toneladas de

plástico entrem nos oceanos todos os anos (UNEP, 2021).

- Espécies invasoras: A globalização facilitou a introdução de espécies exóticas que competem com espécies nativas, alterando o equilíbrio ecológico.

Estes fatores atuam de forma cumulativa e sinérgica, exacerbando os impactos negativos sobre os ecossistemas.

Impactos sociais e económicos da perda de biodiversidade

A perda de biodiversidade não é apenas uma crise ambiental: é uma crise de desenvolvimento humano e económico, com diferentes repercussões:

- Agricultura e segurança alimentar: A degradação de solos, a perda de polinizadores e a diminuição da diversidade genética de culturas agrícolas reduzem a produtividade e aumentam a vulnerabilidade a pragas e doenças.
- Saúde pública: Ecossistemas degradados favorecem a propagação de doenças zoonóticas. A pandemia de COVID-19 trouxe nova luz sobre as ligações entre a destruição de habitats e a emergência de doenças transmissíveis de animais para humanos (DASZAK *et al*., 2020).
- Recursos hídricos: A perda de florestas e zonas húmidas compromete a regulação hídrica, aumentando riscos de secas e cheias.
- Economia e empregos: Indústrias como o turismo, a pesca e a silvicultura dependem diretamente da

> biodiversidade. No Caribe, por exemplo, a degradação dos recifes de coral ameaça não apenas ecossistemas marinhos, mas também os empregos de milhões de pessoas ligados ao turismo e à pesca (WEF, 2020).

Exemplos regionais de crise de biodiversidade

Amazónia – Considerada o "pulmão do planeta", a floresta amazónica enfrenta taxas crescentes de desmatamento. A perda deste ecossistema crítico ameaça o regime de chuvas em toda a América do Sul, afetando a agricultura regional (LOVEJOY; NOBRE, 2019).

África Subsaariana – A caça furtiva e a exploração insustentável colocam em risco espécies icónicas como elefantes e rinocerontes. Para além do valor intrínseco da biodiversidade, o colapso destes ecossistemas prejudica setores como o turismo de vida selvagem, vital para várias economias africanas.

Oceanos – A sobrepesca e a acidificação oceânica estão a destruir habitats como recifes de coral. Segundo o IPCC (2023), até 90% dos recifes de coral poderão desaparecer até 2050 se o aquecimento global exceder 1,5 °C.

Respostas e soluções emergentes

Diante da crise, várias iniciativas procuram inverter a tendência de degradação:

- Áreas protegidas: Hoje, cerca de 16% das terras e 8% dos oceanos estão sob proteção legal, mas especialistas defendem a meta de proteger 30% do planeta até 2030 (CBD, 2022).
- Pagamentos por serviços ecossistêmicos: Mecanismos que remuneram comunidades pela preservação ambiental, como os programas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).
- Economia regenerativa: Práticas como agricultura regenerativa e reflorestação procuram restaurar ecossistemas degradados, criando simultaneamente valor económico (SCHREEFEL *et al*., 2020).
- Integração em políticas económicas: Relatórios como o Dasgupta Review (2021) defendem a necessidade de incorporar o valor da natureza nas contas nacionais e nas métricas económicas tradicionais.

A perda de biodiversidade é hoje um dos maiores riscos globais, equiparando-se às alterações climáticas como ameaça existencial. Os impactos ultrapassam o domínio ambiental, afetando diretamente a agricultura, a saúde, a economia e a estabilidade social.

Proteger a biodiversidade e os serviços ecossistémicos não é apenas uma questão moral ou ética, mas uma condição estrutural para a sobrevivência da humanidade e para a sustentabilidade da economia global. Sem biodiversidade, não existe base natural para o crescimento económico, a segurança alimentar ou a saúde pública.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A água é um dos recursos mais fundamentais para a vida, para o funcionamento das economias e para a coesão social. É

indispensável para a agricultura, a produção industrial, a geração de energia e o consumo humano. No entanto, o século XXI é marcado por uma crescente crise hídrica global, que já afeta mais de 2 mil milhões de pessoas sem acesso seguro a água potável (UNESCO, 2020). Este fenómeno resulta de uma combinação de fatores: crescimento populacional, urbanização acelerada, intensificação agrícola, poluição hídrica e, sobretudo, os efeitos das alterações climáticas, que agravam secas, inundações e variações nos padrões de precipitação (IPCC, 2023).

A água como recurso crítico e estratégico

Durante décadas, a água foi considerada um recurso abundante, tratado como gratuito ou subavaliado nas políticas económicas. Hoje, este paradigma alterou-se profundamente: a água é designada como "ouro azul", refletindo a sua escassez crescente e o seu valor estratégico para a segurança humana e nacional.

O Banco Mundial (2016) alerta que a escassez de água poderá custar até 6% do PIB em algumas regiões até 2050, devido a impactos diretos na agricultura, saúde e produtividade. O World Economic Forum (WEF, 2020) posiciona as crises hídricas entre os cinco maiores riscos globais em termos de impacto e probabilidade, lado a lado com as alterações climáticas.

A competição pelo uso da água intensifica-se. Os setores agrícolas (responsável por cerca de 70% do consumo mundial), industrial (20%) e doméstico (10%) disputam recursos cada vez mais escassos (FAO, 2018). Esta realidade gera tensões sociais e políticas, sobretudo em regiões áridas e semiáridas.

África e Médio Oriente: epicentros da crise hídrica

As regiões mais vulneráveis ao stress hídrico concentram-se no Médio Oriente e em África Subsaariana:

- África Subsaariana: A escassez de água está diretamente associada a conflitos comunitários e migrações forçadas. Secas prolongadas reduzem a produtividade agrícola, obrigando populações rurais a deslocarem-se em busca de meios de subsistência (IPCC, 2023). Estudos mostram que comunidades em regiões como o Sahel enfrentam ciclos recorrentes de insegurança alimentar e violência devido à falta de água.
- Médio Oriente: Países como o Iémen, a Jordânia e o Iraque apresentam níveis críticos de stress hídrico. No caso da Síria, a seca de 2006–2010 é frequentemente apontada como um fator que agravou tensões sociais e políticas, contribuindo para a eclosão do conflito civil (KELLEY *et al*., 2015).

Estes casos evidenciam a ligação direta entre crise ecológica e instabilidade social, mostrando que a gestão da água não é apenas uma questão ambiental, mas também de segurança global.

Europa e América Latina: desafios distintos

Europa: Mesmo em regiões temperadas, a pressão sobre os recursos hídricos é crescente. As ondas de calor e secas na Península Ibérica (2022-2023) reduziram drasticamente reservas hídricas, afetando a agricultura e a produção de energia hidroelétrica (EEA, 2022). Países como Espanha e Portugal já enfrentam tensões entre

setores agrícolas intensivos (como olival e vinha) e populações urbanas.

América Latina: Apesar da abundância relativa de água doce, a região enfrenta graves problemas de gestão e desigualdade no acesso. No Brasil, a crise hídrica em São Paulo (2014-2015) expôs a vulnerabilidade até das maiores metrópoles. A contaminação por mineração, como nos desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), demonstrou como falhas de gestão corporativa podem destruir bacias hidrográficas inteiras.

Tarifação e instrumentos de gestão económica

Um dos instrumentos mais discutidos na gestão hídrica é a precificação da água. Embora muitas culturas a considerem um direito humano inalienável, existe um consenso crescente de que a ausência de preços ou tarifas realistas incentiva o desperdício:

- Tarifas diferenciadas: Em várias cidades europeias e latino-americanas, os sistemas tarifários progressivos procuram assegurar o acesso básico universal e, ao mesmo tempo, penalizar o consumo excessivo.
- Mercados de água: A Austrália é frequentemente citada como caso pioneiro, com um sistema de comércio de direitos de uso da água no rio Murray-Darling, permitindo que agricultores e indústrias transacionem quotas hídricas (GRAFTON *et al*., 2011).
- Reconhecimento legal: Em 2010, a ONU reconheceu formalmente o acesso à água potável como um direito humano fundamental (ONU, 2010), criando tensões entre a lógica de bem público e a lógica de bem económico.

Inovações tecnológicas e soluções circulares

A gestão de recursos hídricos não depende apenas de políticas públicas, mas também de inovação tecnológica e social:

- Dessalinização: Países como Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos dependem de tecnologias de dessalinização para suprir parte significativa do seu consumo urbano. Contudo, os custos energéticos e os impactos ambientais (descarga de salmoura) ainda limitam a expansão.
- Reutilização de água: Singapura é um exemplo global de gestão hídrica sustentável, graças ao programa NEWater, desenvolvido pela agência pública PUB – Singapore's National Water Agency. Este sistema trata e reutiliza águas residuais altamente purificadas, que são posteriormente utilizadas para consumo industrial e, em parte, doméstico, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo a segurança hídrica nacional (PUB SINGAPORE, 2019).
- Digitalização e IoT: Sensores inteligentes e inteligência artificial permitem monitorizar redes de abastecimento, reduzindo perdas de água (que em alguns países chegam a 40% do total distribuído).
- Soluções baseadas na natureza: A restauração de bacias hidrográficas e zonas húmidas oferece soluções mais sustentáveis e resilientes. A China, com o projeto das "Cidades-Esponja", integra infraestrutura verde para absorver e reutilizar águas pluviais em zonas urbanas (WORLD BANK, 2020).

O papel das empresas e do setor financeiro

Empresas multinacionais enfrentam pressão crescente para gerir a sua pegada hídrica. Iniciativas como o CDP Water Disclosure exigem transparência na utilização e riscos associados à água. Empresas de setores intensivos — como bebidas, agricultura e mineração — são particularmente visadas.

A Coca-Cola comprometeu-se a repor 100% da água utilizada nas suas operações através de programas de conservação (COCA-COLA, 2019).

No setor mineiro, falhas de gestão hídrica têm resultado em protestos sociais, como no Peru e no Chile, onde comunidades acusam empresas de esgotar aquíferos e contaminar rios (BEBBINGTON *et al*., 2018).

O setor financeiro também começa a considerar a água como risco material. Fundos ESG e investidores institucionais incorporam critérios relacionados com a escassez e poluição hídrica nas suas análises de risco (GSIA, 2021).

A gestão de recursos hídricos está no centro do debate sobre sustentabilidade e segurança global. A escassez de água não é apenas um problema ambiental: compromete a agricultura, a saúde, a energia e a estabilidade social.

A água deve ser tratada como bem público e ativo estratégico, exigindo políticas integradas que combinem justiça social, eficiência económica e inovação tecnológica. Sem uma gestão hídrica sustentável, os riscos de conflito, desigualdade e colapso económico aumentarão significativamente nas próximas décadas.

CRESCIMENTO DOS RESÍDUOS E ECONOMIA LINEAR

A gestão de resíduos sólidos urbanos é hoje um dos maiores desafios ambientais e sociais do século XXI. O relatório do Banco Mundial (2018) estima que a produção global de resíduos passará de 2,01 mil milhões de toneladas anuais em 2016 para 3,4 mil milhões em 2050, um aumento de 70% em apenas três décadas. Este crescimento exponencial decorre da expansão populacional, da urbanização acelerada e dos padrões de consumo baseados na lógica linear de "extrair, produzir, consumir e descartar".

Apesar da gravidade deste cenário, apenas 19% dos resíduos sólidos urbanos são reciclados a nível global, enquanto cerca de 11% são incinerados, muitas vezes em condições que geram poluição atmosférica (BANCO MUNDIAL, 2018). A esmagadora maioria — mais de 70% — tem como destino final aterros sanitários, lixeiras a céu aberto ou sistemas de gestão inadequados, contribuindo para a contaminação de solos, águas subterrâneas, rios e oceanos.

Resíduos e desigualdades globais

O problema da gestão de resíduos apresenta uma forte dimensão geográfica e socioeconómica:

- Países desenvolvidos: geram proporcionalmente mais resíduos per capita devido ao consumo elevado, mas possuem infraestruturas mais robustas para reciclagem, incineração controlada e aterros tecnicamente geridos.
- Países em desenvolvimento: apresentam taxas mais baixas de geração per capita, mas sistemas de gestão

deficitários. A ausência de recolha regular e de aterros sanitários controlados leva à proliferação de lixeiras a céu aberto, que representam riscos ambientais e de saúde pública.

A Ásia e a África enfrentam o crescimento mais acelerado na produção de resíduos. Estima-se que a África Subsariana duplique a sua geração de resíduos até 2050, tornando-se a região mais afetada pela crise do lixo urbano (BANCO MUNDIAL, 2018).

Impactos ambientais: poluição difusa e marinha

Os resíduos sólidos urbanos estão diretamente associados a múltiplos impactos ambientais:

- Poluição de solos e águas: lixiviados de aterros a céu aberto contaminam aquíferos e sistemas fluviais.
- Emissões de gases com efeito de estufa (GEE): a decomposição de resíduos orgânicos em aterros libera metano, um gás 28 vezes mais potente que o dióxido de carbono no aquecimento global (IPCC, 2023).
- Plásticos e poluição marinha: o UNEP (2021) estima que 11 milhões de toneladas de plásticos entram nos oceanos todos os anos, ameaçando ecossistemas marinhos e cadeias alimentares. Se não forem implementadas medidas drásticas, este volume poderá triplicar até 2040. A poluição plástica ilustra bem a falência da economia linear, pois produtos de utilização única, como sacos, garrafas e embalagens, são descartados após minutos de uso, mas persistem durante séculos nos ecossistemas.

Impactos sociais e de saúde pública

A má gestão de resíduos também tem implicações severas para as comunidades locais:

- Trabalhadores informais: milhões de pessoas em países em desenvolvimento dependem da recolha e triagem manual de resíduos em condições precárias. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) estima que mais de 15 milhões de catadores de lixo em todo o mundo trabalham sem proteção, expostos a produtos tóxicos, cortes e doenças.
- Saúde pública: a acumulação de resíduos em lixeiras urbanas favorece a proliferação de vetores de doenças (mosquitos, ratos) e aumenta riscos de infeções respiratórias e gastrointestinais.
- Inequidade social: comunidades pobres, frequentemente marginalizadas, são as mais expostas a aterros e incineradoras, levantando questões de justiça ambiental (BULLARD, 2005).

Economia linear: limites e contradições

A lógica linear de consumo massificado e obsolescência programada está no cerne da crise dos resíduos. Produtos eletrónicos, têxteis e embalagens são concebidos sem preocupação com a sua reutilização ou reciclagem, incentivando ciclos curtos de vida útil.

O Relatório da Ellen MacArthur Foundation (2015) alerta que, sem uma mudança estrutural, o volume de plásticos nos oceanos poderá superar o de peixes até 2050 em termos de massa. Da mesma

forma, a indústria da moda — caracterizada pela "fast fashion" — gera anualmente 92 milhões de toneladas de resíduos têxteis e consome recursos hídricos e energéticos em escala insustentável (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017).

Estas tendências revelam que o modelo linear não apenas gera poluição, mas também desperdiça valor económico. Materiais valiosos como metais raros em equipamentos eletrónicos ou fibras têxteis de alta qualidade são perdidos em vez de reinseridos nos ciclos produtivos.

Economia circular: da urgência à prática

A crise dos resíduos reforça a urgência da economia circular, paradigma que procura imitar os ciclos regenerativos da natureza. De acordo com a Ellen MacArthur Foundation (2015), a economia circular assenta em três princípios:

- Eliminar resíduos e poluição desde o design — desenvolver produtos concebidos para desmontagem, reutilização e reciclagem.
- Manter produtos e materiais em uso pelo maior tempo possível — privilegiando reparação, recondicionamento e modelos de negócio baseados em serviços (ex.: *leasing*, partilha).
- Regenerar sistemas naturais — integrar práticas que repõem nutrientes no solo, restauram ecossistemas e reduzem pressões sobre recursos.

Vários países e cidades começam a integrar esta visão em políticas públicas:

- A União Europeia aprovou em 2020 o Plano de Ação para a Economia Circular, que prevê metas ambiciosas para reduzir resíduos em setores críticos como embalagens, plásticos e eletrónica.
- Cidades como Amesterdão e Copenhaga já utilizam o modelo da economia circular como guia para planeamento urbano e industrial.
- Países africanos como o Ruanda e o Quénia lideram no banimento de plásticos descartáveis, incentivando alternativas inovadoras.

O crescimento dos resíduos sólidos urbanos é uma bomba-relógio socioambiental que ameaça ecossistemas, economias e comunidades. Contudo, representa também uma oportunidade de inovação e transição. Empresas que investem em design circular, reciclagem avançada e modelos de negócio baseados em serviços não apenas reduzem impactos negativos, mas também criam novas fontes de receita e resiliência.

A gestão inadequada de resíduos é um dos sintomas mais evidentes da insustentabilidade do modelo linear. A transição para a economia circular não é apenas desejável, mas imperativa para assegurar prosperidade económica, justiça social e equilíbrio ecológico no século XXI.

SÍNTESE

1. A interdependência das crises ambientais globais

As crises ambientais do século XXI — alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez hídrica e crescimento de resíduos

— não podem ser vistas como fenómenos isolados. Cada uma tem dinâmicas próprias, mas todas se interligam num sistema de riscos cumulativos que ameaça simultaneamente a estabilidade ecológica, a economia global e a coesão social.

O conceito de limites planetários, introduzido por Rockström *et al*. (2009), oferece um quadro conceptual útil: a humanidade opera dentro de um espaço seguro apenas se respeitar nove fronteiras biofísicas críticas, como o clima, os ciclos biogeoquímicos, a biodiversidade e o uso da água doce. Ultrapassar estas fronteiras significa entrar em zonas de incerteza e risco de colapso sistémico. Atualmente, vários desses limites já foram excedidos, nomeadamente no caso da perda de biodiversidade e do ciclo do azoto, enquanto outros, como as alterações climáticas, estão perigosamente próximos do ponto de não retorno (IPCC, 2023).

2. Alterações climáticas: o fator multiplicador

O aquecimento global é descrito pelo IPCC (2023) como um "multiplicador de riscos": intensifica fenómenos extremos, como secas, ondas de calor, cheias e ciclones, que por sua vez afetam a segurança alimentar, a disponibilidade de água e a saúde pública.

A crise climática acelera a perda de biodiversidade, ao alterar habitats e provocar migrações forçadas de espécies. Aumenta a pressão sobre recursos hídricos, com secas prolongadas em regiões vulneráveis como o Sahel africano. Amplifica a produção de resíduos, uma vez que catástrofes ambientais geram enormes volumes de entulho e destroços. O clima, assim, não é apenas uma dimensão isolada, mas o catalisador que exacerba as demais crises ambientais.

3. Biodiversidade e serviços ecossistémicos

A perda de biodiversidade compromete diretamente os chamados serviços ecossistémicos, essenciais à sobrevivência humana e à economia. A IPBES (2019) alerta que cerca de 1 milhão de espécies estão em risco de extinção nas próximas décadas.

Os impactos económicos são claros:

- A polinização, vital para a agricultura, está em declínio acentuado. O valor anual deste serviço ecossistémico é estimado entre 235 e 577 mil milhões de dólares (IPBES, 2019).
- A destruição de florestas tropicais não só reduz biodiversidade, mas também liberta carbono armazenado, agravando as alterações climáticas.
- A degradação de zonas húmidas compromete a regulação natural da água, agravando riscos de cheias.

Assim, biodiversidade, clima e água formam um triângulo de interdependência: a perda de um fragiliza inevitavelmente os outros dois.

4. Escassez de água e tensões sociais

Segundo a UNESCO (2020), 2,2 mil milhões de pessoas vivem sem acesso seguro a água potável. As alterações climáticas intensificam a escassez, provocando secas em África e no Médio Oriente, mas também cheias devastadoras na Ásia do Sul.

A crise hídrica não é apenas ecológica: é um fator de instabilidade social e política. O IPCC (2023) documenta como a escassez de água contribui para migrações forçadas, conflitos comunitários e fragilidade estatal. A água é, portanto, simultaneamente um recurso vital e um catalisador de desigualdades globais, ampliando tensões entre países e setores económicos.

5. Crescimento dos resíduos e economia linear

O Banco Mundial (2018) estima que a produção global de resíduos sólidos urbanos aumentará 70% até 2050, atingindo 3,4 mil milhões de toneladas por ano. Apenas 19% é reciclado; o resto acaba em aterros ou lixeiras a céu aberto, contaminando solos, águas e oceanos.

O UNEP (2021) alerta que 11 milhões de toneladas de plásticos entram anualmente nos oceanos, com impactos devastadores para a biodiversidade marinha e a saúde humana. Esta tendência evidencia o fracasso do modelo económico linear, que não fecha os ciclos de materiais e desperdiça recursos valiosos.

A acumulação de resíduos agrava a crise climática (via emissões de metano em aterros), acelera a perda de biodiversidade (pela poluição plástica) e compromete a qualidade da água (pela contaminação de aquíferos). Mais uma vez, as crises estão profundamente entrelaçadas.

6. Riscos sistémicos e interdependência económica

As crises ambientais não afetam apenas a esfera ecológica: têm impactos económicos e financeiros diretos.

O World Bank (2020) calcula que eventos climáticos extremos já causam 300 mil milhões de dólares em perdas anuais.

O WEF (2020) identifica os riscos ambientais (clima, biodiversidade e água) como os mais significativos em termos de probabilidade e impacto entre os riscos globais.

A degradação dos ecossistemas representa uma ameaça ao próprio PIB mundial, dado que mais de 50% da economia global depende da natureza (WEF, 2020).

Assim, a insustentabilidade ambiental não é apenas um problema ético ou ecológico, mas um risco material para empresas, governos e investidores.

7. Conclusão: a urgência de uma resposta coordenada

A síntese dos desafios ambientais demonstra que a humanidade enfrenta uma crise sistémica global. O que está em causa não é apenas a preservação da natureza em abstrato, mas a base material da vida económica e social.

O conceito de limites planetários (ROCKSTRÖM *et al*., 2009) reforça que a ultrapassagem irreversível de fronteiras ecológicas pode conduzir a colapsos súbitos e não lineares. A crise climática, a perda de biodiversidade, a escassez hídrica e o crescimento de resíduos formam um nó de riscos interligados, cuja gestão exige respostas coordenadas a três níveis:

- Governos: através de regulação, taxação de externalidades (carbono, água, plásticos) e políticas públicas de transição justa.

- Empresas: adotando modelos de negócio circulares, inovadores e regenerativos, que conciliem competitividade com responsabilidade social e ambiental.
- Sociedade civil: exigindo transparência, participando em movimentos de justiça ambiental e pressionando para uma transição inclusiva.

Em última análise, sem uma resposta coletiva e coordenada, a humanidade arrisca-se a ultrapassar pontos de não retorno ecológico e social. Mas, com ação concertada, é possível transformar os riscos em oportunidades de inovação, inclusão e regeneração.

CAPÍTULO 14

Empresas, Inovação e Conservação Ambiental

EMPRESAS, INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

As empresas, tradicionalmente apontadas como responsáveis por parte substancial da degradação ambiental, estão a emergir como atores centrais da transição ecológica global. Esta mudança deve-se a uma conjugação de pressões externas — consumidores, investidores e governos — e internas — inovação tecnológica, gestão de riscos e procura de novas oportunidades de mercado.

Enquanto, no século XX, muitas corporações operaram sob uma lógica de crescimento linear e extrativista, o século XXI inaugura uma fase em que competitividade e conservação ambiental não só podem coexistir, como se reforçam mutuamente. Este capítulo examina três eixos fundamentais: tecnologias verdes e ecoeficiência; soluções baseadas na natureza e economia regenerativa; e casos paradigmáticos de liderança empresarial.

TECNOLOGIAS VERDES E ECOEFICIÊNCIA

A tecnologia verde e a ecoeficiência representam as primeiras grandes respostas corporativas à crise ambiental. A ecoeficiência, conceito popularizado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD, 2000), defende a produção de mais valor com menos recursos e emissões, reduzindo custos e impactos ambientais.

Benefícios económicos da ecoeficiência

Investir em tecnologias limpas não é apenas uma questão ética: trata-se de vantagem competitiva. Estudos demonstram que

empresas que adotam práticas de ecoeficiência reduzem custos operacionais e fortalecem a sua resiliência face a riscos regulatórios e de mercado (PORTER; VAN DER LINDE, 1995).

Em síntese: as tecnologias verdes demonstram que descarbonizar, inovar e gerar lucro são objetivos compatíveis.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA E ECONOMIA REGENERATIVA

Apesar da importância da inovação tecnológica, esta não é suficiente para enfrentar a crise ecológica. Cresce, assim, a aposta em soluções baseadas na natureza (NbS) e em modelos de economia regenerativa, que visam restaurar ecossistemas em vez de apenas mitigar danos.

Soluções baseadas na natureza

Reflorestamento e restauração de zonas húmidas são estratégias centrais para capturar carbono e restaurar biodiversidade.

Segundo Schreefel *et al*. (2020), a agricultura regenerativa pode reduzir a dependência de fertilizantes químicos, aumentar a produtividade a longo prazo e melhorar a resiliência climática.

Economia regenerativa

O modelo da economia regenerativa (FULLERTON, 2015) propõe que a atividade económica deve ser desenhada para restaurar e regenerar os sistemas vivos, em vez de os degradar. Não basta

"fazer menos mal": é necessário criar condições para que a natureza recupere.

Em síntese: as NbS e a economia regenerativa oferecem um novo paradigma empresarial, que integra tecnologia com processos naturais, produzindo valor partilhado e resiliência sistémica.

CASOS DE LIDERANÇA EMPRESARIAL

A integração da sustentabilidade como elemento central da estratégia corporativa já não é um fenómeno marginal, mas uma tendência estrutural da economia global. Algumas empresas tornaram-se símbolos paradigmáticos de uma nova geração de liderança empresarial, demonstrando que competitividade e responsabilidade ambiental podem ser mutuamente reforçadoras. Exemplos:

- Campanha "Don't Buy This Jacket" (2011): um apelo contra o consumo excessivo, incentivando clientes a reparar e reutilizar produtos.
- Programa Worn Wear: que promove a reparação, revenda e reutilização de roupas, alinhando-se com os princípios da economia circular.
- Defesa de justiça ambiental: apoiando comunidades afetadas por exploração de recursos e poluição.

Microsoft: tecnologia e compromisso climático

A Microsoft é outro exemplo marcante de liderança ambiental, especialmente pela sua visão de longo prazo no combate

às alterações climáticas. Em 2020, a empresa comprometeu-se a ser carbon negative até 2030, removendo mais carbono da atmosfera do que emite ao longo de toda a sua cadeia de valor (MICROSOFT, 2020).

O seu plano inclui medidas concretas:

- Fundo de Inovação Climática (1 mil milhão de dólares): apoio a *startups* e tecnologias emergentes de captura e armazenamento de carbono, energias renováveis e soluções de eficiência energética.
- Neutralização histórica: compromisso de remover até 2050 todas as emissões geradas desde a sua fundação em 1975, tornando-se a primeira grande empresa tecnológica a assumir tal meta.
- Adoção de energias renováveis: até 2025, 100% das suas operações deverão ser alimentadas por energia limpa.
- Gestão hídrica e resíduos: meta de ser "water positive" (devolver mais água do que consome) e "zero waste" até 2030.

Para além dos impactos ambientais, a Microsoft posiciona-se como um catalisador de mudança sistémica, incentivando clientes e fornecedores a adotarem metas climáticas semelhantes. A sua estratégia mostra como grandes multinacionais podem usar capacidade financeira e tecnológica para acelerar a transição global para a sustentabilidade.

Síntese: A Microsoft prova que o setor tecnológico, tradicionalmente associado a consumo energético elevado, pode assumir liderança transformadora no combate à crise climática.

Interface: circularidade como estratégia central

A Interface, produtora norte-americana de carpetes modulares, é reconhecida como pioneira da economia circular no setor industrial. Sob a liderança visionária de Ray Anderson, a empresa lançou em 1994 o programa Mission Zero, comprometendo-se a eliminar qualquer impacto negativo no ambiente até 2020 (ANDERSON, 2009).

Resultados alcançados:

- Redução de 96% nas emissões de gases com efeito de estufa ao longo de duas décadas.
- 75% de redução no consumo de energia fóssil.
- 100% de energia renovável nas suas fábricas nos EUA e na Europa.
- Inovação em design circular, com carpetes totalmente recicláveis e produção baseada em materiais reaproveitados.

Mais recentemente, a Interface anunciou a iniciativa Climate Take Back, cujo objetivo vai além da neutralidade: contribuir para restaurar o clima, capturando carbono através dos seus produtos e processos.

A Interface mostra que circularidade e competitividade não são incompatíveis, sendo exemplo global de que a sustentabilidade pode ser motor de inovação industrial.

Considerações finais

A sustentabilidade como vantagem competitiva pode ser apreendida a partir de distintos fragmentos prismáticos:

- Fonte de inovação: novos modelos de negócio (circularidade, serviços em vez de produtos).
- Vantagem reputacional: maior confiança de consumidores e investidores.
- Proteção contra riscos: mitigação de crises regulatórias, sociais e ambientais.
- Geradora de valor económico: acesso a capital verde, redução de custos e expansão de mercados emergentes.

No século XXI, a liderança empresarial será cada vez mais medida não apenas em termos de lucros, mas também em função da sua contribuição para a resiliência social e ecológica global.

As empresas estão hoje no epicentro do novo contrato ambiental global. Ignorar os riscos ecológicos significa enfrentar perdas financeiras, colapso reputacional e ativos encalhados. Mas aquelas que abraçam a inovação verde, a circularidade e a regeneração posicionam-se como líderes competitivos do século XXI. Destacam-se os riscos e oportunidades:

- Riscos: passivos ambientais, sanções regulatórias, boicotes sociais.

- Oportunidades: inovação tecnológica, novos mercados, atração de talento e investimento sustentável.

Como conclusão, identifica-se que o setor empresarial já não pode ser visto apenas como poluidor. As empresas inovadoras estão a provar que é possível alinhar rentabilidade, ecoeficiência e regeneração ambiental, tornando-se protagonistas da transição para uma economia sustentável e justa.

CAPÍTULO 15

Governança e Transparência na Sustentabilidade

GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NA SUSTENTABILIDADE

A transição para modelos empresariais sustentáveis não pode depender apenas de compromissos voluntários ou relatórios de marketing. Requer mecanismos institucionais robustos de governança corporativa, transparência no reporte de desempenho e responsabilização perante múltiplos *stakeholders*. O papel dos conselhos de administração assume especial centralidade, dado que são estes órgãos que definem a visão estratégica e supervisionam os riscos materiais que afetam a perenidade das empresas.

O PAPEL DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Diversidade e qualidade da decisão estratégica

A literatura académica tem mostrado que conselhos diversos em género, etnia e experiência profissional são mais propensos a integrar preocupações sociais e ambientais nas suas decisões. Carter, Simkins e Simpson (2003) encontraram correlação positiva entre diversidade no conselho e desempenho financeiro. Bear, Rahman e Post (2010) mostraram que conselhos com maior presença feminina apresentam maior orientação para a responsabilidade social corporativa.

Além da diversidade de género, é cada vez mais reconhecida a importância de integrar competências ambientais, sociais e de governação (ESG) nos conselhos. Um estudo de Walls, Berrone e Phan (2012) demonstrou que conselhos com membros experientes em questões ambientais influenciam de forma positiva as práticas de

sustentabilidade corporativa, reduzindo a exposição a riscos reputacionais e regulatórios.

Comités especializados e supervisão ESG

Um dos avanços mais significativos na governança foi a criação de comités de sustentabilidade ou comités ESG dentro dos conselhos. Estes órgãos têm como função acompanhar riscos climáticos, impactos sociais e conformidade regulatória. Exemplos:

- A Novo Nordisk, farmacêutica dinamarquesa, estabeleceu um comité de sustentabilidade no conselho responsável por alinhar a inovação em biotecnologia com metas globais de saúde pública e ambiente.
- A Enel, empresa italiana de energia, criou um comité de responsabilidade corporativa que supervisiona o alinhamento da estratégia da empresa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Estes mecanismos evitam que a sustentabilidade seja tratada como tema secundário, integrando-a diretamente na estrutura de tomada de decisão.

Integração de risco climático e social

Os conselhos desempenham papel decisivo na supervisão de riscos emergentes. Hoje, tanto investidores como reguladores

exigem que riscos climáticos e sociais sejam tratados como riscos materiais de negócio.

De facto, o Financial Stability Board (2017) já reconheceu que as alterações climáticas constituem risco sistémico para os mercados financeiros globais. Assim, empresas cujos conselhos não internalizem estes fatores poderão enfrentar ativos encalhados, perda de competitividade e erosão reputacional.

Como exemplo, observa-se o conselho da Royal DSM, empresa holandesa de ciências da nutrição, reestruturou o seu portefólio de negócios abandonando áreas de maior risco ambiental e investindo em proteínas alternativas, antecipando tendências regulatórias e de consumo.

Transparência, accountability e cultura organizacional

Não basta incorporar sustentabilidade nos conselhos: é necessário assegurar *accountability* e comunicar de forma transparente os impactos e resultados. Spence (2007) argumenta que conselhos eficazes devem promover não apenas conformidade regulatória, mas também uma cultura ética organizacional baseada em responsabilidade perante a sociedade.

A transparência dos conselhos é também um fator de confiança junto de investidores. Estudos recentes mostram que conselhos que divulgam de forma clara as competências ESG dos seus membros aumentam a atratividade junto de investidores institucionais, particularmente fundos de pensão e fundos soberanos que seguem critérios de investimento responsável (KRÜGER, 2015).

Os conselhos de administração tornaram-se pivôs da transição sustentável. A diversidade de género e experiência, a

criação de comités especializados, a integração de riscos climáticos e sociais e a promoção de transparência são hoje critérios essenciais para avaliar a eficácia da governança empresarial. Empresas que negligenciam este papel dos conselhos correm o risco de ficar para trás num mundo em que sustentabilidade deixou de ser opção reputacional e passou a ser imperativo estratégico.

REPORTING E NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL

O crescimento do reporting de sustentabilidade reflete a crescente exigência de padronização global e de transparência verificável. Enquanto no passado as empresas produziam relatórios voluntários e dispersos, hoje enfrentam um contexto regulatório que exige comparabilidade, consistência e fiabilidade.

Evolução histórica do reporting

O primeiro movimento significativo surgiu com a Global Reporting Initiative (GRI) em 1997, criada em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente. A GRI definiu indicadores padronizados em áreas ambientais, sociais e de governança, tornando-se referência global para empresas de diferentes setores (BROWN; DE JONG; LEVY, 2009).

Posteriormente, o SASB (Sustainability Accounting Standards Board), fundado em 2011 nos Estados Unidos, introduziu uma abordagem setorial, reconhecendo que as questões de materialidade variam entre indústrias (KHAN, SERAFEIM; YOON, 2016). Por exemplo, riscos hídricos são centrais na indústria têxtil, mas menos relevantes no setor digital.

A criação da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), em 2015, marcou um avanço ao integrar riscos climáticos no sistema financeiro. Este framework exigiu que as empresas reportassem riscos físicos (ex.: inundações, incêndios) e riscos de transição (ex.: novas regulações, ativos encalhados), promovendo o alinhamento com investidores institucionais (CARNEY, 2015).

Mais recentemente, em 2021, a International Sustainability Standards Board (ISSB) foi criada pela IFRS Foundation, com o objetivo de harmonizar diferentes iniciativas. Ao integrar elementos do SASB e da TCFD, o ISSB procura evitar fragmentação regulatória e criar uma "linguagem única" de reporte, comparável à consolidação que as normas IFRS trouxeram para a contabilidade financeira (PWC, 2022).

Tendências globais e regionais

No contexto internacional, as tendências de reporting podem ser exemplificadas a partir das seguintes experiências implementadas:

- União Europeia: com o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR) e a nova CSRD, está a construir o sistema regulatório mais avançado do mundo, exigindo métricas auditáveis.
- Ásia: Singapura e Hong Kong tornaram obrigatória a divulgação de riscos climáticos para empresas listadas em bolsa.
- América Latina: o Brasil, através da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), iniciou a adoção gradual das normas ISSB, tornando-se um dos pioneiros da região.

Estas tendências mostram que a normalização não é apenas uma prática voluntária, mas uma exigência legal crescente, com impacto direto no acesso a financiamento e na reputação corporativa.

A dinâmica do desenvolvimento sustentável em Angola demonstra que a criação de valor económico, social e ambiental não são dimensões isoladas, mas pilares interdependentes que determinam a viabilidade de longo prazo do país. Esta interdependência é particularmente evidente numa economia baseada na exploração de recursos naturais, onde os efeitos sociais e ambientais das atividades económicas influenciam diretamente a estabilidade, a competitividade e a reputação das empresas e do Estado.

O valor económico em Angola tem sido historicamente impulsionado pelos setores petrolífero e mineiro, responsáveis pela maior parte das receitas fiscais e exportações (HODGES, 2004; WORLD BANK, 2020). Contudo, a excessiva dependência destes setores gerou vulnerabilidades, sobretudo visíveis durante as crises de preços do petróleo em 2009, 2014 e 2020 e do preço do quilae do diamante 2025.

A sustentabilidade económica exige, hoje, um modelo que:

- Diversifique o sector mineiro na exploração de outros recursos minerais existentes em Angola (ouro, cobre, quartso, ferro, barita, litio e outros);
- diversifique setores produtivos (agricultura, indústria transformadora, energias renováveis);
- promova cadeias de valor locais;
- reduza a dependência de importações;
- invista em capital humano qualificado.

Sem estes elementos, o crescimento económico fragiliza-se, prejudicando também a dimensão social e ambiental.

A dimensão social é crucial para a estabilidade e para o funcionamento da economia angolana. Problemas como pobreza multidimensional, desigualdades territoriais, desemprego juvenil e frágil acesso a serviços básicos interferem com o mercado de trabalho, produtividade e clima de investimentos (UNDP ANGOLA, 2023).

O valor social em Angola é criado quando as políticas públicas e práticas empresariais promovem:

- educação e formação técnica;
- acesso à saúde e água potável;
- emprego digno e segurança laboral;
- participação comunitária nos processos económicos;
- programas de reassentamento e mitigação social justos, especialmente nas áreas de mineração e construção.

Empresas como a Sociedade Mineira de Catoca, Luele, Sonangol, Endiama, Sodiam, BAI e Unitel têm investido em iniciativas sociais, reconhecendo que comunidades mais resilientes influenciam positivamente a estabilidade operacional e a reputação corporativa.

A dimensão ambiental é particularmente sensível num país onde grande parte da economia depende da extração de recursos não renováveis. Derrames petrolíferos, desmatamento, erosão, perda de biodiversidade e contaminação hídrica comprometem a

sobrevivência das populações e aumentam custos económicos futuros (HILSON, 2012).

Criar valor ambiental em Angola exige:

- gestão ambiental responsável (ISO 14001, monitorização de emissões e resíduos);
- reabilitação de áreas degradadas;
- investimento em energias limpas;
- conservação de ecossistemas e recursos hídricos;
- cumprimento rigoroso das legislações ambientais nacionais.

Sem a proteção ambiental, o próprio valor económico torna-se insustentável e o valor social entra em colapso.

O contexto angolano mostra que as três dimensões do valor económica, social e ambiental são interdependentes:

- Sem valor social, não há capital humano qualificado para sustentar o desenvolvimento económico.
- Sem valor ambiental, os recursos naturais que sustentam a economia desaparecem ou tornam-se inviáveis.
- Sem valor económico, não há investimento para programas sociais, ambientais e infraestrutura.

Assim, empresas e governos que adotam modelos integrados — como o Triple Bottom Line (Elkington, 1997), a Criação de Valor

Partilhado (PORTER; KRAMER, 2011) e indicadores ESG — estão mais bem posicionados para alcançar impactos positivos duradouros.

Em Angola, esta interdependência é reforçada por:

- reformas ambientais e económicas,
- maior exigência social e comunitária,
- pressões internacionais por transparência e sustentabilidade,
- necessidade urgente de diversificação económica,
- alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este alinhamento representa uma oportunidade estratégica para transformar desafios estruturais em catalisadores de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A nível global conforme podemos ver anteriormente, investidores, instituições financeiras e organismos multilaterais passaram a exigir métricas ESG para avaliar risco operacional, impacto socioambiental e integridade corporativa (ECCLES; KLIMENKO, 2019).

Este movimento também alcança economias emergentes como Angola o qual tem ganho relevância significativa no setor público e privado, impulsionado pela necessidade de maior transparência, competitividade, diversificação económica e alinhamento com padrões internacionais de gestão responsável.

Em Angola, a adoção do ESG está diretamente relacionada à necessidade de atrair investimento estrangeiro, garantir conformidade regulatória e modernizar práticas de governança. Três fatores impulsionam essa tendência, Pressões internacionais e

multilaterais, Reestruturação de empresas estatais e abertura económica, Indústrias de alto impacto.

O ESG representa uma mudança de paradigma na forma como empresas, governo e sociedade percebem o desenvolvimento sustentável para Angola o qual tem adotado políticas publicas que incluem ética empresarial, combate à corrupção, transparência financeira, diversidade nos órgãos de gestão e conformidade regulatória. A modernização da governação corporativa é um dos grandes desafios e prioridades de Angola (HODGES, 2004).

No futuro próximo, espera-se que empresas angolanas adotem sistemas de reporte ESG mais robustos, alinhados ao Global Reporting Initiative (GRI), SASB, TCFD e à Agenda 2050 de Angola, consolidando o ESG como o principal padrão de sustentabilidade no país.

O desafio da comparabilidade

Apesar dos avanços, subsistem desafios:

- A coexistência de múltiplos frameworks cria complexidade excessiva para as empresas.
- Nem todas as métricas são quantificáveis ou comparáveis (ex.: biodiversidade, direitos humanos).
- Falta ainda consenso global sobre a materialidade dupla, isto é, se as empresas devem reportar apenas impactos financeiros ou também impactos sociais e ambientais diretos (EU vs. EUA).

Em síntese a normalização internacional está a caminhar para a consolidação, mas o sucesso dependerá da capacidade de tornar os

dados comparáveis, auditáveis e relevantes para diferentes *stakeholders*.

DEFINIÇÃO E FORMAS DE GREENWASHING

O termo "greenwashing" foi cunhado por Jay Westerveld em 1986 para descrever práticas empresariais que exageram compromissos ambientais sem mudanças reais. Atualmente, o conceito expandiu-se para abranger estratégias de comunicação que omitem impactos negativos, selecionam dados convenientes ou manipulam relatórios de sustentabilidade (DELMAS; BURBANO, 2011).

As principais formas incluem:

- Relatórios vagos: uso de termos genéricos ("sustentável", "verde") sem métricas concretas.
- Seleção parcial de dados: reportar apenas indicadores positivos.
- Compensações duvidosas: uso de créditos de carbono de baixa integridade para ocultar emissões reais.

Exemplos práticos e repercussões

Em 2021, a Deutsche Bank's DWS foi investigada por autoridades alemãs e norte-americanas por inflacionar as credenciais ESG dos seus fundos.

A H&M enfrentou críticas ao promover uma linha de roupa "Conscious", mas sem evidência robusta sobre a redução de impacto ambiental (NORWEGIAN CONSUMER AUTHORITY, 2019).

No setor financeiro, investigações da SEC (EUA) revelaram que vários fundos ESG incluíam petrolíferas e empresas de carvão, minando a credibilidade dos critérios.

Estes casos mostram que o greenwashing não é apenas uma questão ética, mas um risco regulatório e reputacional crescente, com impacto no valor de mercado.

A resposta regulatória e institucional

Reguladores estão a reagir de forma crescente:

- A União Europeia introduziu a CSRD e a Taxonomia Verde, para garantir que apenas atividades alinhadas com critérios ambientais rigorosos possam ser rotuladas como sustentáveis.
- A SEC (EUA) propôs regras para obrigar fundos ESG a divulgar metodologias de seleção de ativos.
- A Autoridade de Conduta Financeira (FCA, Reino Unido) implementou regras contra declarações enganosas de sustentabilidade em fundos.
- Cresce o papel de verificadores independentes (auditores externos, certificações B Corp, Science-Based Targets initiative), que dão credibilidade às alegações corporativas.

Implicações estratégicas

O combate ao *greenwashing* implica que as empresas:

- Adotem métricas verificáveis e auditáveis em todos os relatórios.
- Estabeleçam objetivos alinhados com ciência climática (ex.: SBTi).
- Garantam governança transparente sobre sustentabilidade, incluindo supervisão pelo conselho de administração.

O *greenwashing* representa hoje um dos maiores riscos para a confiança nos mercados de sustentabilidade. Apenas com transparência regulada, auditorias externas e responsabilização corporativa será possível consolidar a legitimidade do capitalismo sustentável.

CAPÍTULO 16

O Futuro do Capitalismo Sustentável

O FUTURO DO CAPITALISMO SUSTENTÁVEL

O capitalismo, enquanto sistema dominante de organização económica, encontra-se hoje perante um dilema existencial. Por um lado, garantiu um crescimento sem precedentes, redução da pobreza extrema e avanços tecnológicos significativos ao longo do século XX. Por outro, a sua versão neoliberal e extrativista aprofundou desigualdades sociais, acelerou a degradação ambiental e ignorou os limites biofísicos do planeta (HARVEY, 2005). O desafio contemporâneo é claro: ou o capitalismo se reinventa para ser sustentável e regenerativo, ou colapsará perante as crises ecológicas e sociais do século XXI.

A AGENDA 2030 E OS ODS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, representa um marco histórico no esforço de construir uma visão global partilhada para o futuro da humanidade (ONU, 2015). Trata-se de um plano de ação universal que articula dimensões económicas, sociais e ambientais, reconhecendo a interdependência entre elas e a necessidade de enfrentar simultaneamente pobreza, desigualdade e degradação ambiental.

O núcleo da Agenda 2030 são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas e mais de 230 indicadores globais. Estes objetivos abrangem desde a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), até a ação climática (ODS 13), a proteção da vida marinha (ODS 14) e terrestre

(ODS 15), culminando no fortalecimento de parcerias globais (ODS 17).

O caráter inovador da Agenda 2030 reside em três aspetos centrais:

1. Universalidade: os ODS aplicam-se a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, superando a lógica de agendas diferenciadas entre Norte e Sul globais (SACHS, 2012).
2. Integração: os objetivos não são estanques, mas interdependentes: por exemplo, avanços em crescimento económico (ODS 8) só são sustentáveis se conciliados com padrões responsáveis de produção e consumo (ODS 12) e com limites climáticos (ODS 13) (LE BLANC, 2015).
3. Participação multissetorial: governos, empresas, universidades, sociedade civil e cidadãos são chamados a contribuir, reconhecendo que desafios globais só podem ser enfrentados de forma colaborativa (GUPTA; VEGELIN, 2016).

Apesar da ambição, a implementação da Agenda 2030 enfrenta sérios desafios. Relatórios recentes indicam retrocessos em vários ODS, sobretudo devido à pandemia de COVID-19, às crises energéticas e alimentares e à aceleração das alterações climáticas (ONU, 2022; IPCC, 2023). Estima-se, por exemplo, que em 2022 mais de 650 milhões de pessoas continuavam em situação de pobreza extrema, colocando em risco o cumprimento do ODS 1 (WORLD BANK, 2022).

No entanto, a Agenda 2030 também funciona como referência estratégica para políticas públicas, investimentos e modelos empresariais. Cada vez mais, os ODS são utilizados como

quadro de alinhamento para estratégias ESG, relatórios de sustentabilidade e iniciativas de inovação social (KOLK; KOURULA; PISANI, 2017). Governos locais, como o da União Europeia, incorporaram-nos em regulamentos como a Taxonomia da Sustentabilidade e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), reforçando a necessidade de *accountability* e métricas claras (EU, 2020).

Assim, a Agenda 2030 não deve ser vista apenas como um conjunto de metas aspiracionais, mas como um contrato social global, que articula justiça social, integridade ecológica e prosperidade económica. O seu sucesso dependerá da capacidade de mobilizar recursos financeiros, reforçar instituições democráticas, garantir inovação tecnológica inclusiva e construir parcerias equitativas, sobretudo com países em desenvolvimento, que enfrentam os maiores desafios estruturais (SACHS *et al*., 2019).

AVANÇOS E RETROCESSOS GLOBAIS

Desde a adoção da Agenda 2030, os progressos em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm sido desiguais e marcados por profundas contradições. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 indica que menos de 15% das metas estão no caminho certo, revelando o descompasso entre compromissos assumidos e a implementação prática (SACHS *et al*., 2023).

Entre os avanços mais significativos, destacam-se a expansão do acesso à eletricidade, sobretudo em regiões da Ásia e de África, e a rápida disseminação de energias renováveis, com custos cada vez mais competitivos em comparação com os combustíveis fósseis (IEA, 2021; IRENA, 2022). Também houve progressos na redução

da mortalidade infantil e no aumento da escolaridade em diversos países em desenvolvimento, refletindo a eficácia de políticas públicas integradas e investimentos em sistemas de saúde e educação (UNICEF, 2022).

Contudo, estes avanços contrastam com retrocessos alarmantes. A segurança alimentar global deteriorou-se devido à combinação de conflitos armados, choques climáticos e disrupções logísticas, agravadas pela guerra na Ucrânia, que expôs a dependência estrutural de muitos países em relação às exportações de cereais e fertilizantes (FAO, 2022). Paralelamente, o combate às alterações climáticas está muito aquém das metas do Acordo de Paris, com emissões globais de gases com efeito de estufa a atingir novos recordes em 2022 (IPCC, 2023).

Outro retrocesso relevante é a perda acelerada de biodiversidade: o relatório da IPBES (2019) alerta que cerca de um milhão de espécies estão em risco de extinção, com consequências graves para serviços ecossistémicos essenciais, como a polinização e a regulação climática. A pandemia da COVID-19 agravou desigualdades sociais e económicas, revertendo ganhos obtidos em áreas como saúde, igualdade de género e combate à pobreza (UN DESA, 2022). Além disso, crises sucessivas revelaram vulnerabilidades sistémicas nas cadeias de valor globais, desde semicondutores até alimentos, acentuando tensões geopolíticas e dependências estratégicas (WORLD BANK, 2022).

Assim, o panorama atual mostra um progresso fragmentado: embora existam áreas de avanço técnico e social, a tendência geral aponta para insuficiência de esforços coletivos, sobretudo no que diz respeito à mitigação da crise climática, à preservação da biodiversidade e à redução das desigualdades.

FINANCIAMENTO DOS ODS

Um dos maiores obstáculos à implementação da Agenda 2030 é o défice de financiamento. O Banco Mundial (2022) estima que serão necessários entre 3 e 4 biliões de dólares anuais até 2030 para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), valor que supera largamente os recursos atualmente mobilizados a nível global.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) continua a desempenhar um papel importante, mas permanece insuficiente e desigual. Apesar de alguns progressos, como o aumento da cooperação internacional em resposta à pandemia da COVID-19, muitos países doadores não cumprem a meta histórica de destinar 0,7% do PIB para APD (OECD, 2020). Além disso, a ajuda externa muitas vezes está condicionada a interesses estratégicos e geopolíticos, o que limita a sua eficácia no apoio às necessidades estruturais dos países em desenvolvimento (SEVERINO; RAY, 2010).

O setor privado é apontado como essencial para colmatar este défice, mas enfrenta múltiplas barreiras. A perceção de elevado risco político e económico em mercados emergentes, a escassez de instrumentos financeiros inovadores adaptados à sustentabilidade e a ausência de confiança institucional reduzem o fluxo de capitais para projetos alinhados com os ODS (OECD, 2020; UNCTAD, 2021). Além disso, grande parte dos investimentos privados continua orientada para retornos de curto prazo, em contradição com os horizontes temporais de transformação estrutural exigidos pela Agenda 2030 (ADDIS ABABA ACTION AGENDA, 2015).

Nos últimos anos, surgiram mecanismos alternativos de financiamento com potencial de transformação:

- Obrigações verdes e sociais, que canalizam recursos diretamente para projetos de baixo carbono, energias renováveis ou inclusão social (Climate Bonds Initiative, 2022).
- Fundos de impacto e finanças de desenvolvimento misto (blended finance), que combinam capital público e privado, reduzindo riscos para investidores e aumentando a atratividade de projetos em setores críticos (UNDP, 2020).
- Parcerias público-privadas (PPP) em infraestruturas sustentáveis, especialmente em energia limpa, transporte e saneamento, que se revelam cruciais para países em desenvolvimento (WORLD BANK, 2021).

Apesar destes avanços, o financiamento climático e sustentável permanece muito aquém das necessidades. Estima-se que menos de 20% dos fluxos financeiros globais estão diretamente alinhados com os ODS, o que evidencia a urgência de uma reorientação sistémica do sistema financeiro internacional (OECD, 2020; UNCTAD, 2021).

Portanto, o desafio central não é apenas aumentar os volumes de financiamento, mas também garantir coerência, previsibilidade e alinhamento estrutural entre fluxos financeiros públicos e privados, de forma a transformar os ODS de um compromisso normativo em resultados tangíveis até 2030.

GOVERNANÇA GLOBAL E COOPERAÇÃO MULTILATERAL

A governança global constitui um dos pilares mais frágeis da Agenda 2030, refletindo a dificuldade de articular interesses nacionais divergentes em torno de bens públicos globais, como o clima, a biodiversidade e a justiça social. Embora os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) tenham sido concebidos como uma agenda universal, a sua concretização depende, em última instância, da vontade política e da capacidade institucional de cada Estado (FALKNER, 2021).

As tensões geopolíticas crescentes, como a rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China, as consequências da guerra na Ucrânia e a fragmentação das cadeias de valor globais, dificultam a construção de compromissos multilaterais robustos (IKENBERRY, 2020). Estas disputas refletem-se em negociações internacionais sobre comércio, tecnologia, segurança energética e climática, travando a coordenação necessária para enfrentar desafios transnacionais.

Apesar destas barreiras, persistem plataformas multilaterais relevantes. O High-Level Political Forum (HLPF) das Nações Unidas desempenha um papel central na monitorização dos progressos e na partilha de boas práticas entre Estados-membros (UN DESA, 2021). Da mesma forma, as Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) têm funcionado como espaços de negociação e compromisso, ainda que frequentemente marcados por avanços incrementais e compromissos não vinculativos (KEOHANE; VICTOR, 2016).

A literatura recente enfatiza que os ODS só poderão ser atingidos se a governança global evoluir para formas mais inclusivas, policêntricas e flexíveis, capazes de articular Estados, organizações internacionais, empresas, sociedade civil e atores locais (BIERMANN *et al*., 2017). Isso requer novos mecanismos de responsabilização, incluindo indicadores mais transparentes, revisão por pares e mecanismos de pressão reputacional, para garantir que os compromissos assumidos se traduzam em ações efetivas.

Nesse sentido, a Agenda 2030 pode ser entendida como uma bússola para o capitalismo sustentável, mas o seu êxito dependerá de três condições-chave: (i) financiamento inovador e previsível, que vá além da Ajuda Pública ao Desenvolvimento; (ii) reforço da cooperação multilateral, mesmo em contextos de fragmentação geopolítica; e (iii) maior responsabilização dos atores económicos e políticos, assegurando que Estados e empresas alinhem estratégias com metas globais de sustentabilidade.

MERCADOS EMERGENTES: RISCOS E OPORTUNIDADES

Os mercados emergentes ocupam uma posição central no debate sobre o futuro do capitalismo sustentável, pois combinam o maior potencial de crescimento económico com os riscos ambientais e sociais mais significativos. Estima-se que, até 2030, países emergentes e em desenvolvimento serão responsáveis por mais de 60% do crescimento económico global, impulsionados por urbanização acelerada, expansão demográfica e crescente integração nas cadeias de valor internacionais (WORLD BANK, 2020).

Oportunidades

Os mercados emergentes representam um vasto espaço de inovação sustentável. A procura crescente por energia, infraestrutura e bens de consumo pode favorecer a adoção direta de tecnologias limpas, evitando a replicação de modelos intensivos em carbono característicos do desenvolvimento industrial das economias avançadas (IEA, 2021). Exemplos incluem:

- A expansão das energias renováveis, sobretudo solar e eólica, em países como Índia, Brasil e África do Sul (IRENA, 2022).
- O crescimento das fintechs e soluções digitais em África e na Ásia, que promovem inclusão financeira e modelos de negócio sustentáveis (DEMIRGÜÇ-KUNT *et al*., 2022).
- A adoção de práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos, capazes de aumentar a produtividade e mitigar riscos ambientais (FAO, 2021).
- Além disso, o aumento de investimentos estrangeiros diretos (IED) em setores verdes abre oportunidades para parcerias público-privadas e para o desenvolvimento de cadeias de valor mais resilientes (UNCTAD, 2021).

Riscos

Apesar desse potencial, os mercados emergentes enfrentam vulnerabilidades estruturais. O rápido crescimento urbano, frequentemente desordenado, gera pressões intensas sobre habitação, saneamento, transporte e qualidade do ar (UN-HABITAT, 2020). Da mesma forma, a dependência de setores extrativos (mineração, petróleo e gás) em várias economias aumenta riscos de degradação ambiental, conflitos socioambientais e exposição a choques nos preços internacionais de commodities (OECD, 2020).

Outro risco crítico é a fragilidade institucional: em muitos contextos, a ausência de regulação ambiental robusta, corrupção e falta de enforcement dificultam a implementação de padrões ESG (Environmental, Social and Governance) e aumentam a perceção de risco para investidores (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Acresce

que a vulnerabilidade às alterações climáticas é particularmente elevada em países emergentes, onde secas, cheias e eventos extremos comprometem ganhos económicos e acentuam desigualdades sociais (IPCC, 2022).

Deste modo, os mercados emergentes configuram-se como espaços de contradição: simultaneamente motores do crescimento económico global e territórios de elevada exposição a riscos socioambientais. O seu papel no futuro do capitalismo sustentável dependerá da capacidade de:

- Atrair financiamento sustentável, por meio de instrumentos como obrigações verdes e mecanismos de blended finance;
- Fortalecer instituições e sistemas regulatórios, garantindo previsibilidade e confiança para investidores;
- Promover trajetórias de desenvolvimento inclusivas e resilientes, que articulem crescimento económico, equidade social e integridade ecológica.

Assim, as estratégias globais de sustentabilidade não poderão ser bem-sucedidas sem integrar plenamente os mercados emergentes, tanto como atores-chave na transição energética e digital, quanto como destinatários prioritários de apoio técnico, financeiro e institucional.

ÁFRICA

O continente africano desempenha um papel estratégico no futuro da sustentabilidade global. Detentor dos maiores recursos

solares do planeta, estima-se que África possa gerar mais de 1.000 GW de energia solar até 2040, configurando-se como um epicentro potencial da transição energética global (IRENA, 2022). Além do solar, a região apresenta vasto potencial em energias eólica, geotérmica e hidrelétrica, ainda subexplorado.

No entanto, este potencial contrasta com défices estruturais significativos. A infraestrutura elétrica é insuficiente: cerca de 600 milhões de africanos ainda não têm acesso à eletricidade, concentrando 75% da população mundial sem eletrificação (IEA, 2022). Muitos países continuam dependentes de combustíveis fósseis e de tecnologias poluentes, o que gera vulnerabilidades energéticas e ambientais.

Um desafio adicional é a fragilidade institucional. A captura de recursos naturais por elites locais, a corrupção sistémica e a volatilidade política criam barreiras à atração de investimentos de longo prazo, sobretudo em setores de alto risco como energia e infraestrutura. Há, assim, o risco de que as receitas provenientes da transição energética possam reproduzir desigualdades históricas, em vez de promover desenvolvimento inclusivo.

Por outro lado, emergem exemplos positivos de liderança e inovação. O Marrocos destaca-se com o complexo solar Noor Ouarzazate, um dos maiores do mundo, que posiciona o país como hub energético regional e futuro exportador para a Europa. Iniciativas como a Parceria África-Europa para Energia Verde e o African Renewable Energy Initiative (AREI) também demonstram esforços para mobilizar financiamento internacional e acelerar a transição no continente (AU-EU, 2020).

Contudo, a realidade africana é marcada por heterogeneidade. Enquanto alguns países, como Quénia e África do Sul, avançam em energias renováveis, outros permanecem presos a modelos extrativistas e altamente dependentes de receitas fósseis,

como Nigéria e Angola (SOARES DE OLIVEIRA, 2018). Esta disparidade mostra que a transição energética africana não é apenas tecnológica, mas profundamente política, exigindo instituições mais robustas, políticas industriais adaptadas e parcerias internacionais justas.

Dessa forma, África representa simultaneamente uma oportunidade global para acelerar os ODS, sobretudo nos domínios da energia limpa (ODS 7) e da ação climática (ODS 13), e um campo de risco, caso os investimentos não sejam acompanhados por mecanismos de governação inclusivos e redistributivos.

CONTEXTO ANGOLANO

Em Angola, onde setores como o petróleo, mineração, energia, construção e telecomunicações dominam a economia, o TBL assume uma relevância particular devido aos impactos socioeconómicos e ambientais associados a estes setores. A crescente integração do país em agendas internacionais — como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a estratégia governamental para diversificação económica — tem acelerado a adoção deste paradigma pelas empresas.

No setor petrolífero, empresas como a Sonangol e operadoras internacionais foram pioneiras na implementação de programas sociais ligados à educação, saúde, formação técnica e infraestruturas comunitárias. Esses projetos, apesar de contribuírem para o desenvolvimento local, foram frequentemente criticados por falta de alinhamento estratégico, dependência do Estado e baixa sustentabilidade (SOARES DE OLIVEIRA, 2007; FRYNAS, 2005). A partir de 2015, observa-se uma mudança gradual, com maior

ênfase em critérios ESG (Environmental, Social and Governance) e na necessidade de reportar impactos sociais de forma mensurável.

No contexto angolano, o CVP é particularmente relevante porque muitos dos desafios sociais tais como o emprego juvenil, diversificação económica, formação técnica, saneamento, energia e agricultura constituem simultaneamente oportunidades para inovação empresarial. Empresas dos setores bancário, telecomunicações, energia e mineração estão progressivamente a adotar projetos que combinam oportunidade económica e impacto social.

Contudo, a emergência da Agenda 2050 de Angola, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constitui uma janela de oportunidade para integrar a sustentabilidade e o valor partilhado nas dinâmicas económicas nacionais.

No contexto angolano, a dimensão económica do TBL está intimamente ligada à eficiência dos setores extrativos, ao aumento da competitividade empresarial e à necessidade de diversificação económica. Empresas como Sonangol, Endiama e Biocom têm sido pressionadas a demonstrar que a criação de valor económico deve vir acompanhada de transparência, inovação e responsabilidade ambiental.

As reformas económicas recentes, aliadas a políticas de investimento e à abertura do mercado privado, reforçam a exigência de que a rentabilidade seja compatível com práticas de gestão sustentável.

A dimensão social ganha especial relevo em Angola devido aos desafios estruturais relacionados com pobreza multidimensional, desigualdades regionais, emprego juvenil, educação e formação profissional, reassentamento de comunidades afetadas pela mineração, saúde e bem-estar comunitário.

Empresas como a Sociedade Mineira de Catoca, Luele, Sonangol e outras têm implementado programas sociais que incluem formação técnica, apoio escolar, investimento em saúde comunitária, habitação e desenvolvimento local. Tais iniciativas são frequentemente enquadradas nos relatórios de RSC e ESG, refletindo uma abordagem cada vez mais alinhada com o TBL.

A dimensão ambiental do TBL é crucial para um país cuja economia depende fortemente da exploração de recursos naturais. Problemas como derrames petrolíferos, degradação de solos, contaminação hídrica, desmatamento e perda de biodiversidade colocam desafios significativos.

Empresas de petróleo e mineração têm sido pressionadas por reguladores, comunidades e parceiros internacionais a implementar:

- sistemas de gestão ambiental (ISO 14001),
- planos de reabilitação ambiental,
- tecnologias mais limpas,
- monitorização contínua de emissões e resíduos.

Avanços são evidentes na indústria diamantífera, que adotou padrões de conformidade internacional no âmbito do *Kimberley Process*, e no setor energético, com investimentos emergentes em bioenergia e energia renovável.

Desde 2018, observa-se um aumento de relatórios de sustentabilidade e práticas ESG em empresas angolanas, muitas das quais utilizam o TBL como estrutura conceptual. Paralelamente, a lógica do Valor Partilhado fortalece a integração entre os três pilares, promovendo uma abordagem onde a sustentabilidade é vista como vetor estratégico de competitividade.

Organizações governamentais e multilaterais, como o MINAMB, o PNUD e o Banco Mundial, incentivam empresas e instituições públicas a adotarem *frameworks* baseados no TBL para monitorização e reporte do impacto socioambiental.

AMÉRICA LATINA

A América Latina desempenha um papel estratégico no futuro da sustentabilidade global, devido à sua enorme riqueza em biodiversidade — cerca de 40% da biodiversidade mundial encontra-se na região — e às vastas reservas de minerais críticos, como lítio, cobre, níquel e grafite, fundamentais para a produção de baterias, veículos elétricos e tecnologias de energias limpas (SVAMPA, 2019; IEA, 2021). Esta dotação de recursos naturais coloca a região no centro da cadeia de valor da transição energética global.

Oportunidades

Os recursos minerais, aliados ao enorme potencial em energias renováveis — nomeadamente solar e eólica — oferecem à América Latina a possibilidade de reposicionar-se como fornecedora estratégica de matérias-primas sustentáveis e de atrair investimento estrangeiro direto em setores de alto valor acrescentado.

Estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacam que a região poderá tornar-se um *hub global* de metais e soluções de baixo carbono, se investir em infraestruturas verdes, inovação tecnológica e cadeias de valor regionais integradas (SPANO *et al*., 2021). Além disso, países como Brasil, Chile e Uruguai vêm ampliando o uso de energias renováveis, alcançando

matrizes energéticas mais limpas que a média global (IRENA, 2022).

A integração em cadeias globais de valor sustentáveis poderia fortalecer políticas de industrialização verde, reduzir dependências externas e gerar empregos qualificados, contribuindo para o cumprimento de múltiplos ODS (particularmente ODS 7, ODS 8 e ODS 13).

Riscos e Contradições

No entanto, o aproveitamento desta riqueza tem reproduzido padrões de neoextrativismo, caracterizados por:

- exploração intensiva de recursos naturais, com baixa diversificação económica;
- impactos ambientais severos, como desmatamento, perda de biodiversidade e poluição hídrica;
- conflitos sociais, sobretudo com comunidades indígenas e populações locais afetadas pela mineração (BEBBINGTON *et al*., 2018).

A disputa pelo chamado "Triângulo do Lítio" — que compreende Chile, Argentina e Bolívia — evidencia as tensões entre a transição energética e os impactos socioambientais da mineração. Embora a extração de lítio represente uma oportunidade de liderança regional na economia verde, ela também gera pressões intensas sobre os ecossistemas áridos e os recursos hídricos, essenciais para as comunidades locais. Estudos apontam que a exploração em salares como os de Atacama e Uyuni tem intensificado a escassez de água,

agravando conflitos socioambientais e ameaçando modos de vida tradicionais (GIGLIO, 2021; PETAVRATZI *et al*., 2022).

Além disso, a região enfrenta desafios estruturais, como instabilidade política, desigualdade socioeconómica e fragilidade institucional, que dificultam a construção de políticas de governança inclusivas. Sem reformas institucionais profundas e mecanismos de captura equitativa da renda mineral, o risco é que a transição energética reforce desigualdades históricas, em vez de promover desenvolvimento sustentável.

A América Latina encontra-se, portanto, diante de uma encruzilhada: pode optar por consolidar um modelo extrativista dependente, vulnerável a choques internacionais, ou por construir um modelo sustentável e diversificado, baseado em inovação tecnológica, industrialização verde e respeito aos direitos socioambientais. O caminho escolhido terá implicações decisivas não apenas para a região, mas para a viabilidade global da Agenda 2030.

ÁSIA

A Ásia é o epicentro da transição energética global, não apenas pelo seu peso demográfico e económico, mas também pelo papel central que países como China e Índia desempenham na produção, consumo e inovação em tecnologias de baixo carbono. A região concentra hoje os maiores investimentos mundiais em energias renováveis, veículos elétricos e infraestrutura verde, ao mesmo tempo que enfrenta riscos ambientais e sociais de escala planetária.

China: potência da transição energética

A China consolidou-se como o maior produtor mundial de painéis solares, turbinas eólicas e baterias de lítio, dominando cadeias de abastecimento estratégicas para a descarbonização (IEA, 2021). O país é também líder em investimento em veículos elétricos e transporte público limpo, com megacidades como Shenzhen a operarem frotas inteiramente elétricas de autocarros.

Apesar dos avanços na transição energética, a China ainda enfrenta profundas contradições internas. A poluição atmosférica urbana continua a ser um dos principais desafios de saúde pública, sendo responsável por mais de um milhão de mortes prematuras anuais associadas à exposição a partículas finas (PM2.5) (YANG *et al*., 2022). Além disso, embora o país tenha assumido o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2060, o carvão ainda representa cerca de 57% do consumo de energia primária, refletindo o dilema entre segurança energética e mitigação climática (ZHAO *et al*., 2022). Índia: energia solar e inclusão rural

A Índia destaca-se pela rápida expansão de projetos de energia solar descentralizada, que têm levado eletricidade a comunidades rurais historicamente excluídas da rede elétrica (IRENA, 2022). O país estabeleceu a meta de atingir 500 GW de capacidade renovável instalada até 2030, e já lidera iniciativas internacionais como a International Solar Alliance (ISA).

No entanto, o país enfrenta o desafio de conciliar crescimento económico acelerado com compromissos de descarbonização. A pressão por industrialização, urbanização e emprego para uma população que ultrapassou 1,4 mil milhões de habitantes intensifica o consumo energético, mantendo a dependência parcial do carvão e agravando desigualdades sociais e ambientais (PILLAI, A. V.; DUBASH, N. K. 2021).

Outros países asiáticos

Além de China e Índia, outras economias asiáticas assumem papéis relevantes:

- Vietnam tornou-se um dos países com maior crescimento em energia solar instalada nos últimos anos, fruto de incentivos fiscais e regulação atrativa (WORLD BANK, 2020).
- Japão e Coreia do Sul lideram em inovação tecnológica e políticas de hidrogénio verde, posicionando-se como hubs de exportação futura (IEA, 2021).
- Sudeste Asiático, por outro lado, enfrenta dilemas semelhantes aos da África e América Latina, com forte dependência de carvão e desmatamento acelerado, sobretudo na Indonésia e Malásia (ASEAN, 2022).

Assim, a Ásia representa simultaneamente uma janela de oportunidade e um epicentro de riscos globais. Se por um lado a região pode acelerar a transição energética e reduzir custos tecnológicos para o mundo inteiro, por outro, a magnitude dos seus desafios ambientais e sociais significa que o sucesso ou fracasso da sustentabilidade do capitalismo global dependerá em larga medida das escolhas feitas na Ásia.

Os mercados emergentes asiáticos são o núcleo de tensões entre crescimento económico, inovação verde e degradação ambiental. A chave para o futuro será transformar o seu potencial em desenvolvimento inclusivo e sustentável, evitando repetir os padrões de extrativismo predatório.

CAPITALISMO REGENERATIVO

O debate contemporâneo acerca da sustentabilidade tem evoluído além da mera lógica de "minimizar danos", para abraçar uma abordagem que procura restaurar ecossistemas, fortalecer comunidades e promover justiça social. Essa visão emergente tem sido designada por Fullerton (2015) como capitalismo regenerativo: um modelo económico que ultrapassa a lógica tradicional de mitigação e da responsabilidade social corporativa, propondo a criação de sistemas que regenerem em vez de apenas explorar.

Fundamentos do capitalismo regenerativo

O conceito assenta em três pilares centrais:

1. Ecologia restaurativa: a economia deve operar dentro dos limites planetários, regenerando solos, florestas, oceanos e ciclos de nutrientes em vez de degradá-los (ROCKSTRÖM *et al*., 2009).
2. Justiça social e equidade: o modelo regenerativo não separa sustentabilidade ambiental de inclusão social, reconhecendo que a desigualdade mina a resiliência das sociedades e a estabilidade económica (RAWORTH, 2017).
3. Valor sistémico de longo prazo: as empresas e investidores são chamados a abandonar a lógica de retorno financeiro de curto prazo e adotar métricas de impacto positivo, que incorporem dimensões sociais e ambientais no coração da criação de valor (FULLERTON, 2018).

Práticas emergentes

Na prática, o capitalismo regenerativo manifesta-se em iniciativas como:

- Agricultura regenerativa, que restaura solos e biodiversidade, reduzindo a dependência de insumos químicos.
- Finanças regenerativas, com fundos de impacto e mecanismos de investimento que privilegiam regeneração de ecossistemas e inclusão social.
- Economia circular avançada, que vai além da reciclagem e repensamento de cadeias de valor, promovendo simbioses industriais e redesenho de produtos para ciclos infinitos de uso.

Empresas, investidores e governos têm avançado na adoção de frameworks de contabilidade de impacto, que procuram integrar o capital natural e social nas demonstrações financeiras, ampliando a definição tradicional de valor económico. Essa abordagem reflete a transição de uma contabilidade centrada apenas no capital financeiro para uma avaliação holística do desempenho organizacional, considerando externalidades ambientais e sociais (MCGRATH, 2020; NATURAL CAPITAL COALITION, 2020).

Críticas e desafios

Apesar do seu potencial, o capitalismo regenerativo enfrenta desafios relevantes:

- Risco de captura discursiva: algumas corporações utilizam o termo de forma superficial, sem mudanças estruturais.
- Escala e governança: a regeneração exige transformações sistémicas profundas, que não podem ser alcançadas apenas por iniciativas voluntárias, mas dependem de políticas públicas e regulação robusta.
- Medidas de impacto — a mensuração dos benefícios regenerativos de longo prazo continua a ser um dos maiores desafios para a consolidação da economia regenerativa. A ausência de métricas padronizadas e de metodologias robustas de avaliação limita a comparabilidade dos resultados e reduz a atratividade para investidores tradicionais, que ainda privilegiam retornos financeiros tangíveis de curto prazo (ESPOSITO; PARAVELLI, 2023).

O capitalismo regenerativo propõe uma nova lógica de prosperidade, na qual o sucesso económico é inseparável da saúde dos ecossistemas e do bem-estar das comunidades. Mais do que um nicho de inovação, trata-se de uma mudança paradigmática que questiona as bases do capitalismo extrativista e aponta para uma economia do século XXI enraizada em resiliência, justiça e regeneração.

Kate Raworth (2017), com a Economia Donut, defende que a economia deve funcionar dentro de um "espaço seguro e justo" delimitado pelos limites planetários (ROCKSTRÖM *et al*., 2009) e pelas necessidades sociais básicas. John Fullerton (2015) propõe oito princípios do capitalismo regenerativo, que incluem a integração da natureza como capital vivo, o investimento circular e a redistribuição de valor.

APLICAÇÕES EMPRESARIAIS

A transição para o capitalismo regenerativo já se manifesta em diversas práticas empresariais e políticas públicas que vão além da mitigação de impactos, buscando gerar efeitos positivos para ecossistemas e comunidades.

Agricultura regenerativa

Empresas multinacionais do setor agroalimentar, como a General Mills e a Danone, estão a investir em projetos de agricultura regenerativa que promovem a restauração da fertilidade do solo, aumento da biodiversidade e sequestro de carbono (RHODES, 2017). Tais práticas incluem rotação de culturas, agroflorestas e uso reduzido de agroquímicos, criando resiliência climática e fortalecendo comunidades rurais.

Economia circular regenerativa

Modelos empresariais inspirados na economia circular têm sido reconfigurados em direção à regeneração ativa de ecossistemas. A Acciona, multinacional espanhola, integra infraestruturas sustentáveis — como projetos de energia renovável e gestão hídrica — com medidas que restauram ecossistemas locais e beneficiam comunidades (ACCIONA, 2021). Além disso, empresas de tecnologia e design estão a aplicar princípios de eco-design e simbiose industrial, transformando resíduos em recursos para novas cadeias de valor (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2019).

Cidades regenerativas

No campo urbano, cidades como Amesterdão e Copenhaga têm adotado estratégias de planeamento regenerativo, inspiradas no modelo da economia da rosquinha (RAWORTH, 2020). Essas estratégias priorizam mobilidade limpa, eficiência energética, reutilização de materiais e integração com a natureza, promovendo não apenas neutralidade carbónica, mas também melhoria ativa da qualidade de vida urbana.

Limitações e desafios

Embora estas experiências revelem o potencial transformador do capitalismo regenerativo, ainda são iniciais e dispersas. Persistem desafios relacionados com:

- Escala: a maioria dos projetos ainda é piloto ou localizada, sem cobertura sistémica;
- Medição de impacto: a ausência de métricas uniformes para avaliar benefícios regenerativos dificulta comparações e *accountability*;
- Greenwashing: existe o risco de apropriação discursiva do termo por empresas que mantêm práticas extrativistas (BANERJEE, 2008).

As aplicações empresariais do capitalismo regenerativo demonstram que é possível alinhar modelos de negócio com restauração ambiental e justiça social. Contudo, para que deixem de ser nichos e se tornem estratégias dominantes, é necessário reforçar

a regulação, ampliar incentivos financeiros e integrar métricas de regeneração nos relatórios de sustentabilidade corporativa.

Apesar do potencial, o capitalismo regenerativo enfrenta três barreiras principais:

- Escalabilidade: muitos projetos regenerativos ainda estão em fase piloto.
- Financeirização: risco de que conceitos regenerativos sejam capturados por interesses financeiros, esvaziando o seu conteúdo transformador.
- Justiça social: sem uma inclusão efetiva das comunidades locais nos processos de decisão e na distribuição dos benefícios da transição sustentável, há o risco de que o discurso regenerativo se converta em greenwashing social, reproduzindo desigualdades sob uma nova roupagem (BÜSCHER; FLETCHER, 2020).

Conclui-se que o capitalismo regenerativo propõe uma visão sistémica em que prosperidade económica, equidade social e regeneração ambiental são indissociáveis. O seu sucesso dependerá de políticas públicas ousadas, inovação empresarial e colaboração global.

CAPÍTULO 17

Repensar Valor: De Accionistas a Partes Interessadas

REPENSAR VALOR: DE ACCIONISTAS A PARTES INTERESSADAS

Durante mais de meio século, a visão dominante no mundo empresarial foi moldada pelo economista Milton Friedman (1970), para quem "a responsabilidade social das empresas é aumentar os seus lucros". Esta lógica de *shareholder primacy* (primazia dos acionistas) marcou profundamente a governação corporativa, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, quando a globalização e a liberalização financeira reforçaram a ideia de que o mercado, por si só, asseguraria eficiência e prosperidade.

No entanto, os desafios ambientais e sociais contemporâneos expuseram as limitações desta visão reducionista. Hoje, discute-se cada vez mais um capitalismo de *stakeholders*, onde empresas devem atender não apenas aos interesses financeiros dos acionistas, mas também às expectativas de trabalhadores, comunidades, clientes, fornecedores, governos e gerações futuras. O conceito de valor, outrora restrito ao lucro financeiro, está a ser reconfigurado para integrar dimensões sociais, ambientais e intergeracionais.

DO SHAREHOLDER PRIMACY AO STAKEHOLDER CAPITALISM

A transição conceptual do modelo centrado no acionista (*shareholder primacy*) para uma lógica mais abrangente, o stakeholder capitalism, é um dos debates mais relevantes na evolução do capitalismo contemporâneo.

As raízes do modelo de primazia do acionista

O paradigma da primazia do acionista consolidou-se na segunda metade do século XX, em especial com os trabalhos de Milton Friedman (1970), que defendia que a única responsabilidade social da empresa era maximizar o lucro para os acionistas, dentro dos limites legais. Essa visão ganhou força com a financeirização das economias e a crescente pressão dos mercados de capitais por retornos de curto prazo (LAZONICK; O'SULLIVAN, 2000).

Emergência da Teoria dos Stakeholders

Em contraposição, R. Edward Freeman (1984) apresentou a Teoria dos Stakeholders, argumentando que as empresas não operam isoladamente, mas inseridas em ecossistemas complexos de relações que incluem colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades, governos e o meio ambiente. Nessa perspetiva, o objetivo empresarial deve ser a criação de valor partilhado para múltiplos públicos, e não apenas para os acionistas.

A evolução para o stakeholder capitalism

Nas últimas décadas, crises financeiras, escândalos corporativos e a emergência da agenda climática e social aceleraram a crítica ao modelo tradicional. O conceito de capitalismo dos *stakeholders* ganhou força em fóruns globais, como o World Economic Forum de Davos, que em 2020 declarou a necessidade de um capitalismo orientado para objetivos sociais e ambientais de longo prazo (SCHWAB, 2021).

O *stakeholder capitalism* não se limita à filantropia corporativa ou à responsabilidade social empresarial, mas implica uma mudança estrutural na forma como o desempenho é medido e recompensado. Métricas ESG, relatórios de sustentabilidade e compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são manifestações práticas desta transformação (ECCLES; KLIMENKO, 2019).

Críticas e limitações

Apesar de crescente adesão retórica, críticos apontam que muitas iniciativas ligadas ao stakeholder capitalism correm o risco de se reduzir a *greenwashing* ou *purpose-washing*, sem mudanças significativas nas estruturas de governança e incentivos (BEBCHUK; TALLARITA, 2020). Outros sublinham que, sem regulação robusta e mecanismos de *accountability*, o conceito pode ser capturado por interesses corporativos, mantendo a lógica de maximização de lucros sob uma nova roupagem discursiva.

Transição stakeholder

A transição do *shareholder primacy* para o *stakeholder capitalism* reflete uma reconfiguração das expectativas sociais sobre o papel das empresas. Se bem implementada, pode contribuir para um capitalismo mais inclusivo e sustentável, mas para além de discursos e relatórios voluntários, exigirá mudanças sistémicas em estruturas de governança, regulação financeira e métricas de desempenho.

CRISE DA PRIMAZIA DO ACIONISTA

A visão de Milton Friedman, que defendia a maximização de lucros como principal responsabilidade empresarial, foi hegemónica durante décadas. Contudo, a partir dos anos 2000, esta lógica passou a ser cada vez mais contestada diante de crises corporativas e financeiras que evidenciaram as limitações estruturais do modelo de primazia do acionista.

Escândalos corporativos e falhas de governança

Casos emblemáticos como os da Enron e da WorldCom revelaram os riscos de uma governança excessivamente centrada no valor acionista e na pressão por retornos de curto prazo. A manipulação de contas, incentivos perversos para executivos e ausência de mecanismos eficazes de supervisão demonstraram como a primazia do acionista pode incentivar comportamentos de alto risco e comprometer a sustentabilidade das empresas (CLARKE, 2005).

A crise financeira de 2008

A crise financeira global de 2008 reforçou as críticas ao modelo, ao expor o impacto devastador de empresas que ignoraram riscos sociais, ambientais e de governança. A financeirização excessiva, aliada à desregulação dos mercados, resultou em colapsos sistémicos com consequências profundas: perda de milhões de empregos, aumento da desigualdade e recessão prolongada (CROTTY, 2009). Este episódio demonstrou que os custos da

negligência social e ambiental ultrapassam largamente os benefícios da maximização de lucros imediatos (STOUT, 2012).

Novas pressões sociais e ambientais

No século XXI, a emergência da crise climática, da degradação ambiental e da desigualdade global trouxe novos limites ao paradigma da primazia do acionista. Investidores institucionais, consumidores e reguladores passaram a exigir que as empresas considerassem impactos de longo prazo e adotassem estratégias alinhadas com princípios ESG (Environmental, Social and Governance).

Reconfiguração da legitimidade empresarial

Este contexto acelerou uma mudança nas expectativas sobre o papel da empresa. A legitimidade corporativa deixou de se restringir à rentabilidade financeira, incorporando dimensões de responsabilidade social, transparência e sustentabilidade. Ainda que a primazia do acionista continue presente em muitas práticas empresariais, o seu monopólio conceptual encontra-se em crise, desafiado por modelos de valor partilhado e de capitalismo dos *stakeholders*.

BUSINESS ROUNDTABLE E O NOVO PROPÓSITO

Em agosto de 2019, a Business Roundtable — associação que reúne CEOs de algumas das maiores corporações norte-americanas — publicou uma declaração histórica redefinindo a finalidade da empresa. Ao contrário da ênfase exclusiva na maximização de valor

para acionistas, a nova formulação destacava que as corporações devem "criar valor para todos os *stakeholders*", incluindo colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades e acionistas (BUSINESS ROUNDTABLE, 2019).

O anúncio foi amplamente interpretado como uma rutura simbólica com o paradigma friedmaniano e com a tradição de *shareholder primacy* dominante nos EUA durante décadas. No entanto, análises empíricas posteriores revelaram ambiguidades significativas. Bebchuk e Tallarita (2020), por exemplo, demonstraram que a maioria das empresas signatárias não alterou os seus estatutos, contratos executivos ou sistemas de incentivos financeiros, permanecendo alinhada com a lógica de valorização acionista de curto prazo.

Este descompasso entre discurso e prática levantou questões sobre a autenticidade do compromisso e sobre o risco de a Business Roundtable ter praticado "purpose-washing" — adotando uma linguagem progressista sem mudanças estruturais. Para críticos, a verdadeira transformação só ocorrerá se tais princípios forem incorporados em mecanismos vinculativos de governança, regulação e *accountability*.

CAPITALISMO DE STAKEHOLDERS NA PRÁTICA

Apesar das ambiguidades presentes no contexto norte-americano, outros países já desenvolvem modelos institucionais de capitalismo dos stakeholders, que oferecem lições relevantes.

Japão: o modelo *keiretsu*

No Japão, o modelo empresarial conhecido como *keiretsu* caracteriza-se por redes corporativas de longo prazo, baseadas em

confiança e reciprocidade entre empresas, fornecedores, bancos e trabalhadores (DORE, 2000). Este sistema promove uma lógica mais relacional e cooperativa, onde a criação de valor é distribuída de forma mais equilibrada entre os diferentes atores económicos.

Alemanha: a codeterminação

Na Alemanha, o modelo de codeterminação (*Mitbestimmung*) assegura que trabalhadores têm assento nos conselhos de administração das grandes empresas (JACKSON, 2005). Essa prática institucionaliza a representação dos interesses laborais, promovendo uma governança mais inclusiva e equilibrada. Estudos mostram que a codeterminação está associada a maior estabilidade de emprego, investimento em qualificação profissional e estratégias empresariais de longo prazo (VITOLS, 2019).

Estes exemplos demonstram que o *stakeholder capitalism* não é apenas uma retórica, mas pode assumir formas institucionais concretas quando apoiado por sistemas legais e culturais que reforçam a corresponsabilidade empresarial.

O desafio contemporâneo é transformar o *stakeholder* capitalism de uma narrativa discursiva em compromissos jurídicos, financeiros e institucionais efetivos, de modo a garantir que as empresas contribuam genuinamente para uma economia mais justa e sustentável.

VALOR INTERGERACIONAL E NOVOS INDICADORES

Repensar o conceito de valor implica reconhecer que a prosperidade económica atual não pode comprometer as condições

de vida das gerações futuras. Essa visão, profundamente associada ao princípio do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987), exige métricas que transcendam o paradigma da maximização do crescimento imediato.

O Produto Interno Bruto (PIB) continua a ser o indicador dominante, mas é limitado, pois mede apenas a produção económica, sem captar desigualdades sociais, degradação ambiental ou dimensões de bem-estar humano (FIORAMONTI, 2013). Essa insuficiência levou ao desenvolvimento de novos indicadores capazes de refletir melhor o valor intergeracional e a sustentabilidade de longo prazo.

Exemplos incluem:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina saúde, educação e rendimento (UNDP, 2020).
- Índice de Progresso Genuíno (GPI), que corrige o PIB ao incluir custos ambientais e sociais (KUBISZEWSKI *et al*., 2013).
- Índice de Riqueza Inclusiva (IWR), que mede capital natural, humano e produzido, avaliando a sustentabilidade da riqueza de um país (UNEP, 2018).
- Indicadores de bem-estar subjetivo, como a Felicidade Interna Bruta (FIB), aplicados no Butão e replicados em diversos contextos internacionais (URA *et al*., 2012).

Estes instrumentos procuram redefinir o que entendemos por progresso, aproximando a economia da ética intergeracional e dos limites planetários.

LIMITAÇÕES DO PIB

O PIB foi originalmente concebido nos anos 1930 por Simon Kuznets como ferramenta de medição da recuperação económica nos Estados Unidos após a Grande Depressão. Apesar do próprio Kuznets ter advertido que o PIB não deveria ser confundido com bem-estar (KUZNETS, 1934), rapidamente se tornou sinónimo de progresso nacional.

No entanto, o PIB apresenta várias limitações estruturais:

1. Não distingue entre atividades positivas e negativas: desastres ambientais, acidentes industriais ou gastos militares podem aumentar o PIB sem gerar prosperidade real (COSTANZA *et al*., 2014).
2. Ignora desigualdades sociais: Piketty (2014) demonstra que economias com elevado crescimento do PIB podem apresentar níveis crescentes de desigualdade, uma vez que os retornos do capital tendem a crescer mais rapidamente do que a renda do trabalho ($r > g$). Assim, o PIB não é um indicador suficiente de prosperidade social, pois ignora a distribuição da riqueza e da renda.
3. Não mede degradação ambiental: a exploração intensiva de recursos naturais pode impulsionar o PIB no curto prazo, mas comprometer a sustentabilidade de longo prazo.
4. Desconsidera o trabalho não remunerado: Marilyn Waring (1988) demonstra que o PIB e outras contas nacionais excluem sistematicamente o trabalho não remunerado, como o cuidado familiar, o trabalho doméstico e o voluntariado — atividades que sustentam o bem-estar e a reprodução social. A autora argumenta que essa omissão revela um viés de gênero e uma concepção limitada de valor econômico,

> contribuindo para a invisibilidade do trabalho das mulheres e para a subestimação do verdadeiro bem-estar social.

A crítica contemporânea ao PIB sublinha a necessidade de métricas que considerem não apenas crescimento económico, mas também justiça social, qualidade ambiental e bem-estar humano. Nesse sentido, a transição para novos indicadores não é apenas técnica, mas representa uma mudança de paradigma no modo como entendemos a prosperidade e o valor económico.

NOVOS INDICADORES

Diante das limitações do PIB como métrica de progresso, têm surgido múltiplos esforços internacionais para criar indicadores alternativos capazes de refletir dimensões sociais, ambientais e intergeracionais do bem-estar.

- Índice de Progresso Social (SPI): desenvolvido pela organização Social Progress Imperative, mede variáveis como acesso a educação, saúde, direitos, liberdade e oportunidades, oferecendo uma avaliação direta da qualidade de vida em diferentes países (SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE, 2021).
- Relatórios de Felicidade Mundial (World Happiness Reports): coordenados pela ONU, analisam o bem-estar subjetivo, baseando-se em fatores como apoio social, esperança de vida saudável, liberdade de escolha e níveis de corrupção (HELLIWELL *et al*., 2022). Estes relatórios têm reforçado a ideia de que prosperidade não pode ser reduzida a crescimento económico.

- Contabilidade de capital natural: uma das propostas mais inovadoras é a defendida no Relatório Dasgupta (2021), que argumenta que ecossistemas e serviços ecossistémicos devem ser tratados como ativos contabilísticos. Essa abordagem altera radicalmente a lógica económica, ao reconhecer a natureza como parte integrante da riqueza das nações.

Além destes exemplos, destaca-se o esforço da OECD com o Better Life Index, que integra dimensões de saúde, educação, emprego e ambiente, e a proposta da ONU de Contabilidade do Capital Natural (SEEA), já adotada por diversos países.

VALOR INTERGERACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

A incorporação da perspetiva intergeracional na formulação de políticas públicas é um passo fundamental para assegurar que o desenvolvimento atual não comprometa as condições de vida das gerações futuras. Esse princípio, já consagrado no conceito de desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987), tem vindo a ser traduzido em instrumentos legais, constitucionais e orçamentais em diferentes países.

Experiências internacionais

- Butão: pioneiro ao substituir o PIB pela Felicidade Interna Bruta (FIB) como métrica oficial de progresso nacional. A FIB integra dimensões culturais, espirituais, ambientais e sociais, representando uma das abordagens mais abrangentes de bem-estar coletivo (URA *et al*., 2012).

- País de Gales: aprovou em 2015 a Well-being of Future Generations Act, que obriga todas as políticas públicas a considerarem impactos de longo prazo. Criou ainda o cargo de Comissário para as Gerações Futuras, mecanismo de fiscalização que inspira práticas semelhantes em outros países (WALES GOVERNMENT, 2015).
- Nova Zelândia: implementou o Wellbeing Budget em 2019, orientando o processo orçamental com base em indicadores de saúde, educação, igualdade e sustentabilidade ambiental, em vez de priorizar apenas crescimento económico (NEW ZEALAND TREASURY, 2019).
- Costa Rica: é amplamente citada como exemplo de desenvolvimento sustentável, tendo integrado conservação ambiental, energias renováveis e inclusão social em políticas de Estado. Combinando elevados níveis de IDH e baixa pegada ecológica, o país demonstra que é possível conjugar prosperidade e sustentabilidade (FLETCHER, 2013).

Estes casos demonstram que a perspetiva intergeracional pode ser institucionalizada através de constituições, leis, orçamentos nacionais e políticas de Estado, fortalecendo a governança democrática e a sustentabilidade de longo prazo.

Assim, a redefinição de valor intergeracional exige:

1. novos indicadores que capturem bem-estar humano e limites ecológicos;
2. mecanismos legais de responsabilização, que garantam que interesses de futuras gerações são considerados nas decisões atuais;

3. uma mudança cultural e política que entenda progresso como prosperidade equitativa entre gerações.

UM NOVO PROPÓSITO EMPRESARIAL

Se o conceito de valor económico deve ser repensado à luz dos desafios sociais e ambientais, também o propósito empresarial precisa de ser reformulado. A visão clássica de que a função primordial da empresa é maximizar lucros para os acionistas já não garante legitimidade social, resiliência económica ou sustentabilidade de longo prazo.

A crescente pressão de investidores institucionais, consumidores conscientes e reguladores internacionais tem levado empresas a adotar modelos que conciliam rentabilidade com impacto positivo. O propósito empresarial contemporâneo passa a ser definido não apenas em termos de geração de valor económico, mas também de contribuição para bens públicos globais, como a mitigação das alterações climáticas, a promoção da equidade social e a preservação da biodiversidade (MAYER, 2018).

Reconfiguração estatutária

Uma das expressões mais concretas desta transformação é a inovação nas estruturas jurídicas e estatutárias das empresas, que permitem vincular legalmente objetivos sociais e ambientais ao seu funcionamento.

- Benefit Corporations (B Corps): criadas nos EUA e hoje difundidas globalmente, permitem que empresas incorporem no seu estatuto compromissos com o impacto social e ambiental, ao lado do lucro financeiro. Mais de 6.000 empresas certificadas em mais de 80 países e 150 setores compõem este movimento, que busca alinhar o setor privado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (B LAB, 2022).
- Empresas de Missão (França): introduzidas pela Loi Pacte (2019), obrigam as sociedades comerciais que adotam este estatuto a definir formalmente um propósito ("raison d'être") e a integrar compromissos sociais e ambientais explícitos nos seus estatutos, monitorizados por um comité de missão independente (SEGRESTIN; HATCHUEL, 2020).
- Public Interest Corporations (Japão): criadas em 2008, destinam-se a organizações que combinam fins lucrativos com objetivos de interesse público, sobretudo em setores como saúde, educação e serviços sociais. Este modelo procura responder ao envelhecimento demográfico japonês e à crescente procura por serviços comunitários (YOSHIKAWA *et al*., 2007).

Estas inovações demonstram que o direito societário pode ser um instrumento central para reconfigurar o propósito empresarial, reduzindo o risco de *greenwashing* e institucionalizando a responsabilidade social e ambiental como parte integrante da identidade corporativa.

A emergência de modelos estatutários inovadores sugere que a transformação do propósito empresarial não é apenas retórica, mas pode ser juridicamente vinculativa. O desafio atual é ampliar a escala dessas experiências, harmonizar legislações e integrar critérios ambientais e sociais de forma transversal, garantindo que o

capitalismo do século XXI seja orientado para a criação de valor intergeracional e regenerativo.

Cultura e liderança com propósito

Para além da dimensão legal e estatutária, a transformação do propósito empresarial exige uma mudança cultural profunda dentro das organizações. O verdadeiro alinhamento com os princípios do *stakeholder capitalism* só ocorre quando valores sociais e ambientais são incorporados no quotidiano da gestão, nos sistemas de incentivos e na própria identidade organizacional.

Líderes empresariais visionários desempenham um papel central neste processo. Em vez de se limitarem à maximização de lucros, procuram articular narrativas mobilizadoras que alinham colaboradores, investidores e parceiros em torno de objetivos partilhados, conciliando lucro, pessoas e planeta (KANTER, 2011).

Estudos demonstram que empresas com culturas orientadas para propósito apresentam:

- maior resiliência em períodos de crise, devido ao capital social e confiança acumulados (HOLLENSBE *et al*., 2014);
- maior capacidade de inovação, ao fomentar colaboração e experimentação em torno de valores comuns (REY *et al*., 2019);
- vantagem reputacional, resultante da perceção de legitimidade social perante clientes e comunidades.

Contudo, esta mudança cultural requer lideranças comprometidas em todos os níveis hierárquicos e mecanismos consistentes de *accountability*, evitando que o propósito se torne apenas um *slogan* estratégico.

Desafios do propósito empresarial

Apesar dos avanços e inovações institucionais, a consolidação de um novo propósito empresarial enfrenta vários desafios:

1. Instrumentalização: existe o risco de algumas empresas adotarem narrativas de propósito apenas como ferramenta de marketing reputacional, sem alterar práticas estruturais, configurando fenómenos de *greenwashingou purpose-washing* (POPE; WÆRAAS, 2016).
2. Pressões financeiras: a lógica predominante dos mercados de capitais ainda privilegia retornos de curto prazo, o que dificulta a implementação de estratégias orientadas para o valor partilhado e para a sustentabilidade de longo prazo (BEBCHUK; TALLARITA, 2020).
3. Desigualdade regulatória: enquanto alguns países já criaram enquadramentos legais robustos, como as Benefit Corporations nos EUA ou as Sociétés à Mission em França, outros mantêm legislações centradas apenas no lucro. Isso gera assimetrias competitivas, em que empresas orientadas por propósito podem enfrentar desvantagens em relação a concorrentes que seguem modelos exclusivamente financeiros (SEGRESTIN; HATCHUEL, 2020).

Um novo propósito empresarial só será legítimo se houver convergência entre estatutos jurídicos, práticas de gestão e cultura organizacional para a criação de valor partilhado e regenerativo.

O conceito de valor empresarial encontra-se em plena transformação:

- o paradigma da primazia dos acionistas revelou-se insuficiente para lidar com crises globais;
- a transição para o *stakeholder capitalism* e para métricas de valor intergeracional abre caminho para uma economia mais inclusiva e sustentável;
- O desafio permanece em transformar declarações em práticas concretas, através de reformas legais, métricas adequadas e lideranças comprometidas.

A consolidação desta transição definirá se o capitalismo do século XXI será capaz de evoluir de um modelo extrativista para um capitalismo regenerativo, orientado pela criação de valor comum para as gerações presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste livro levou-nos a explorar os fundamentos conceptuais da sustentabilidade, os três pilares do desenvolvimento — Lucro, Pessoas e Planeta — e os caminhos futuros para um capitalismo mais inclusivo e regenerativo. Atravessámos debates históricos, dilemas contemporâneos e exemplos práticos de empresas, governos e comunidades que já estão a transformar as suas realidades.

A principal lição é clara: a sustentabilidade deixou de ser opcional. A sobrevivência das empresas, das sociedades e das próprias condições de vida no planeta depende da nossa capacidade de reconfigurar a forma como criamos, distribuímos e medimos valor.

Vivemos num tempo de paradoxos. Nunca tivemos tanto conhecimento científico, capacidade tecnológica e riqueza acumulada — e, no entanto, enfrentamos desigualdades crescentes, crises ecológicas e riscos globais que ameaçam a própria civilização (RAWORTH, 2017; SACHS, 2015). Esta contradição mostra que não basta crescer: é necessário crescer de forma diferente.

Os pilares aqui apresentados — Lucro, Pessoas e Planeta — não são independentes, mas interdependentes. Um modelo económico que gere riqueza à custa da exploração humana ou da degradação ambiental acabará por destruir as próprias bases da prosperidade. Pelo contrário, iniciativas empresariais que integram inclusão social, inovação circular e regeneração ecológica demonstram que é possível compatibilizar rentabilidade e responsabilidade.

Do Lucro, aprendemos que a viabilidade das empresas depende de integrar externalidades sociais e ambientais nas suas

estratégias, sob pena de perderem legitimidade e competitividade. Das Pessoas, percebemos que nenhuma economia é estável se assentar sobre desigualdade, exclusão ou exploração laboral. Do Planeta, aprendemos que a prosperidade humana depende de ecossistemas resilientes, de água limpa, de solos férteis e de um clima habitável.

A grande questão que fica não é se a mudança é necessária — isso já está demonstrado —, mas se teremos coragem política, inovação empresarial e mobilização social suficientes para realizá-la a tempo. O desafio é monumental: exige abandonar a lógica linear da extração e do descarte e abraçar modelos de economia circular, energias renováveis, finanças sustentáveis e governança transparente. Exige igualmente repensar o próprio propósito da empresa, que não pode mais limitar-se a servir acionistas, mas deve gerar valor para todas as partes interessadas, incluindo as gerações futuras.

O futuro não será ditado por uma lógica inevitável, mas pelas escolhas colectivas que fazemos hoje. Governos, empresas, investidores, académicos e cidadãos partilham a responsabilidade de redefinir o que entendemos por progresso e sucesso. Significa substituir métricas limitadas, como o PIB, por indicadores que contemplem bem-estar humano e equilíbrio ecológico (STIGLITZ; FITOUSSI; DURAND, 2018).

Mais do que um desafio, este é também um tempo de oportunidade. A transição energética, a economia circular, a inovação social e a regeneração ecológica oferecem novos mercados, novos empregos e novas formas de prosperidade. Trata-se de um capitalismo de propósito, que vê os accionistas não como únicos beneficiários, mas como parte de uma comunidade global de partes interessadas, incluindo as gerações futuras.

Ao fechar estas páginas, deixamos uma convocatória às empresas, para que alinhem propósito, estratégia e impacto real; aos governos, para que criem políticas públicas robustas e coerentes; aos investidores, para que financiem a mudança em vez de perpetuarem o status quo; e aos cidadãos, para que façam ouvir a sua voz e participem activamente na construção de sociedades mais justas, resilientes e regenerativas.

Porque, como escreveu Johan Rockström, "a humanidade encontra-se numa corrida contra o tempo" (ROCKSTRÖM *et al*., 2009). Ainda estamos a tempo de reescrever a história. Mas o tempo para agir é agora.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACCIONA. (2021). **Sustainability Report 2021**. Madrid: ACCIONA. Recuperado de: <www.acciona.com>. Acesso em: 12/05/2025.

AFDB - African Development Bank Group (2024). "Angola – Country Strategy Paper 2024-2029". Recuperado de: <www.afdb.org>. Acesso em: 12/05/2025.

AMIN, S. (1976). **Unequal Development**: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism. New York: Monthly Review Press.

AMSTERDAM CITY DOUGHNUT. (2020). "Amsterdam was the first municipality in the world to adopt the concept officially". Recuperado de: <www.doughnuteconomics.org>. Acesso em: 12/05/2025.

ANDERSON, R. C. (2009). **Confessions of a radical industrialist**: Profits, people, purpose—Doing business by respecting the earth. New York: St. Martin's Press.

APPLE INC. (2022). **Environmental Progress Report**. Washington: Aplle. Recuperado de: <www.aplle.com>. Acesso em: 12/05/2025.

AU - African Union.; EU - European Union. (2020). **Africa–Europe Green Energy Initiative**: Advancing the African Renewable Energy Initiative (AREI). Addis Ababa: African Union Commission. Recuperado de: <www.africa-eu-partnership.org>. Acesso em: 12/05/2025.

B LAB. (2022). **B Corp Global Impact Report**. Philadelphia: B Lab Global. Recuperado de: <www.bcorporation.net>. Acesso em: 12/06/2025.

BANERJEE, S. B. (2008). "Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly". **Critical Sociology**, vol. 34, n. 1.

BBHUB - Bloomberg Professional Services (2023). "O Zero-Emission Vehicles Factbook (2023)". Recuperado de: <www.bbhub.io>. Acesso em: 12/12/2024

BEAR, S.; RAHMAN, N.; POST, C. (2010). "The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation". **Journal of Business Ethics**, vol. 97, n. 2.

BEBBINGTON, A. J. *et al*. (2018). "Advancing research into responsible business: From accountability to governance". **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, vol. 31, n. 5.

BEBBINGTON, A.; FASH, B.; ROGAN, J. (2019). "Socio-environmental conflict, political settlements, and mining governance: A cross-border comparison, El Salvador and Honduras". **Latin American Perspectives**, vol. 46, n. 2.

BEBCHUK, L. A.; TALLARITA, R. (2020). "The illusory promise of stakeholder governance". **Cornell Law Review**, vol. 106, n. 91.

BECKER, G. S. (1993). **Human Capital**: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Chicago: University of Chicago Press.

BESCHORNER, T. (2014). "Creating Shared Value: The One-Trick Pony Approach – A Comment on Michael Porter and Mark Kramer (2011)". **Business Ethics Journal Review**, vol. 1, n. 17.

BESCHORNER, T.; HAJDUK, T. (2017). “Creating Shared Value: A Fundamental Critique”. In: RENDTORFF, L. (ed.). **Creating Shared Value – Concepts, Experience, Criticism**. London: Springer.

BHAGAVAN, M. R. (1986). **Angola’s political economy 1975-1985**. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.

BIERMANN, F.; KANIE, N.; KIM, R. E. (2017). “Global governance by goal-setting: The novel approach of the UN Sustainable Development Goals”. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, vol. 27.

BOUTILIER, R. G. (2014). “Frequently asked questions about the social licence to operate”. **Impact Assessment and Project Appraisal**, vol. 34, n. 2.

BRADLEY, K.; PERSSON, O. (2022). “Community repair in the circular economy – fixing more than stuff”. **Local Environment**, vol. 27.

BROWN, D.; DILLARD, J.; MARSHALL, R. S. (2008). “Triple bottom line: A business metaphor for a social construct”. *In*: DILLARD, J. *et al.* (eds.). **Understanding the Social Dimension of Sustainability**. London: Routledge.

BROWN, H. S.; JONG, M.; LEVY, D. L. (2009). “Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI’s sustainability reporting”. **Journal of Cleaner Production**, vol. 17, n. 6.

BULLARD, R. D. (Ed.). (2005). **The quest for environmental justice**: Human rights and the politics of pollution. San Francisco: Sierra Club Books.

BÜSCHER, B.; FLETCHER, R. (2020). **The Conservation Revolution**: Radical Ideas for Saving Nature Beyond the Anthropocene. London: Verso Books.

BUSINESS ROUNDTABLE. (2019). "Statement on the Purpose of a Corporation". Recuperado de: <www.businessroundtable.org>. Acesso em: 12/07/2025.

CARBON DISCLOSURE PROJECT. (2019). "World's biggest companies face $1 trillion in climate change risks". Recuperado de: <www.cdp.net>. Acesso em: 12/07/2025.

CARNEY, M. (2015). **Breaking the tragedy of the horizon – Climate change and financial stability**. London: Bank of England.

CARROLL, A. B. (1991). "The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders". **Business Horizons**, vol. 34, n. 4.

CARROLL, A. B. (1999). "Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct". **Business and Society**, vol. 38, n. 8.

CARROLL, A. B.; BROWN, J. A. (2018). "Corporate Social Responsibility: A Review of Current Concepts, Research, and Issues". *In*: WEBER, J.; WASIELESKI, D. (eds.). **Corporate Social Responsibility**. Cham: Emerald Group Publishing.

CARTER, D. A.; SIMKINS, B. J.; SIMPSON, W. G. (2003). "Corporate governance, board diversity, and firm value". **Financial Review**, vol. 38, n. 1.

CARVALHO, D. W. *et al*. (2020). "The Brumadinho Dam Rupture Disaster, Brazil 2019". **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, vol. 17, n. 1.

CATALYST. (2022). **Women CEOs in America**. Washington: WBC. Recuperado de: <www.wbcollaborative.org >. Acesso em: 12/07/2025.

CBD - Convention on Biological Diversity. (2022). **Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework**. Montreal: United Nations Environment Programme (UNEP).

CHARLTON, E. (2020). "How doughnuts could guide the post-COVID-19 recovery". **World Economic Forum**. Recuperado de: <www.weforum.org>. Acesso em: 12/07/2025.

CLARKE, T. (2005). "Accounting for Enron: shareholder value and stakeholder interests". *In*: CLARKE, T. **Corporate Governance**: A Survey. Cambridge: Cambridge University Press.

CLARKSON, M. B. E. (1995). "A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance". **Academy of Management Review**, vol. 21, n. 1.

CLIMATE BONDS INITIATIVE. (2022). **Global State of the Market Report 2022**. Recuperado de: <www. climatebonds.net>. Acesso em: 12/07/2025.

COSTANZA, R. *et al*. (2014). "Development: Time to leave GDP behind". **Nature**, vol. 505.

CRANE, A. *et al*. (2014). "Contesting the Value of 'Creating Shared Value'". **California Management Review**, vol. 56, n. 2.

CROTTY, J. (2009). “Structural causes of the global financial crisis: A critical assessment of the ‘new financial architecture’”. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 33, n. 4.

DANONE. (2020). **Danone Ecosystem Fund**: 10 years of shared value creation. Paris: Danone.

DASGUPTA, P. (2021). **The Economics of Biodiversity**: The Dasgupta Review. London: HM Treasury.

DASZAK, P.; CUNNINGHAM, A. A.; HYATT, A. D. (2020). “Emerging infectious diseases of wildlife – Origins, drivers, and policy responses”. **Sciense**, vol. 287.

DEAL - Doughnut Economics Action Lab.; RAWORTH, K. (2020). “The Evolving Doughnut and estratégia DEAL 2020-2022”. Recuperado de: <www. kateraworth.com>. Acesso em: 12/07/2025.

DELMAS, M. A.; BURBANO, V. C. (2011). “The drivers of greenwashing”. **California Management Review**, vol. 54, n. 1.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *et al*. (2022). **The Global Findex Database 2021**: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19. Washington: World Bank.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. (1995). “The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications”. **Academy of Management Review**, vol. 20, n. 1.

DORE, R. P.; DORE, R. (2000). **Stock market capitalism**: Welfare capitalism: Japan and Germany versus the Anglo-Saxons. Oxford: Oxford University Press.

DWS GROUP. (2025). “Braço da Deutsche Bank foi multada em € 25 milhões por autoridades alemãs em abril de 2025 por “greenwashing”, isto é, por alegações enganosas relativas às credenciais ESG dos seus fundos”. Recuperado de: <www.business-humanrights.org>. Acesso em: 12/07/2025.

ECCLES, R. G.; KLIMENKO, S. (2019). “The Investor Revolution – Shareholders are getting serious about sustainability”. **Harvard Business Review**, n. 97, n. 2.

ECCLES, R. G.; KLIMENKO, S. (2019). “The Investor Revolution: Shareholders Leading on Sustainability”. **Harvard Business Review**, vol. 97, n. 3.

ELKINGTON, J. (1997). **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. London: Capstone Publishing.

ELKINGTON, J. (2018). “25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It”. **Harvard Business Review**, vol. 96, n. 3.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. (2015). **Growth within**: A circular economy vision for a competitive Europe. Cowes: Ellen MacArthur Foundation.

ESPOSITO, M.; PARAVELLI, V. (2023). “Uncovering barriers and drivers in the development of impact investing: the role of measurement and institutional logics”. Recuperado de: <www.politesi.polimi.it>. Acesso em: 15/09/2025.

EUROPEAN COMMISSION. (2020). **A new Circular Economy Action Plan**: For a cleaner and more competitive Europe. Brussels: Comissão Europeia. Recuperado de: <www.europarl.europa.eu>. Acesso em: 12/09/2025.

EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY. (2022). **Drought impact on ecosystems in Europe: Indicator — drought impact on ecosystems in Europe**. Brussels: Comissão Europeia. Recuperado de: <www.europarl.europa.eu>. Acesso em: 12/09/2025.

EUROPEAN PARLIAMENT.; EUROPEAN COMMISSION. (2022). **Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)**: revisão da Non-Financial Reporting Directive. Brussels: European Parliament. Recuperado de: <www.europarl.europa.eu>. Acesso em: 12/09/2025.

FALKNER, R. (2021). "The making of global environmental norms: Enduring progress and continuing challenges in international climate and biodiversity politics". **Review of International Studies**, vol. 10.

FALKNER, R. (2021). **Environmentalism and Global International Society**. Cambridge: Cambridge University Press.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2018). **The State of the World's Water Resources for Food and Agriculture (SOLAW 2018)**. Rome: FAO.

FAO ANGOLA. **Country Programming Framework 2024–2028**. Luanda: FAO. Recuperado de: <www.fao.org>. Acesso em: 12/06/2024.

FERGUSON, J. (2005). "Seeing Like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa". **American Anthropologist**, vol. 107, n. 3.

FERREIRA, M. E. (1997). **Angola**: a indústria transformadora numa economia de direcção central e planificada e em situação de guerra

(1975-1991) (Tese de Doutorado em Economia e Gestão). Lisboa: Ulisboa.

FINK, L. (2020). “A Fundamental Reshaping of Finance”. Recuperado de: <www.blackrock.com>. Acesso em: 12/06/2024.

FINK, L. (2020). “Letter to CEOs 2020”. Recuperado de: <www.blackrock.com>. Acesso em: 12/06/2024.

FLETCHER, R. (2013). “How I learned to stop worrying and love the market: Virtualism, disavowal, and public secrecy in neoliberal environmentalism”. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 30, n. 5.

FMI - International Monetary Fund (2022). Angola: Selected Issues. Washington: International Monetary Fund. Recuperado de: <www.refpress.org.org>. Acesso em: 12/06/2024.

FMI - International Monetary Fund. (2025). **Angola**: Selected issues. Washington: International Monetary Fund. Recuperado de: <www.refpress.org.org>. Acesso em: 12/06/2024.

FORBRUKERTILSYNET. (2022). “Potentially misleading environmental claims in marketing - using Higg MSI data in marketing of garments”. Recuperado de: <www.forbrukertilsynet.no>. Acesso em: 12/06/2025.

FOSTER, J. B. (2000). **Marx’s Ecology**: Materialism and Nature. New York: Monthly Review Press.

FREEMAN, R. E. (1984). **Strategic management**: A stakeholder approach. Boston: Boston: Pitman Publishing.

FREEMAN, R. E. (2010). **Strategic management**: A stakeholder approach. Cambridge: Cambridge University Press.

FREEMAN, R. E.; PHILLIPS, R.; SISODIA, R. (2020). "Tensions in stakeholder theory". **Business and Society**, vol. 59, n. 2.

FREUDENBURG, W. R.; GRAMLING, R. (2011). **Blowout in the Gulf**: The BP Oil Spill Disaster and the Future of Energy in America. Cambridge: MIT Press.

FRIEDMAN, M. (1970) "The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits". Recuperado de: <www. nytimes.com>. Acesso em: 12/06/2024.

FRYNAS, J. G. (2005). "The False Developmental Promise of Corporate Social Responsibility in Oil-Rich Countries". **International Affairs**, vol. 81, n. 3.

FSB - Financial Stability Board. (2017). **Final Report**: Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). Basel: FSB. Dsiponível em: <www.fsb-tcfd.org>. Acesso em: 12/06/2024.

FSDEA - Fundo Soberano de Angola. "Enhancing Angola's Commitment to Environmental Sustainability: Insights on Angola Sovereign Wealth Fund's Initiatives to Green Economy." Luanda: FSDEA.

FULLERTON, J. (2015). **Regenerative Capitalism**: How Universal Principles and Patterns Will Shape Our New Economy. New York: Capital Institute.

FULLERTON, J. O. H. N. (2018). **Finance for a regenerative world**. New York: Capital Institute.

GEISSDOERFER, M. *et al*. (2017). "The Circular Economy – A new sustainability paradigm?" **Journal of Cleaner Production**, vol. 143, n. 1.

GELLES, D. (2022). "Billionaire no more: Patagonia founder gives away the company". **The New York Times**, n. 14.

GIGLIO, E. (2021). "Extractivism and its socio-environmental impact in South America: Overview of the "lithium triangle". **America Critica**, vol. 5, n. 2.

GIIN - Global Impact Investing Network. (2020). "Annual Impact Investor Survey 2020". Recuperado de: <www.amazonaws.com>. Acesso em: 12/06/2024.

GINGERICH, E. (2009). "The Climb to Sustainability: Interview with Ray Anderson". **Journal of Values-Based Leadership**, vol. 2, n. 1.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. *et al*. (2023). **National Footprint and Biocapacity Accounts**. New York: Global Footprint Network.

GOVERNMENT OF PAKISTAN. (2022). **Pakistan Floods 2022**: Post-Disaster Needs Assessment (PDNA). Islamabad: Government of Pakistan. Recuperado de: <www.worldbank.org.com>. Acesso em: 12/06/2024.

GRAFTON, R. Q. *et al*. (2011). "An integrated assessment of water markets: A cross-country comparison". **Review of Environmental Economics and Policy**, vol. 5, n. 2.

GRAMEEN DANONE FOODS LTD. (2006). **Our mission**: Social business to fight malnutrition in Bangladesh. Dhaka: Grameen

Group and Danone. Recuperado de: <www.danone.com>. Acesso em: 12/06/2024.

GRAY, R. (2010). "Is Accounting for Sustainability Actually Accounting for Sustainability… and How Would We Know? An Exploration of Narratives of Organisations and the Planet". **Accounting, Organizations and Society**, vol. 35, n. 1.

GREEN, M. *et al*. "2021 Social Progress Index – Executive Summary". Recuperado de: <www.researchgate.net>. Acesso em: 12/12/2025.

GRI - Global Reporting Initiative. (2000). **GRI Sustainability Reporting Guidelines**. Amsterdam: GRI. Recuperado de: <www.globalreporting.com>. Acesso em: 12/06/2024.

GRI - Global Reporting Initiative. (2016). **GRI Sustainability Reporting Standards**. Amsterdam: GRI. Recuperado de: <www.globalreporting.com>. Acesso em: 12/06/2024.

GSIA - Global Sustainable Investment Alliance (2021). "Global Sustainable Investment Review 2020". Recuperado de: <www.gsi-alliance.org.com>. Acesso em: 12/06/2024.

HARVEY, D. (2010). **The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press.

HARVEY, D. (2005). **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press.

HELLIWELL, J. F. *et al*. (2022). **World Happiness Report 2022**. New York: Sustainable Development Solutions Network. Recuperado de: <www.weforum.org>. Acesso em: 12/12/2025.

HILSON, G. (2012). “Corporate Social Responsibility in the Extractive Industries”. **Resources Policy**, vol. 37, n. 2.

HOBSBAWM, E. (1994). **Era dos Extremos**: O Breve Século XX. São Paulo: Cia das Letras.

HOBSON, K. (2016). “Closing the loop or squaring the circle? Locating generative spaces for the circular economy”. **Progress in Human Geography**, vol. 40, n. 1.

HODGES, T. (2001). **Angola**: From Afro-Stalinism to Petro-diamond Capitalism. New York: James Currey.

HODGES, T. (2004). **Angola**: Anatomy of an Oil State. New York: James Currey.

HOLLENSBE, E. *et al*. (2014). “Organizations with purpose”. **Academy of Management Journal**, vol. 57, n. 5.

HUNT, V. *et al*. (2018). “Delivering through Diversity”. Recuperado de: <www.mckinsey.com>. Acesso em: 12/06/2024.

IEA - International Energy Agency. (2021). **World Energy Investment**: Executive summary. Paris: IEA. Recuperado de: <www.iea.org>. Acesso em: 12/06/2024.

IEA - International Energy Agency. (2022). **World Energy Employment**: Overview. Paris: IEA. Recuperado de: <www.iea.org>. Acesso em: 12/06/2024.

IKENBERRY, G. J**.** (2020). **A World Safe for Democracy**: Liberal Internationalism and the Crises of Global Order. New Haven: Yale University Press.

ILO - International Labour Organization. (2018). **World Employment and Social Outlook**: Greening with jobs. Geneva: ILO. Recuperado de: <www.ilo.org>. Acesso em: 12/06/2024.

ILO - International Labour Organization. (2014). **One Year after the Rana Plaza Disaster**: Progress and Challenges. Geneva: ILO. Recuperado de: <www.ilo.org>. Acesso em: 12/06/2024.

ILO - International Labour Organization. (2021). **Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All**. Geneva: ILO. Recuperado de: <www.ilo.org>. Acesso em: 12/06/2024.

INSTITUTO ETHOS. (2013). **Sustentabilidade de ponta a ponta**: Programa Walmart Brasil. São Paulo: Instituto Ethos.

INTEL CORPORATION. (2021). **STEM Education and Digital Readiness Programs**. Santa Clara: Intel Corporation. Recuperado de: <www.intel.com>. Acesso em: 12/06/2024.

INTEL CORPORATION. (2022). **Corporate Responsibility Report 2022–2023**. Santa Clara: Intel Corporation. Recuperado de: <www.intel.com>. Acesso em: 12/06/2024.

INVEST IN ANGOLA. "Government Strategies". Recuperado de: <www.investinangola.ao>. Acesso em: 12/12/2024.

IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. (2019). **Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services**: Summary for Policymakers. Bonn: IPBES. Recuperado de: <www.ipbes.net>. Acesso em: 12/06/2024.

IRENA - International Renewable Energy Agency. (2022). **Off-grid renewable energy solutions to expand electricity access**: India case study. Abu Dhabi: IRENA. Recuperado de: <www.irena.org>. Acesso em: 12/06/2024.

IRENA - International Renewable Energy Agency. (2021). **Renewable Power Generation Costs in 2020**. Abu Dhabi: IRENA. Recuperado de: <www.irena.org>. Acesso em: 12/06/2024.

IRENA - International Renewable Energy Agency.; ILO - International Labour Organization. (2022). **Renewable Energy and Jobs**: Annual Review 2022. Abu Dhabi: IRENA. Recuperado de: <www.irena.org>. Acesso em: 12/06/2024.

JACKSON, G. (2005). "Stakeholders under Pressure: Corporate Governance and Labour Management in Germany and Japan". **Corporate Governance: An International Review**, vol. 13, n. 3.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. (2019). "Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure". **Journal of Financial Economics**, vol. 3, n. 4.

JEURISSEN, R. (2000). "John Elkington, Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business". **Journal of Business Ethics**, vol. 23, n. 1.

JOSEPH E. *et al*. (2018). **For Good Measure**: Advancing Research on Well-being Metrics Beyond GDP. Paris: OECD.

KANTER, R. M. (2011). How Great Companies Think Differently. **Harvard Business Review**, vol. 43, n. 9.

KELLEY, C. P. *et al*. (2015). "Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought". **Proceedings of the**

National Academy of Sciences of the United States of America, vol. 112, n. 11.

KEOHANE, R. O.; VICTOR, D. G. (2016). "Cooperation and discord in global climate policy". **Nature Climate Change**, vol. 6, n. 6.

Keynes, J. M. (1936). **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London: Macmillan.

KHAN, M.; SERAFEIM, G.; YOON, A. (2016). "Corporate sustainability: First evidence on materiality". **The Accounting Review**, vol. 91, n. 6.

KIRCHHERR, J.; REIKE, D.; HEKKERT, M. (2018). "Barriers to the Circular Economy: Evidence from the European Union". **Ecological Economics**, vol. 150.

KORTEN, D. C. (1995). **When Corporations Rule the World**. West Hartford: Kumarian Press.

KRÜGER, P. (2015). "Corporate goodness and shareholder wealth". **Journal of Financial Economics**, vol. 115, n. 2.

KUBISZEWSKI, I. *et al*. (2013). "Beyond GDP: Measuring and achieving global genuine progress". **Ecological Economics**, vol. 93.

KYLE, S. (2005). "The political economy of Angolan growth: Social and political dimensions". **Journal of Southern African Studies**, vol. 32.

LAZONICK, W.; O'SULLIVAN, M. (2000). "Maximizing shareholder value: A new ideology for corporate governance". **Economy and Society**, vol. 29, n. 1.

LEE, H. *et al*. (2023). **Climate Change**: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. London: IPCC.

LENIN, V. I. (1917). **Imperialism**: The Highest Stage of Capitalism. London: Progress Publishers.

LI, M. *et al*. (2022). "The clean energy claims of BP, Chevron, ExxonMobil and Shell". **Frontiers in Climate**, vol. 17, n. 1.

LI, S.; KALLAS, Z. (2021). "Meta-analysis of consumers' willingness to pay for sustainable food products". **Appetite**, vol. 163, n. 105239.

LOC - Library of Congress. (2017). "Kenya: Notice Outlawing Plastic Bags Issued". Recuperado de: <www.loc.gov>. Acesso em: 12/06/2024.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. A. (2019). "Amazon tipping point: Last chance for action". **Science Advances**, vol. 5, n. 12.

LUCIAN A. B.; TALLARITA, R. (2020). "The Illusory Promise of Stakeholder Governance". **Cornell Law Review**, vol. 8.

LUÍS, A. L.; SUMBO, C. (2025). "Angola – A paradigm shift until 2050". **Review of Economics and Finance**, vol. 23.

LÜTHI, D. *et al*. (2021). "Globally consistent assessment of economic impacts of climate extremes". **Geoscientific Model Development**, vol. 14, n. 11.

MACKEY, J.; SISODIA, R. (2013). **Conscious capitalism**: liberating the heroic spirit of capitalism. Brighton: Harvard Business School Publishing Corporation.

MALM, A. (2016). **Fossil Capital**: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. London: Verso Books.

MARIA NETO, A. **Industrialização de Angola**: reflexão sobre a experiência da administração portuguesa, 1961-1975. Lisboa: Escher, 1991.

MARQUES, J. A. (2016). "Responsabilidade Social Empresarial em Angola: Desafios e Perspetivas". **Revista Angolana de Sociologia**, vol. 18.

MARX, K. (1867). **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Boitempo.

MCGRATH, L. (2020). "Approaches to accounting for our natural assets". **Bioeconomy**, vol. 1, n. 11.

MEADOWS, D. H. *et al*. (1972). **The limits to growth**: a report to the club of Rome". New YorK: University Books.

MILNE, M. J.; GRAY, R. (2013). "W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting". **Journal of Business Ethics**, vol. 118.

MINAMB – Ministério do Ambiente de Angola (s. d.). **Relatórios Anuais de Estado do Ambiente**. Luanda: Ministério do Ambiente. Recuperado de: <www.minamb.gov.ao>. Acesso em: 12/12/2024.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. (1997). "Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the

principle of who and what really counts". **Academy of Management Review**, vol. 22, n. 4.

MULGAN, G. (2006). "The process of social innovation". **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, vol. 1, n. 2.

NATIONAL COMMISSION ON THE BP DEEPWATER HORIZON OIL SPILL AND OFFSHORE DRILLING. (2011). **Deep Water**: The Gulf Oil Disaster and the Future of Offshore Drilling. Washington: U.S. Government Printing Office. Recuperado de: <www.govinfo.gov>. Acesso em: 12/12/2024.

NATURAL CAPITAL COALITION. (2020). "Improving nature's visibility in financial accounting". Recuperado de: <www.naturalcapitalcoalition.org>. Acesso em: 11/12/2024.

NESTLÉ. (2022). **Creating Shared Value and Sustainability Report 2022**. Vevey: Nestlé S.A. Recuperado de: <www.nestle.com>. Acesso em: 12/12/2024.

NEW ZEALAND TREASURY. (2019). **The Wellbeing Budget 2019**. Wellington: The Treasury. Recuperado de: <www.treasury.govt.nz>. Acesso em: 12/12/2024.

NORMAN, W.; MACDONALD, C. (2004). "Getting to the Bottom of 'Triple Bottom Line'". **Business Ethics Quarterly**, vol. 14, n. 2.

NOVARTIS. (2021). **Novartis in Society Integrated Report 2021**. Basel: Novartis AG. Recuperado de: <www.novartis.com>. Acesso em: 12/12/2024.

O'CONNOR, J. (1991). "On the Two Contradictions of Capitalism". **Capitalism, Nature, Socialism**, vol. 2, n. 3.

ONU. (2015). **Transforming Our World**: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Geneva: ONU. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2024.

OVADIA, J. S. (2013). "The Reinvention of Elite Accumulation in the Angolan Oil Sector: Emergent capitalism in a rentier economy". **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 25.

PATAGONIA. (2011). "Don't Buy This Jacket". Recuperado de: <www.nytimes.com>. Acesso em: 12/12/2024.

PETAVRATZI, E. *et al*. (2022). "The impacts of environmental, social and governance (ESG) issues in achieving sustainable lithium supply in the Lithium Triangle". **Mineral Economics**, vol. 35.

PIKETTY, T. (2014). **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press.

PILLAI, A. V.; DUBASH, N. K. (2021). "The limits of opportunism: the uneven emergence of climate institutions in India". **Environmental Politics**, vol. 30.

POLANYI, K. (2001). **The great transformation**: The political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press.

POLMAN, P.; WINSTON, A. (2021). **Net Positive**: How Courageous Companies Thrive by Giving More Than They Take. New York: Harvard Business Review Press.

POPE, S.; WÆRAAS, A. (2016). "CSR-washing is rare: A conceptual framework, literature review, and critique". **Journal of Business Ethics**, vol. 137, n. 1.

PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C. (1995). “Toward a new conception of the environment–competitiveness relationship”. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 9, n. 4.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. (2006). “The link between competitive advantage and corporate social responsibility”. **Harvard Business Review**, vol. 84, n. 12.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. (2011). “Creating shared value: How to reinvent capitalism—and unleash a wave of innovation and growth”. **Harvard Business Review**, vol. 89, n. 1.

PROSKE, M.; CLEMM, C.; RICHTER, N. (2019). “Decreasing obsolescence with modular smartphones? An interdisciplinary perspective on life cycles”. **Journal of Cleaner Production**, vol. 244.

PUB SINGAPORE – National Water Agency. (2019). NEWater: A Singapore success story. Singapore: Public Utilities Board. Recuperado de: <www.pub.gov.sg>. Acesso em: 12/12/2024.

PwC. (2022). **IFRS Sustainability Disclosure Standards – ISSB delivers a global baseline**. London: PricewaterhouseCoopers. Recuperado de: <www.pwc.com>. Acesso em: 12/12/2024.

PwC. (2025). **Can financial innovation save the planet’s biodiversity?** London: PricewaterhouseCoopers. Recuperado de: <www.pwc.com>. Acesso em: 12/12/2024.

RAWORTH, K. (2017). **Why It’s Time for Doughnut Economics**. London: Random House Business.

RAWORTH, K. (2018). **Doughnut Economics**: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist. London: Random House Business.

REY, C.; BASTONS, M.; SOTOK, P. (2019). **Purpose-driven Organizations**: Management Ideas for a Better World. Cham: Palgrave Macmillan.

ROBERT G. E.; SVETLANA, K. (2019). "The Investor Revolution: Shareholders are getting serious about sustainability". **Harvard Business Review**, Vol. 97, n. 3.

ROCKSTRÖM, J. *et al*. (2009). "A safe operating space for humanity". **Nature**, 461.

RODRIGUES, C. U. "Aspectos socioculturais do desenvolvimento produtivo urbano em Angola". **Cadernos de Estudos Africanos**,n. 11.

ROSENBERG, B. (2009). "Interface Carpet and Fabric Company's Sustainability Efforts". **Journal of Business Ethics**, vol. 30, n. 4.

SACHS, J. D. (2015). **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press.

SACHS, J. D. (2022). "The Lancet Commission on lessons for the future from the COVID-19 pandemic". **The Lancet**, vol. 400, n. 10359.

SACHS, J. D. *et al*. (2023). **Sustainable Development Report**: Implementing the SDG Stimulus. Paris: SDSN.

SACHS, J. *et al*. (2021). **Sustainable development report**. Cambridge: Cambridge University Press.

SACHS, L. E.; MARDIROSSIAN, N.; TOLEDANO, P. (2023). **Finance for Zero**: Redefining Financial-Sector Action to Achieve Global Climate Goals. New York: Columbia Center on Sustainable Investment.

SANTOS, C. *et al*. (2024). "The impact of greenwashing on sustainability through shared value creation and trust". **Environment, Development and Sustainability**, vol. 27.

SCHREEFEL, L. *et al*. (2020). "Regenerative agriculture – the soil is the base". **Global Food Security**, vol. 26.

SCHWAB, K. (2021). **Stakeholder Capitalism**: Building the Future. London: Wiley.

SEC - Securities and Exchange Commission. (2022) "A U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) tem vindo a reforçar regulações para combater o "greenwashing" nos fundos ESG, com, por exemplo, a proposta de alteração à Names Rule que exige que fundos que se publicitem como "ESG" dediquem pelo menos 80% dos ativos àquilo que o nome sugere". Recuperado de: <www.sec.gov>. Acesso em: 12/05/2025.

SEGRESTIN, B.; HATCHUEL, A. (2020). La raison d'être, un levier de transformation des entreprises. **Revue Française de Gestion**, vol. 5.

SELETI, Y. N. (1987). **Portuguese colonialism, capitalism and the Angolan coffee industry, 1850-1950**. Halifax: Dalhousie University.

SEN, A. (1999). **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf.

SEVERINO, J.; RAY, O. (2010). **The End of ODA (II)**: The Birth of Hypercollective Action. Washington: Center for Global Development.

SOARES DE OLIVEIRA, R. (2007). "Business success, Angola-style: post-colonial politics and the rise and rise of Sonangol". **Journal of Modern African Studies**, vol. 45, n. 4.

Soares de Oliveira, R. (2007). **Oil and Politics in the Gulf of Guinea**. London: Hurst Publishers.

SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA. (2024). "Catoca entrega fábrica de merenda escolar para alunos da Lunda Sul". Recuperado de: <www.catoca.com>. Acesso em: 12/12/2025.

SOUSA, V. E. D. S. (2024). **Angola**: Navigating turbulent times and building resilience for future shocks. London: Brookings Institution.

SPANO, C. *et al*. (2021). **Latin America and the Caribbean 2050**: Becoming a Global Low-Carbon Metals and Solutions Hub (Technical Note IDB-TN-02172). Washington: Inter-American Development Bank.

SPENCE, C. (2009). **Social and Environmental Reporting and the Corporate Ego**. London: Wiley.

SPENCE, L. J. (2007). "CSR and small business in a European policy context: The five "C"s of CSR and small business research agenda 2007". **Business and Society Review**, vol. 112, n. 4.

STABILE, C. A. (2000). "Nike, social responsibility, and the hidden abode of production". **Critical Studies in Mass Communication**, vol. 17, n. 2.

STEFFEN, W. *et al*. (2015). "The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration". **The Anthropocene Review**, vol. 2, n. 1.

STERN, N. (2007). **The Economics of Climate Change**: The Stern Review. Cambridge: Cambridge University Press.

STIGLITZ, J. E. (2010). **Freefall**: America, free markets, and the sinking of the world economy. Washington: WW Norton and Company.

STIGLITZ, J. E.; FITOUSSI, J.-P.; DURAND, M. (2018). **Beyond GDP**: Measuring What Counts for Economic and Social Performance. Paris: OECD Publishing.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. (2009). **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.

STOUT, L. A. (2012). **The Shareholder Value Myth**: How Putting Shareholders First Harms Investors, Corporations, and the Public. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.

SVAMPA, M. (2019). **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

SWISS RE INSTITUTE. (2021). "Natural catastrophes in 2020: secondary perils in the spotlight". Recuperado de: <www.swissre.com>. Acesso em: 12/09/2024.

SZNELWAR, L. I. *et al*. (2020). "Brumadinho: between prudence and probability, tragedy". **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, vol. 17, n. 1.

THE WORLD BANK (2023). “Protecting the Poor and Vulnerable While Putting Angola on a Path to Diverse, Green, Resilient and Inclusive Growth”. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2024.

THOMPSON, E. P. (1963). **The Making of the English Working Class**. Bremen: Vintage Books.

THOMSON, I.; BOUTILIER, R. G. (2011). “Social licence to operate”. *In*: DARLING, P. **SME Mining Engineering Handbook**. Littleton: Society for Mining, Metallurgy, and Exploration.

UNDP ANGOLA (2023). **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano**: Sustentabilidade e Inclusão. Luanda: UNDP.

UNDP ANGOLA. (2023). **Climate Action and Environmental Sustainability**. Luanda: UNDP.

UNEP - United Nations Environment Programme. (2019). **Global Environment Outlook – GEO-6**: Healthy Planet, Healthy People. Cambridge: Cambridge University Press.

UNESCO. (2019). **New methodology shows 258 million children, adolescents and youth are out of school**. New York: UNESCO. Recuperado de: <www.unesco.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNESCO. (2022). **244 million children and youth between the ages of 6 and 18 worldwide are still out of school**. New York: UNESCO. Recuperado de: <www.unesco.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNGC - United Nations Global Compact. (2004). **Who Cares Wins**: Connecting Financial Markets to a Changing World. New

York: UNGC. New York: United Nations. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNICEF. (2022). **Guidance Note – Child labour and responsible business conduct**. New York: UNICEF. New York: UNESCO. Recuperado de: <www.unicef.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNITED KINGDOM. (2021). "The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review. Government of the". Recuperado de: <www.gov.uk>. Acesso em: 12/12/2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. (2019). **Report of the United Nations Environment Assembly**. New York: United Nations. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. (2019). **Rwanda balancing development with human and environmental protection**. New York: United Nations. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNITED NATIONS WATER COMMISSION. (2020). **The Economics of Water**: A Report by the UN Water Expert Panel on Water and Disaster. Geneva: UN Water. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNITED NATIONS. (1972). **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. (Stockholm: United Nations. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

UNITED NATIONS. (2015). **Transforming our world**: The 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations General Assembly, A/RES/70/1. Geneva: UN. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

URA, K. *et al*. (2012). "A Short Guide to the Gross National Happiness (GNH) Index. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies". Recuperado de: <www.ophi.org>. Acesso em: 12/12/2025.

VISSER, W. (2008). **Corporate Social Responsibility in Developing Countries**. Oxford: Oxford University Press.

VISSER, W. (2013). **CSR 2.0**: Transforming Corporate Sustainability and Responsibility. Heidelberg: Singapore Management University.

VITOLS, S. (2019). "What drives sustainability in companies? Examining the influence of board-level employee representation on responsible practices in large European companies". Recuperado de: <www.imu-boeckler.de>. Acesso em: 12/12/2025.

WALLERSTEIN, I. (1995). **The Modern World-System**. London: Academic Press.

WALLS, J. L.; BERRONE, P.; PHAN, P. H. (2012). "Corporate governance and environmental performance: Is there really a link?" **Strategic Management Journal**, vol. 33, n. 8.

WALMART. (2024). **Walmart suppliers lead the charge**: Project Gigaton goal achieved six years early. Bentonville: Walmart Newsroom.

WARING, M. (1988). **If Women Counted**: A New Feminist Economics. San Francisco: Harper and Row.

WAYNE NORMAN.; CHRIS MACDONALD (2004). "Getting to the Bottom of 'Triple Bottom Line'". **Business Ethics Quarterly**, vol. 14, n. 2.

WBCSD - World Business Council for Sustainable Development. (2000). **Eco-efficiency**: Creating more value with less impact. Geneva: WBCSD. Recuperado de: <www.wbcsd.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WBCSD - World Commission on Environment and Development. (1987). **Our Common Future**. Geneva: UN. Recuperado de: <www.un.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WELSH GOVERNMENT. (2015). **Well-being of Future Generations (Wales) Act 2015**. Cardiff: The National Assembly for Wales.

WORLD BANK (2020). **Angola Systematic Country Diagnostic**: Towards Inclusive Growth. Washington: World Bank. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD BANK. (2018). **The Changing Wealth of Nations 2018**: Building a Sustainable Future. Washington: World Bank. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD BANK. (2024). **Angola Overview**: Development news, research, data. Washington: World Bank. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD BANK. (2018). **What a Waste 2.0**: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050. Washington: World Bank. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD BANK. (2020). **The Cost of Inaction**: Quantifying the Economic and Human Costs of Climate Change. Washington: World Bank. Recuperado de: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. (2020). **The Global Risks Report 2020**. Geneva: WEF. Recuperado de: <www.weforum.org>. Acesso em: 12/12/2025.

WORLD ECONOMIC FORUM.; PwC (2020). **Nature Risk Rising**: Why the crisis engulfing nature matters for business and the economy. Davos: WEF. Recuperado de: <www.weforum.org>. Acesso em: 12/12/2025.

XINHUA NEWS. (2019, 11 March). "Africa making progress in eliminating single-use plastics". Recuperado de: <www.xinhuanet.com>. Acesso em: 12/12/2024.

YANG, Z. *et al*. (2022). "How the Air Clean Plan and carbon mitigation measures co-benefit China's air quality and health". **Science of the Total Environment**, vol. 838.

YOSHIKAWA, T.; TSUI-AUCH, L. S.; MCGUIRE, J. (2007). "Corporate governance reform as institutional innovation: The case of Japan". **Organization Science**, vol. 18.

YUAN, Z.; BI, J.; MORIGUCHI, Y. (2006). "The Circular Economy: A New Development Strategy in China". **Journal of Industrial Ecology**, vol. 10, n. 1.

YUNUS, M. (2007). **Creating a World Without Poverty**: Social Business and the Future of Capitalism. London: PublicAffairs.

YUNUS, M.; MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. (2010). "Building social business models: Lessons from the Grameen experience". **Long Range Planning**, vol. 43, n. 2.

ZHAO, C. *et al*. (2022). "China's energy transitions for carbon neutrality". **Frontiers in Environmental Science**, vol. 10.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Frederico Meco Milonga Rafael é professor universitário e pesquisador do Instituto Politécnico da Lunda-Sul da Universidade Lusíada de Angola (ULA) e da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN). Licenciado em Administração e Gestão e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN), Angola. Mestre e atualmente doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal.

E-mail: fredinho.rafael985@gmail.com



Manuel Fidel Sonhi Manassa é licenciado em Engenharia de Minas e bacharel em Tecnologias de Informações e Programação. Mestre em Engenharia de Minas pela Arkhangelsk State Technical University (AGTU), Rússia. Doutor em Engenharia de Minas pela Universidade de MOA, Cuba. Pós-graduado em Políticas Públicas e Governação Local, bem como em Desenvolvimento Sustentável na Mineração. Professor da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN).

E-mail: fidelmanassa@hotmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2025

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2025